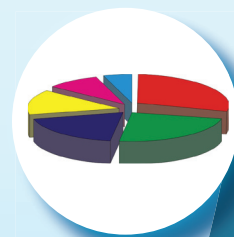
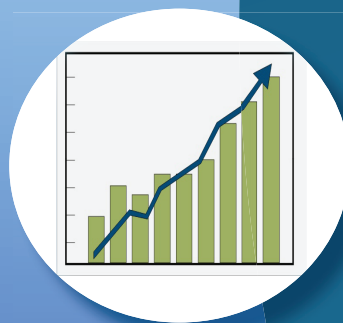


Fundação Nacional da Saúde



RELATÓRIO DE GESTÃO 2012

**Superintendência Estadual
do Rio Grande do Sul
(Suest/RS)**



Fundação
Nacional
de Saúde

Apresentação

O presente Relatório de Gestão tem por finalidade demonstrar o desempenho da Superintendência Estadual da Funasa no Rio Grande do Sul, divulgando os resultados alcançados durante o ano de 2012 no que diz respeito às ações desenvolvidas pela Instituição, visando o alcance dos seus Objetivos Estratégicos e, por conseguinte, de sua Missão. É o resultado das atividades desenvolvidas em cada uma das áreas fim, em conformidade com suas competências legais que visam promover a inclusão social por meio de ações de saneamento para prevenção e controle de doenças.

O presente documento foi preparado com base na legislação vigente, composta pela Instrução Normativa TCU nº 63/2010, Decisão Normativa TCU nº 119/2012 e Decisão Normativa nº 121/2012 e Portaria do Tribunal de Contas da União nº 150, de 03/07/2012 e Orientações Complementares da Funasa – Presidência, constantes no Roteiro para a Elaboração do Relatório de Gestão das Superintendências Estaduais e que tem também como objetivo, prestar contas à sociedade em geral contribuindo para a transparência dos gastos públicos e fortalecimento da cidadania.

O presente relatório tem por finalidade demonstrar o desempenho e os principais avanços da Superintendência Estadual da Fundação Nacional de Saúde no Estado do RS, no decorrer do ano de 2012. A Funasa dedicou-se a cumprir o seu papel de promoção à saúde, por meio de ações de Saneamento Ambiental e na Prevenção e Controle de Doenças e Agravos. Ressalta-se que, no que diz respeito às Ações de Saneamento Ambiental, a Funasa teve suas atribuições ampliadas por meio do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC II- 2010/2014, sendo que a instituição atua em municípios com população inferior a 50 mil habitantes. Essa faixa populacional corresponde a 90,5% dos municípios brasileiros e demonstra a abrangência da Funasa em todo território nacional, bem como evidencia a capacidade e confiabilidade do órgão, conquistada ao longo dos 20 anos de sua instituição legal. Os resultados apresentados nesse relatório refletem a atuação efetiva dos servidores da Fundação, que não medem esforços para levar qualidade de vida aos brasileiros, mesmo àqueles que residem nas áreas mais remotas do país.

Gustavo de Mello

Superintendente Estadual FUNASA/SUEST/RS

SUMÁRIO

PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119/2012 – CONTEÚDO GERAL do relatório de gestão.....	
1 Parte A, item 1, do Anexo II da DN TCU n.º 119, DE 18/1/2012.....	
1.1 Identificação da Unidade Jurisdicionada.....	11
1.1.1 Relatório de Gestão Individual.....	11
1.2 Finalidade e Competências Institucionais da Unidade.....	12
1.3 Organograma Funcional.....	12
1.4 Macroprocessos Finalísticos.....	22
1.5 Macroprocessos de Apoio.....	22
1.6 Principais Parceiros.....	22
2 Parte A, item 2, do Anexo II da DN TCU n.º 119, DE 18/1/2012.....	
2.1 Planejamento das Ações da Unidade Jurisdicionada.....	25
2.2 Estratégias de Atuação Frente aos Objetivos Estratégicos.....	30
2.3 Execução do Plano de Metas ou de Ações.....	32
2.4 Indicadores.....	37
3 Parte A, item 3, do Anexo II da DN TCU n.º 119, DE 18/1/2012.....	
3.1 Estrutura de Governança.....	44
3.2 Avaliação do Funcionamento dos Controles Internos.....	45
3.4 Sistema de Correição.....	47
3.5 Cumprimento Pela Instância de Correição da Portaria nº 1.043/2007 da CGU.....	50
4 Parte A, item 4, do Anexo II da DN TCU n.º 119, DE 18/1/2012.....	
4.1 Informações Sobre Programas do PPA de Responsabilidade da UJ.....	51
4.2 Informações Sobre a Execução Orçamentária e Financeira da Despesa.....	52
4.2.1 Identificação das Unidades Orçamentárias da UJ.....	52
4.2.2 Programação de Despesas.....	52
4.2.2.1 Programação de Despesas Correntes.....	52
4.2.2.2 Programação de Despesas de Capital.....	52
4.2.2.3 Resumo da Programação de Despesas e da Reserva de Contingência.....	53
4.2.3 Movimentação de Créditos Interna e Externa.....	54
4.2.4 Execução Orçamentária da Despesa.....	55
4.2.4.1 Execução da Despesa Com Créditos Originários.....	55
4.2.4.1.1 Despesas Totais Por Modalidade de Contratação – Créditos Originários.....	55
4.2.4.1.2 Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários.....	56
4.2.4.2 Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação.....	58
4.2.4.2.1 Despesas Totais por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação.....	58
4.2.4.2.2 Despesas Totais Por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação.....	59
5 Parte A, item 5, do Anexo II da DN TCU n.º 119, DE 18/1/2012.....	
5.1 Reconhecimento de Passivos.....	61
5.1.1 Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos.....	61
5.2 Pagamentos e Cancelamentos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores.....	61
5.2.1 Pagamentos e Cancelamentos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores.....	61
5.3 Transferências de Recursos.....	62
5.3.1 Relação dos Instrumentos de Transferência Vigentes no Exercício.....	62
5.3.2 Quantidade Instrumentos de Transferências Celebrados e Valores Repassados Três Últimos Exercícios.....	63
5.3.3 Informações sobre o Conjunto de Instrumentos de Transferências que permanecerão videntes no Exercício de 2013 e seguintes.....	63
5.3.4 Informações sobre a Prestação de Contas Relativas aos Convênios, Termos de Cooperação e Contratos de Repasse.....	64
5.3.4.1 Análise crítica.....	65
5.3.5 Informações sobre a Análise das Prestações de Contas de Convênios e de Contratos de Repasse.....	67

5.3.6	Análise Crítica.....	68
5.4	Suprimento de Fundos.....	69
5.4.1	Despesas Realizadas por meio de Suprimento de Fundos.....	69
5.4.1.1	Suprimento de Fundos - visão geral.....	69
5.4.1.2	Suprimento de Fundos – Conta Tipo “B”.....	69
5.4.1.3	Suprimento de Fundos – Cartão de Crédito Corporativo (CPGF).....	70
5.4.1.4	Utilização da Conta Tipo “B” e do Cartão Crédito Corporativo pela UJ.....	70
5.4.1.5	Prestações de Contas de Suprimento de Fundos.....	71
5.4.1.6	Análise Crítica.....	72
6	Parte A, item 6, do Anexo II da DN TCU n.º 119, DE 18/1/2012.....	73
6.1	Composição do Quadro de Servidores Ativos.....	73
6.1.1	Demonstração da Força de Trabalho à Disposição da Unidade Jurisdicionada.....	73
6.1.1.1	Situações que Reduzem a Força de Trabalho Efetiva da Unidade Jurisdicionada.....	73
6.1.2	Qualificação da Força de Trabalho.....	74
6.1.2.1	Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Idade.....	74
6.1.2.2	Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Escolaridade.....	75
6.1.3	Demonstração dos Custos de Pessoal da Unidade Jurisdicionada.....	75
6.1.4	Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas.....	76
6.1.4.1	Classificação do Quadro de Servidores Inativos da Unidade Jurisdicionada Segundo o Regime de Proventos e de Aposentadoria.....	76
6.1.4.2	Demonstração das Origens das Pensões Pagas pela Unidade Jurisdicionada.....	76
6.1.5	Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos.....	77
6.1.6	Providências Adotadas nos Casos de Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos.....	77
6.1.7	Informações Sobre os Atos de Pessoal Sujeitos a Registros e Comunicação.....	77
6.1.7.1	Atos Sujeitos à Comunicação ao Tribunal por intermédio do SISAC.....	77
6.1.7.2	Atos Sujeitos à Remessa ao TCU em meio físico.....	78
6.1.7.3	Informações da Atuação do Órgão de Controle Interno (OCI) Sobre os Atos.....	78
6.1.8	Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos.....	79
6.2	Terceirização de Mão de Obra Empregada e Contratação de Estagiários.....	82
6.2.1	Informações sobre Terceirização de Cargos e Atividades do Plano de Cargos do Órgão.....	82
6.2.2	Informações sobre Substituição Terceirizados em Decorrência Realização Concurso Público.....	82
6.2.3	Autorizações Expedidas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para Realização de Concursos Públicos para Substituição de Terceirizados.....	82
6.2.4	Informações sobre a Contratação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância Ostensiva pela Unidade Jurisdicionada.....	83
6.2.5	Informações Locação Mão de Obra para Atividades não Abrangidas pelo Plano de Cargos do Órgão.....	83
6.2.6	Composição do Quadro de Estagiários.....	83
7	Parte A, item 7, do Anexo II da DN TCU n.º 119, DE 18/1/2012.....	84
7.1	Gestão da Frota de Veículos Próprios e Contratados de Terceiros.....	84
7.2	Gestão do Patrimônio Imobiliário.....	85
7.2.1	Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial.....	88
7.2.2	Distribuição Espacial dos Bens Imóveis Locados de Terceiros.....	88
7.2.3	Discriminação dos Bens Imóveis Sob a Responsabilidade da UJ.....	89
8	Parte A, Item 8, do Anexo II da DN TCU Nº 119, DE 18/1/2012.....	91
8.1	Gestão da Tecnologia da Informação (TI).....	91
9	Parte A, item 9, do Anexo II da DN TCU n.º 119, DE 18/1/2012.....	92
9.1	Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis.....	92
9.2	Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água.....	93
10	Parte A, item 10, do Anexo II da DN TCU n.º 119, DE 18/1/2012.....	94
10.1	Deliberações do TCU e do OCI Atendidas no Exercício.....	94

10.1.1	Deliberações do TCU Atendidas no Exercício	94
10.1.2	Deliberações do TCU Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício.....	95
10.1.3	Recomendações do OCI Atendidas no Exercício	96
10.1.4	Recomendações do OCI Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício.....	97
10.2	Informações Sobre a Atuação da Unidade de Auditoria Interna	98
10.3	Declaração de Bens e Rendas Estabelecida na Lei nº 8.730/93	98
10.3.1	Situação do Cumprimento das Obrigações Impostas pela Lei 8.730/93	98
10.4	Modelo de Declaração de Atualização de Dados no SIASG e SICONV	99
10.4.1	Modelo da Declaração de Atualização de Dados no SIASG e SICONV	99
11	Parte A, item 11, do Anexo II da DN TCU n.º 119, DE 18/1/2012.	
11.1	Informações Sobre a Adoção de Critérios e Procedimentos Estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público	100
11.1.1	Depreciação, Amortização, Exaustão e Mensuração de Ativos e Passivos	100
11.2	Declaração do Contador Atestando a Conformidade das Demonstrações Contábeis	101
11.2.2	Declaração com Ressalva	102
11.3	Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas previstas na Lei nº 4.320/1964 e pela NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008	103
12	Parte A, item 12, do Anexo II da DN TCU n.º 119, DE 18/1/2012.	
12.1	Outras Informações Consideradas Relevantes pela UJ.....	104

LISTA DE SIGLAS

ABES – Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental

CEVS – Centro Estadual de Vigilância em Saúde

CORSAN – Companhia Rio-Grandense de Saneamento

CPRM – Companhia de Pesquisas de Recursos Minerais

CGU – Controladoria-Geral da União

CNAE – Classificação Nacional de Atividades Econômicas

DENSP – Departamento de Engenharia de saúde Pública

DEPASA – Departamento Estadual de Pavimentação e Saneamento

DIADM – Divisão de Administração

DIESP – Divisão de Engenharia de Saúde Pública

DBR – Declaração de Bens e Renda

DN – Decisão Normativa

EMATER – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural

FEPAN – Fundação Estadual de Proteção Ambiental

FUNASA – Fundação Nacional de Saúde

IN – Instrução Normativa

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

LOA – Lei Orçamentária Anual

MHCDC – Melhoria Habitacional Controle Doença de Chagas

MS – Ministério da Saúde

MSD – Melhoria Sanitária Domiciliar

NICT – Núcleo Intersetorial de Cooperação Técnica

NOC – Norma Orientadora de Capacitação

OPAS – Organização Pan – Americana de Saúde

PAC – Programa de Aceleração do Crescimento

PAC- Plano Anual de Capacitação

PBS – Pedido de Bens e Serviços

PPA – Plano Plurianual

PESMS – Programa de Educação em Saúde e Mobilização Social

PMSB – Plano Municipal de Saneamento Básico

PPA Plano Plurianual

PRESI- Presidência

RG – Relatório de gestão

SECON – Serviço de Convênios

SEPIR – Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial

SEREH – Serviço de Recursos Humanos

SESAI – Secretaria Especial de Saúde Indígena

SESAM - Serviço de Saúde Ambiental

SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal

SIASG – Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais

SIC – Serviço de Informações ao Cidadão

SICONV – Sistema de Convênio

SIGESAN – Sistema Gerencial de Acompanhamento de Projetos de Saneamento

SISMOC – Sistema Integrado de Monitoramento de Convênios da Funasa

SIORG – Sistema de Informações Organizacionais do Governo Federal

SF – Suprimento de Fundos

SOCAP – Setor de Capacitação

SUEST – Superintendência Estadual

SUS - Sistema Único de Saúde

TC – Termo de Cooperação

TCE – Tomada de Contas Especial

TCU – Tribunal de Contas da União

UG – Unidade de Gestão

UJ – Unidade Jurisdicionada

UMCQA – Unidade móvel para Controle da Qualidade da Água

LISTA DE QUADROS

- Quadro A.1.1 - Identificação da UJ – Relatório de Gestão Individual
- Quadro A. 1.1.2 - Qualificação da Superintendência Estadual
- Quadro A.3.1 - Avaliação dos Sistemas de Controles Internos da UJ
- Quadro A.4.7 - Identificação das Unidades Orçamentárias da UJ
- Quadro A.4.8 - Programação de Despesas Correntes
- Quadro A.4.9 - Programação de Despesas de Capital
- Quadro A.4.10 - Quadro Resumo da Programação de Despesas e da Reserva de Contingência
- Quadro A.4.11- Movimentação Orçamentária Interna por Grupo de Despesa
- Quadro A.4.11 - Movimentação Orçamentária Externa por Grupo de Despesas Quadro
- Quadro A.4.12 - Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos Originários
- Quadro A.4.13 - Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – créditos originários
- Quadro A.4.14 - Despesas por Modalidade de Contratação Créditos de Movimentação Interna
- Quadro A.4.14 - Despesas por Modalidade de Contratação Créditos de Movimentação Externa
- Quadro A.4.15 - Despesas Grupo e Elemento de Despesa – créditos de Movimentação Interna
- Quadro A.4.15 - Despesas Grupo e Elemento de Despesa – créditos de Movimentação Externa
- Quadro A.5.1 - Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos
- Quadro A.5.2 - Situação dos Restos a Pagar de Exercícios Anteriores
- Quadro A.5.3 - Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência
- Quadro A.5.4 - Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios
- Quadro A.5.5 - Resumo dos instrumentos de transferência que vigerão em 2013 e exercícios seguintes
- Quadro A.5.6 - Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio, termo de cooperação e de contratos de repasse
- Quadro A.5.7 - Visão Geral da análise das prestações de contas de Convênios e Contratos de Repasse
- Quadro A.5.8 - Despesas Realizadas por meio de Suprimento de Fundos (SF)
- Quadro A.5.9 - Despesas Realizadas por meio de Suprimento de Fundos por UG e por Suprido (Conta Tipo “B”)
- Quadro A.5.10 - Despesa Com Cartão de Crédito Corporativo por UG e por Portador

Quadro A.5.11 - Despesas Realizadas por meio da Conta Tipo “B” e por meio do Cartão de Crédito Corporativo (Série Histórica)

Quadro A.5.12 - Prestações de Contas de Suprimento de Fundos (Conta Tipo “B” e CPGF)

Quadro A.6.1 - Força de Trabalho da UJ – Situação apurada em 31/12

Quadro A.6.2 - Situações que reduzem a força de trabalho da UJ – Situação em 31/12

Quadro A.6.3 - Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ (Situação em 31 de dezembro)

Quadro A.6.4 - Quantidade de servidores da UJ por faixa etária – Situação apurada em 31/12

Quadro A.6.5 - Quantidade de servidores da UJ por nível de escolaridade - Situação apurada em 31/12

Quadro A.6.6 - Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores

Quadro A.6.7- Composição do Quadro de Servidores Inativos - Situação apurada em 31 de dezembro

Quadro A.6.8 - Instituidores de Pensão - Situação apurada em 31/12

Quadro A.6.9 - Atos Sujeitos ao Registro do TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)

Quadro A.6.10 - Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)

Quadro A.6.11 - Regularidade do cadastro dos atos no Sisac

Quadro A.6.12 - Atos sujeitos à remessa física ao TCU (Art. 14 da IN TCU 55/2007)

Quadro A.6.13 - Atuação do OCI sobre os atos submetidos a registro

Quadro A.6.14 - Cargos e atividades inerentes a categorias funcionais do plano de cargos da unidade jurisdicionada

Quadro A.6.15 - Relação dos empregados terceirizados substituídos em decorrência da realização de concurso público ou de provimento adicional autorizados

Quadro A.6.16 - Autorizações para realização de concursos públicos ou provimento adicional para substituição de terceirizados

Quadro A.6.17 - Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva

Quadro A.6.18 - Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra

Quadro A.6.19 - Composição do Quadro de Estagiários

Quadro A.7.1 - Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União

Quadro A.7.2 - Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros

Quadro A.7.3 - Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ

Quadro A.9.1 - Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

Quadro A.9.2 - Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água

Quadro A.10.1 - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício

Quadro A.10.2 - Deliberações do TCU Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício

Quadro A.10.3 - Recomendações do OCI Atendidas no Exercício

Quadro A.10.4 - Recomendações do OCI Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício

Quadro A.10.5 - Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR

Quadro A.10.6 - Modelo de declaração de inserção e atualização de dados no SIASG e SICONV

Quadro A.11.1 - Declaração de que as demonstrações contábeis do exercício refletem corretamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada

Quadro A.11.2 - Declaração de que as demonstrações contábeis do exercício Não refletem corretamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada.

1.1 IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA

1.1.1 Relatório de Gestão Individual

O Relatório de Gestão Individual contém os elementos identificadores completos da UJ, as normas relacionadas à sua constituição e à gestão, incluindo orientações, publicações, conforme modelo apresentado no **Quadro A.1.1** abaixo, que se descreve a seguir.

Poder e Órgão de Vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério da Saúde			Código SIORG: 2207
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa: Fundação Nacional de Saúde – Superintendência Estadual no Rio Grande do Sul			
Denominação abreviada: FUNASA/SUEST/RS			
Código SIORG: 2207	Código LOA: 36211		Código SIAFI: 255021
Situação: Ativa			
Natureza Jurídica: Fundação			
Principal Atividade: Promoção de Programas de Saúde: federal, estadual e municipal - CNAE/IBGE			Código CNAE: 8412-4/00
Telefones/Fax de contato:	(51)32157003	(51) 32157004	(51) 32157036
Endereço Eletrônico: corers@funasa.gov.br			
Página na Internet: http:// WWW.funasa.gov.br			
Endereço Postal: Avenida Borges de Medeiros, nº 536, 11º andar, Centro, Porto Alegre, RS, CEP 90.020-022			
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada:			
Instituída pela Lei nº 8.029 de 12 de abril de 1990, pelo Decreto nº 100, de 16 de abril de 1991, e em conformidade com o que dispõe o Decreto nº 4.727, de 09 de junho de 2003, publicado no Diário Oficial da União, do dia 10 de junho de 2003. Portaria nº 1.776 de 8 de setembro de 2003 que aprova o regimento interno da Funasa.			

Quadro A. 1.1.2 Qualificação da Superintendência Estadual

Qualificação da Superintendência Estadual:
Nome do Superintendente Estadual: Gustavo de Mello
Nome da Assistente de Planejamento: Rosemary Manozzo
População do Estado: 10.582.887 (IBGE)
Nº de municípios abrangidos pela SUEST-RS: 400

1.2 FINALIDADE E COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS DA UNIDADE

A Fundação Nacional de Saúde – FUNASA, órgão executivo do Ministério da Saúde, tem como responsabilidade a promoção e proteção da saúde e como competências: prevenir e controlar doenças e outros agravos e fomentar soluções de saneamento para prevenção e controle de doenças.

Sua missão é:

A missão institucional da Fundação Nacional de Saúde compreende duas vertentes principais que vão se desenvolver mediante a elaboração de planos estratégicos nos segmentos de Saneamento e Saúde Ambiental. A Portaria nº 806, de 6 de junho de 2006, do Presidente da Funasa, instituiu a Carteira de Projetos Estratégicos, elaborada em consonância com o Planejamento Plurianual (PPA), designando os gerentes responsáveis pelos diversos projetos que consubstanciam o realinhamento institucional da Funasa.

As ações de inclusão social mediante cuidados com a saúde são executadas com a prevenção e controle de agravos ocasionados pela falta ou inadequação nas condições de saneamento básico em áreas de interesse especial, como assentamentos, remanescentes de quilombos e reservas extrativistas.

A FUNASA atua com unidades descentralizadas através de Superintendências Estaduais – SUESTs, em cada Estado e que tem como competências regimentais: Coordenar, Supervisionar e Desenvolver suas atividades nas suas respectivas áreas de jurisdição.

A Superintendência Estadual da Funasa no Regional do Rio Grande do Sul possui a seguinte estrutura:

- Assessoria Técnica
- Divisão de Engenharia e Saúde Pública – DIESP
- Divisão de Administração - DIADM
- Serviço de Recursos Humanos – SEREH
- Serviço de Convênios - SECON

- Serviço de Saúde Ambiental – SESAM

À Assessoria Técnica compete à elaboração do Planejamento – Plano de Metas e Ações da Superintendência Estadual e o acompanhamento, controle e monitoramento do referido Plano. Além disso, é responsável pelo atendimento aos Órgãos de Controle Interno e Externo.

Cabe a Divisão de Engenharia de Saúde Pública – DIESP, atuar na implantação de ações de Saneamento voltadas para a promoção da saúde e para o controle e prevenção de doenças, estruturada em cinco eixos:

- Saneamento em Áreas Especiais – que envolve o abastecimento de água e solução adequada de esgotamento sanitário as populações indígenas e residentes em áreas remanescentes de quilombos.

- Saneamento em Áreas de Relevante Interesse Epidemiológico – que envolve ações de melhoria das condições de habitação na zona rural, na área endêmica da Doença de Chagas.

- Saneamento em Municípios com população de até 50.000 mil habitantes – que envolve ações de abastecimento de água, esgotamento sanitário e saneamento domiciliar.

- Saneamento Rural – envolvendo ações de abastecimento de água e solução adequada dos dejetos em áreas rurais, em áreas especiais como quilombolas e assentamentos, reservas extrativistas e em localidades com população inferior a 2.500 habitantes.

Na área de Saúde Ambiental, compete a Funasa: Planejar, Coordenar, Supervisionar e Monitorar a execução das atividades relativas:

- À formulação e implementação de ações de promoção e proteção à saúde ambiental, em consonância com a política do Subsistema Nacional de Vigilância em Saúde Ambiental;

- Ao apoio ao desenvolvimento de estudos e pesquisas na área de Saúde Ambiental;

- Ao controle da qualidade de água para consumo humano proveniente de sistemas de abastecimento público, conforme critérios e parâmetros estabelecidos pelo Ministério da Saúde;

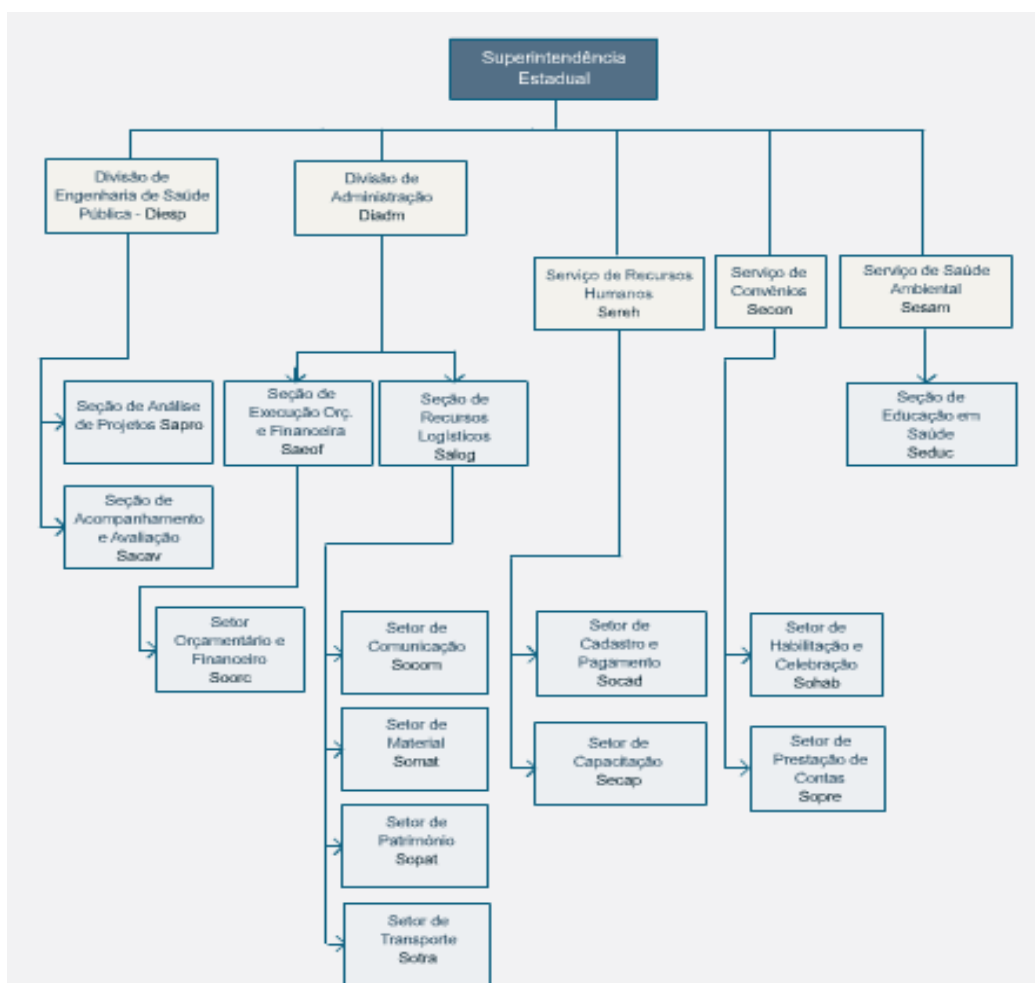
Ao Serviço de Convênios tem como atribuição a celebração e acompanhamento dos convênios firmados pela FUNASA e análise da prestação de contas dos recursos transferidos.

Ao Serviço de Recursos Humanos – SEREH, cabe a Gestão de Recursos Humanos, e ao Serviço de Administração – SEADM as atividades relativas das áreas de orçamento, finanças, contabilidade e recursos logísticos.

1.3 ORGANOGRAMA FUNCIONAL

Estrutura organizacional da Fundação Nacional de Saúde/Funasa

Superintendência Estadual da Funasa no Rio Grande do Sul



Por força do Decreto nº 7.335 de 19 de outubro de 2010, que aprovou o novo estatuto e o quadro demonstrativo dos cargos em comissão e das funções gratificadas, e definiu como responsabilidades institucionais a promoção e a proteção à saúde, e como competências, o fomento às soluções de saneamento para a prevenção de controle de doenças, bem como a formulação e

implementação de ações de promoção e de proteção à saúde relacionadas com ações estabelecidas pelo Sistema Nacional de Vigilância em Saúde Ambiental, foi elaborada a proposta do Regimento Interno da Funasa, e encaminhada para o Ministério da Saúde (MS) para aprovação.

O referido regimento foi encaminhado por meio do Ofício 123 / Gabinete PR / Presi / Funasa de 09 de maio de 2012, reiterado pelo Ofício / Gabinete PR / Presi / Funasa de 14 de fevereiro de 2013, e até o momento esta aprovação não foi efetivada.

Como o decreto referido acima alterou a estrutura vigente, e a nova proposta ainda não foi aprovada, a Funasa optou pela descrição das competências baseadas na proposta do novo regimento interno, por ser o instrumento baseado na legislação vigente.

PROPOSTA DE REGIMENTO INTERNO DA FUNASA, BASEADA NO DEC. 7.335 - DE 19/10/2010.

SEÇÃO IV Das Unidades Descentralizadas

Art. 84. Às Superintendências Estaduais compete coordenar, supervisionar e desenvolver as atividades da Fundação Nacional de Saúde, nas suas respectivas áreas de atuação.

Art. 85. À Divisão de Engenharia de Saúde Pública das Superintendências Estaduais compete:

I - coordenar, acompanhar, supervisionar e avaliar as atividades de engenharia de saúde pública, no âmbito da Superintendência Estadual;

II - prestar apoio técnico a programas e ações de gestão dos serviços de saneamento desenvolvidas por órgãos estaduais e municipais;

III - apoiar e supervisionar estudos e pesquisas tecnológicas na área de saneamento e edificações de Saúde Pública;

IV - analisar projetos de saneamento e edificações de Saúde Pública; e

V - acompanhar e supervisionar obras realizadas com transferência de recursos da Fundação Nacional de Saúde.

Art. 86. À Seção de Análise de Projetos compete:

I - analisar projetos técnicos de engenharia destinados a área de saúde, bem assim os relativos a obras nas edificações de uso da Fundação Nacional de Saúde;

- II - analisar e emitir parecer técnico relativo a convênios; e
- III - prestar cooperação técnica.

Art. 87. À Seção de Acompanhamento e Avaliação compete:

- I - acompanhar a execução das obras realizadas com recursos da Fundação Nacional de Saúde; e
- II - acompanhar e avaliar as atividades de elaboração de projetos, enfocando custos e concepções técnicas.

Art. 88. À Divisão de Administração das Superintendências Estaduais competem planejar, coordenar e executar as atividades das áreas de orçamento, finanças, contabilidade e recursos logísticos e insumos estratégicos.

Art. 89. À Seção de Execução Orçamentária e Financeira compete:

- I - executar as atividades relativas à execução orçamentária e financeira;
- II - programar, consolidar e fornecer subsídios às atividades relacionadas à proposta orçamentária anual em articulação com as diversas áreas da Superintendência Estadual;
- III - executar e acompanhar as atividades de movimentação dos recursos orçamentários e financeiros;
- IV - promover estudos de custos orçamentários e financeiros das ações desenvolvidas pela Superintendência Estadual;
- V - elaborar, mensalmente a programação financeira;
- VI - proceder à análise e execução dos registros contábeis dos fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial;
- VII - promover o envio e/ou retificação das declarações anuais obrigatórias a nível da Superintendência Estadual;
- VIII - manter adimplência da Fundação Nacional de Saúde junto aos órgãos arrecadadores e fiscalizadores a nível Estadual; e
- IX - executar outras atividades determinadas pelo Chefe da Divisão de Administração.

Art. 90. Ao Setor Orçamentário e Financeiro compete:

- I - executar e acompanhar a programação e execução orçamentária e financeira;

II - manter atualizado os registros orçamentários e financeiros recebidos e os saldos dos empenhos emitidos;

III - executar as atividades de registro de conformidade documental;

IV - promover o pagamento dos processos de despesas no âmbito Estadual;

V - proceder à análise e execução dos registros contábeis dos fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial; e

VI - executar outras atividades determinadas pelo chefe da Seção de Execução Orçamentária e Financeira.

Art. 91. À Seção de Recursos Logísticos compete:

I - executar as atividades de apoio administrativo;

II - controlar, orientar e fiscalizar a execução de atividades de limpeza, manutenção, vigilância, transporte, administração de material, patrimônio, obras e comunicação;

III - proceder à análise e acompanhamento dos processos licitatórios, dispensas e inexigibilidade de licitação;

IV - acompanhar a execução de contratos, acordos e ajustes da Superintendência; e

V - elaborar minutas de contratos, aditivos e acordos, submetendo-os à apreciação do Superintendente.

Art. 92. Ao Setor de Comunicação compete:

I - executar as atividades relacionadas ao recebimento, classificação, movimentação e expedição de correspondências e arquivos; e

II - proceder à análise, avaliação e seleção de documentos, segundo a Tabela de Temporalidade de Documentos vigentes.

Art. 93. Ao Setor de Material compete:

I - executar as atividades de administração de material e serviços, de controle de estoque físico e contábil dos materiais de consumo e insumos estratégicos;

II - executar os procedimentos relativos a compras de materiais e contratações de serviços; e

III - manter atualizados os registros das atividades que lhes sejam afetas nos correspondentes sistemas de informação.

Art. 94. Ao Setor de Transportes compete:

I - supervisionar e controlar a execução das atividades relativas a transporte de funcionários, de cargas e manutenção da frota de veículos;

II - acompanhar e manter atualizado o cadastro de veículos, manutenção da frota em uso, registro e licenciamento, bem como acompanhar o consumo de combustíveis e lubrificantes; e

III - acompanhar perícias para apuração de responsabilidade decorrente de má utilização ou negligência por parte dos motoristas.

Art. 95. Ao Setor de Patrimônio compete:

I - executar as atividades de administração patrimonial;

II - propor a alienação, cessão ou baixa de materiais permanentes;

III - manter atualizados os dados do acervo de bens móveis e imóveis, inclusive contabilmente; e

IV - elaborar o inventário anual dos bens móveis e imóveis.

Art. 96. Ao Serviço de Recursos Humanos das Superintendências Estaduais compete:

I - planejar, coordenar e orientar as atividades inerentes à gestão de recursos humanos, em harmonia com diretrizes emanadas da unidade central da Fundação Nacional de Saúde;

II - supervisionar as atividades relativas à aplicação da legislação de pessoal sob sua administração;

III - proceder a estudos sobre lotação ideal de servidores, objetivando subsidiar estratégias de gestão de recursos humanos;

IV - disponibilizar aos servidores, informações e esclarecimentos a respeito das políticas e procedimentos relacionados a recursos humanos;

V - propor à Coordenação-Geral de Recursos Humanos, Plano Anual de Capacitação de recursos humanos; e

VI - promover, executar e monitorar as ações da política de atenção à saúde do servidor em harmonia com a unidade central:

a) perícia médica;

b) promoção e vigilância à saúde; e

c) assistência a saúde suplementar.

Art. 97. Ao Setor de Cadastro e Pagamento compete:

I - acompanhar e executar as atividades de pagamento de remuneração e vantagens dos servidores ativos, aposentados e pensionistas;

II - elaborar cálculos de direitos e vantagens decorrentes da implantação e revisão de aposentadorias e pensões e outros que impliquem em alteração de remuneração;

III - executar as atividades de atualização cadastral, movimentação de pessoal e concessão de benefícios de servidores ativos e inativos;

IV - promover a apresentação da declaração de bens e rendas dos servidores da Fundação Nacional de Saúde, no final de cada exercício financeiro, exoneração ou afastamento definitivo, bem como encaminhar as informações ao órgão de controle externo;

V - atualizar a documentação e assentamentos funcionais dos servidores; e

VI - supervisionar e controlar a execução das atividades relacionadas à concessão e revisão de aposentadoria e pensão.

Art. 98. Ao Setor de Capacitação compete:

I - acompanhar e executar as atividades de avaliação de desempenho, de levantamento das necessidades e de desenvolvimento de recursos humanos;

II - elaborar e manter cadastro de qualificação do corpo funcional e de instrutores;

III - elaborar e implementar programas e projetos de capacitação, de acordo com diretrizes estabelecidas pela unidade central da Fundação Nacional de Saúde; e

IV - propor a participação de servidores em atividades de treinamento e eventos de capacitação e desenvolvimento de recursos humanos.

Art. 99. Ao Serviço de Convênios compete:

I - auxiliar a Coordenação-Geral de Convênios na proposição de procedimentos internos para a celebração, gerenciamento e prestação de contas de convênios, termos de compromisso e instrumentos congêneres;

II - repassar aos setores subordinados a legislação aplicável à área, bem como normativos, portarias e instruções recebidas dos órgãos centrais e de órgãos externos, cobrando suas aplicações;

III - coordenar as atividades relacionadas ao gerenciamento e prestação de contas de convênios, termos de compromisso e instrumentos congêneres;

IV - planejar, coordenar e supervisionar as atribuições dos setores subordinados; e

V - executar atividades relacionadas a convênios determinadas pela Unidade Central.

Art. 100. Ao Setor de Habilitação e Celebração compete:

I - coordenar e executar a análise processual de convênios, termos de compromisso e instrumentos congêneres, celebrados com entidades de sua Unidade da Federação, de acordo com a legislação vigente e com orientações das unidades centrais, executando as tarefas afeitas ao gerenciamento desses instrumentos e encaminhando documentações às autoridades competentes;

II - solicitar informações ou complementação de informações relativas ao gerenciamento de convênios, termos de compromisso e instrumentos congêneres a setores da própria Fundação ou a órgãos externos;

III - encaminhar informações a Coordenação de Habilitação e Celebração de Convênios com relação aos instrumentos gerenciados no setor, a fim de subsidiar as atribuições daquela Coordenação;

IV - controlar a tramitação de processos e documentos relativos à habilitação e gerenciamento de convênios, termos de compromisso e instrumentos congêneres; e

V - executar outras atividades determinadas pelo Chefe do Serviço de Convênios.

Art. 101. Ao Setor de Prestação de Contas compete:

I - elaborar relatórios, trimestrais e anuais, de acompanhamento e análise de prestação de contas da execução de convênios, termos de compromisso e instrumentos similares, encaminhando-os à Coordenação de Acompanhamento e Análise de Prestação de Contas de Convênios, ao fim de cada trimestre e exercício;

II - prestar cooperação técnica aos órgãos e entidades convenientes na elaboração e apresentação de prestação de contas, em conformidade com as normas e legislação vigente;

III - controlar e realizar cobrança de prestação de contas dos convênios, termos de compromisso e instrumentos similares celebrados no âmbito de sua atuação;

IV - realizar a análise e a emissão de parecer parcial e final em prestação de contas de convênios, termos de compromisso e instrumentos similares;

V - analisar a documentação de processo de prestação de contas de convênios, termos de compromisso e instrumentos similares celebrados;

VI - atualizar os sistemas internos de gestão de convênios, termos de compromisso e instrumentos similares;

VII - submeter ao ordenador de despesas, para aprovação, as prestações de contas dos recursos repassados mediante convênios, termos de compromisso e instrumentos similares no âmbito de sua atuação;

VIII - controlar a tramitação de processos e documentos relativos à prestação de contas;

IX - informar a Coordenação de Acompanhamento e Análise de Prestação de Contas de Convênios, para registro no mesmo, toda a execução das prestações de contas parcial e final de convênios, termos de compromisso e instrumentos similares celebrados pela Fundação Nacional de Saúde, bem como os resultados de suas análises;

X - propor a abertura de Tomada de Contas Especial, nos casos de inadimplência decorrente de ausência de prestação de contas e de não aprovação;

XI - coordenar e monitorar o processo de instrução para instauração de Tomada de Contas Especial de Convênios, termos de compromisso e instrumentos similares; e

XII - executar outras atividades determinadas pelo Chefe do Serviço de Convênios.

Art. 102. Ao Serviço de Saúde Ambiental compete:

I - coordenar, acompanhar e avaliar as atividades de saúde ambiental, em consonância com as diretrizes definidas pelo Departamento de Saúde Ambiental;

II - monitorar e avaliar as atividades de educação em saúde ambiental realizadas por estados e municípios relativas às ações de saúde ambiental e saneamento básico fomentadas pela Fundação Nacional de Saúde;

III - executar ações de apoio ao controle da qualidade da água para consumo humano provenientes de abastecimento público ou solução alternativa conforme procedimentos e padrão de potabilidade estabelecidos pelo Ministério da Saúde;

IV - coordenar e executar ações supletivas e complementares de saúde e saneamento ambiental, em situações de risco à saúde de populações vulneráveis, em conjunto com a Divisão de Engenharia de Saúde Pública;

V - coordenar e executar projetos e ações estratégicas de saúde ambiental, em conjunto com a Divisão de Engenharia de Saúde Pública; e

VI - coordenar, monitorar e avaliar as ações de educação em saúde ambiental e apoio ao controle da qualidade da água realizado em comunidades especiais.

Art. 103. À Seção de Educação em Saúde Ambiental compete:

I - executar atividades de educação em saúde ambiental, em conformidade com as diretrizes estabelecidas pela Coordenação de Educação em Saúde Ambiental;

II - analisar, acompanhar, avaliar e emitir parecer sobre projetos de educação em saúde ambiental, a serem implementados pelos estados e municípios, relativos às ações de saúde ambiental e saneamento básico fomentadas pela Fundação Nacional de Saúde;

III - apoiar a execução de ações estratégicas de saúde ambiental em municípios e comunidades, em situação de risco à saúde; e

IV - atuar de forma integrada com os demais setores da Superintendência Estadual nas ações de sua abrangência.

1.4 MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS

“NÃO SE APLICA A ESTA UNIDADE JURISDICIONADA”

1.5 MACROPROCESSOS DE APOIO

“NÃO SE APLICA A ESTA UNIDADE JURISDICIONADA”

1.6 PRINCIPAIS PARCEIROS

Cooperação Técnica

O Programa de Cooperação no Apoio à Gestão dos Serviços Públicos de Saneamento foi criado para apoiar os entes federados e as instituições públicas prestadoras de serviços de Saneamento Ambiental, na prevenção e no controle das doenças e outros agravos de forma a contribuir para a promoção da saúde pública.

Esse programa se apresenta como um instrumento que visa o fortalecimento das estruturas e da gestão dos serviços de saneamento, por meio de mecanismos e estratégias como: cooperação técnica e financeira, intercâmbio, estudos, pesquisas, produção conjunta do conhecimento e transferência de tecnologias, incluindo a adequada gestão de recursos humanos e seu aperfeiçoamento por meio da capacitação.

Objetivos do programa

Geral

O Programa de Cooperação Técnica em Saneamento Ambiental tem como objetivo propiciar aos estados, municípios e Distrito Federal, um conjunto de processos, ações, atividades e

procedimentos para melhorar a gestão dos serviços de saneamento, buscando a sustentabilidade dos serviços e a promoção da saúde humana.

Específicos

Apoiar e subsidiar as unidades federadas e municípios no diagnóstico, planejamento e execução das ações de saneamento ambiental;

Apoiar e subsidiar as instituições públicas prestadoras de serviço de saneamento ambiental, em especial os municípios, na organização e/ou fortalecimento das estruturas institucionais da área e da gestão de recursos humanos.

A expectativa da Funasa é que o Programa de Cooperação Técnica, trabalhado de forma transversal, em parceria com instituições governamentais e não-governamentais, bem como articulado com os setores organizados da sociedade civil e seus movimentos sociais, possa vir a contribuir para a eficiência, a eficácia, a sustentabilidade dos serviços de saneamento ambiental, a inclusão social e a promoção da saúde humana, respeitando os princípios da equidade, universalidade e integralidade.

Ação conjunta das três esferas de Governo

É um princípio característico não só de uma república federativa num regime democrático, mas também decorrente da estrutura, das diretrizes e da dinâmica do SUS, por se tratar de questões de saúde. O Programa de Cooperação Técnica poderá fomentar e reforçar estas relações entre as três esferas de governos (federal, estadual e municipal), em especial entre o Ministério da Saúde e as Secretarias Estaduais e Municipais de Saúde. O Programa deverá estar articulado à dinâmica do processo de tomada de decisões nas instâncias colegiadas do SUS e atento à necessidade de aperfeiçoamento dessa dinâmica.

Nessas relações intergovernamentais, o Programa deverá promover a articulação institucional entre os gestores do sistema definindo com clareza a participação, o compromisso, a responsabilidade e as atribuições de cada instância no processo. À esfera federal compete participar da formulação e da implementação da política de saneamento. À estadual cabe participar da formulação da política e da execução das ações de saneamento e à municipal compete executar os serviços de saneamento.

Campo de atuação do Programa

Decorrente de sua atual missão, a Funasa pauta sua atuação em Saneamento Ambiental nas seguintes diretrizes:

Fomentar ações sustentáveis de engenharia de saúde pública e saneamento ambiental integrada às diretrizes do SUS e à política de saneamento do Governo Federal;

Avançar no processo de integração com outras instâncias dos governos e da sociedade civil potencializando as ações da Funasa, garantindo a participação popular, o controle social e a consolidação do SUS.

Linhas de Ação do Programa

Para obtenção dos resultados esperados o Programa de Cooperação Técnica atua estrategicamente nas seguintes linhas de ação:

Desenvolvimento institucional - Objetivo

Fomentar e assessorar os entes federados e municípios na estruturação, organização, fortalecimento, implantação e implementação das ações necessárias ao desenvolvimento institucional dos serviços públicos de saneamento objetivando a sua sustentabilidade.

Capacitação de recursos humanos – Objetivo

Capacitar os profissionais dos órgãos responsáveis pela administração dos serviços de saneamento para que eles possam desenvolver suas atividades de forma manter a qualidade dos serviços prestados à comunidade.

Elaboração do plano municipal de saneamento ambiental - Objetivo

Instrumentalizar e assegurar aos entes federados as condições necessárias ao planejamento das ações locais de saneamento ambiental e a sustentabilidade dos serviços. No Estado do Rio Grande do Sul estão sendo viabilizadas parcerias com diversas instituições governamentais e não – governamentais, tais como: Emater, Corsan, Prefeituras, Universidades, Cooperativas.

2.1 PLANEJAMENTO DAS AÇÕES DA UNIDADE JURISDICIONADA

SANEAMENTO AMBIENTAL

Historicamente, o investimento em Saneamento no Brasil foi orientado por aspectos que não levavam em conta critérios epidemiológicos, as condições de salubridade ambiental e as condições sócio-econômicas das comunidades atendidas. Este modelo conduziu a privilegiar as áreas mais desenvolvidas em detrimento daquelas com população de menor poder aquisitivo ou dispersas. A atuação do Setor Saúde na área de Saneamento teve início institucionalmente a partir do ano de 1942, amparado pelo Decreto Lei nº 4.275, que autorizou o então Ministério da Educação e Saúde, a organizar o Serviço Especial de Saúde Pública (Sesp) em cooperação com o *Institute of Interamerican Affairs*, do Governo Americano.

A participação da Funasa no cenário do Saneamento Básico do Brasil se insere no contexto da Política Nacional de Saneamento. Esta participação tem se dado no fomento às ações e programas de saneamento que atendem aos segmentos urbanos com populações de até 50.000 habitantes e às áreas rurais de todos os municípios brasileiros, principalmente no atendimento às populações remanescentes de quilombos, aos assentamentos rurais e às populações ribeirinhas, legalmente, de responsabilidade exclusiva a Funasa.

A integração entre as ações de saúde e de saneamento no Brasil está respaldada pela legislação vigente que enfatiza a importância da articulação das políticas públicas desses importantes setores sociais.

As atribuições do setor saúde em saneamento estão fundamentadas na Constituição Federal de 1988, na Lei Orgânica da Saúde (nº 8.080/90), que dispõe sobre as condições para a promoção, a proteção e a recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes, e na Lei nº 11.445/2007 que estabelece as Diretrizes Nacionais para o Saneamento Básico com seu respectivo Decreto regulamentador (Decreto nº 7217/2010).

A Constituição Federal de 1988 definiu como competência da União a de instituir diretrizes para o desenvolvimento urbano, inclusive habitação, saneamento básico e transportes urbanos (art. 21, inciso XX). No art. 200, inciso IV, regulamentado pela Lei 8080/90, foi garantido, 17 de forma

clara, a participação do setor saúde (Sistema Único de Saúde) na formulação da política e da execução das ações de saneamento básico.

A Lei nº 11.445/07 que estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico definiu os marcos da política pública federal de saneamento, e consolidou os referenciais de natureza jurídica e institucional para a atuação dos diversos agentes envolvidos na execução da política de saneamento básico no País.

Um dos avanços obtidos na Lei diz respeito à formulação de políticas públicas, à possibilidade de planejar e, sobretudo, à participação popular, associada à co-gestão, pois os poderes federal, estadual e municipal atuarão articuladamente, oportunizando maiores alcances, voltados para o atendimento das ações de saneamento básico à população de baixa renda, tendo como principal instrumento a elaboração dos Planos Municipais de Saneamento Básico.

Assim, o advento da Lei nº 11.445/2007, Lei do Saneamento, configura-se numa proposta de reversão histórica dos baixos níveis de institucionalização e baixa efetividade, pois se vislumbra possibilidades concretas de melhor impactar o cenário sócio-sanitário e epidemiológico do país.

PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO

O Governo Federal visando promover a possibilidade de aceleração do crescimento econômico, mantendo a inflação em níveis baixos e aproveitando a positividade dos atuais indicadores macroeconômicos e sociais positivos, desenvolveu o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

O PAC é considerado mais do que um programa de expansão do crescimento. Ele é visto como um novo conceito de investimentos em infraestrutura que, aliado às medidas econômicas, tem a finalidade de estimular os setores produtivos e, ao mesmo tempo, levar benefícios sociais para todas as regiões do país.

O modelo adotado busca o desenvolvimento econômico e social de forma sustentável, combinando crescimento da economia com a distribuição de renda, proporcionando a diminuição da pobreza e a inclusão social, por meio da geração de infraestrutura e do mercado formal de trabalho.

O PAC foi instituído como programa de governo inicialmente para o período de 2007 a 2010, para aplicar um montante da ordem de R\$ 503,9 bilhões nas áreas de transporte, energia, saneamento, habitação, e recursos hídricos. Fica evidente que a expansão do investimento em infraestrutura é condição fundamental para a aceleração do desenvolvimento sustentável no Brasil.

O conjunto de investimentos desta primeira fase foi organizado em três eixos decisivos: Infraestrutura Logística, envolvendo a construção e ampliação de rodovias, ferrovias, portos, aeroportos, e hidrovias; Infraestrutura energética, correspondendo à geração e transmissão de energia elétrica, produção, exploração e transporte de petróleo, gás natural e combustíveis renováveis; e Infraestrutura Social e Urbana, englobando saneamento, habitação, metrô, trens urbanos, universalização do Programa Luz para Todos e recursos hídricos.

Dentro da área social e urbana foram elencados os investimentos em Saneamento Básico baseados nas seguintes premissas: Buscar a universalização do atendimento; Implementar a Lei do Saneamento Básico; Garantir a política estável de financiamento das ações de Saneamento;

Promover intervenções integradas e sustentáveis nas favelas; e Apoiar a preparação de projetos, obras e ações de desenvolvimento institucional dos prestadores.

A Fundação Nacional de Saúde, atuando como órgão executivo do MS, é uma das instituições do Governo Federal responsável em promover a inclusão social por meio de ações de saneamento em todos os municípios brasileiros.

Tendo em vista a atuação da Funasa no desenvolvimento das ações de Saneamento, foi delegada a ela a função de executar as ações de Saneamento do PAC 2007-2010, contemplando obras em cinco eixos de atuação: Eixo I – saneamento em áreas especiais; Eixo II – Saneamento em Áreas de Relevante Interesse Epidemiológico; Eixo III – Saneamento em Municípios com População de até 50.000 habitantes; Eixo IV – Saneamento Rural; e Eixo V – Ações Complementares de Saneamento.

A segunda etapa do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC 2) prevê a realização de obras para a construção de Sistemas de Abastecimento de Água (SAA), Sistemas de Esgotamento Sanitário (SES), aí incluídas as ações de Melhorias Sanitárias Domiciliares (MSD), além de contratação de serviços para a Elaboração de Projetos de Engenharia, para aqueles municípios que assim o pleitearam, definindo uma carteira de investimentos em saneamento em todo o país, com

previsibilidade da oferta de recursos em um horizonte quadrienal (2011 a 2014), lançando um conjunto de medidas institucionais visando à continuidade da execução dos empreendimentos, bem como o aumento nos investimentos realizados por Estados e Municípios.

A previsão é investir R\$ 5 bilhões em SAA e SES, nos municípios com até 50 mil habitantes de todo o país (cerca de 90% da Federação), exceto aqueles integrantes das 12 regiões metropolitanas, sendo R\$ 4 bilhões da Fundação Nacional de Saúde e R\$ 1 bilhão do Ministério das Cidades.

O PAC introduziu um método inovador de monitoramento, disseminou a cultura de priorização, responsabilização e de transparência das informações. As medidas adotadas pelo Governo no âmbito do programa estão ajudando a remover obstáculos ao crescimento e reduzir as desigualdades sociais e regionais. As obras do PAC constituem categoria de transferências obrigatórias, facilitando o repasse de recursos dos órgãos e entidades da União aos órgãos e entidades dos Estados, Distrito Federal e Municípios.

A Funasa por meio de diversas portarias ao longo do ano de 2012 procurou realizar um trabalho em conjunto com os municípios.

Foram editadas as Portarias nºs 22, de 11/01/2012 - Análise técnica dos pleitos relacionados Resíduos Sólidos Urbanos, relativos à aquisição de veículos e equipamentos seja realizada, em caráter excepcional, pelos técnicos do Departamento de Engenharia de Saúde Pública; Portaria nº 118, 14-02-2012 - Aprovou os critérios e os procedimentos dispostos no Anexo I desta Portaria concernente à aplicação de recursos orçamentários e financeiros, por meio de celebração de convênio, visando apoiar os municípios e Consórcios Públicos na elaboração de Planos Municipais de Saneamento Básico, conforme dispõe a Lei nº 11.445, de 05 de janeiro de 2007, Decreto nº 7.217, de 21 de julho de 2010 e a Lei 11.107, de 06 de abril de 2005; Portaria nº 453, 05/06/2012 Aprovaram os critérios e os procedimentos básicos para aplicação de recursos orçamentários e financeiros, do programa de Resíduos Sólidos Urbanos; Portaria nº 608, 19/07/2012 Tornou público a seleção de propostas para o Programa de Apoio a Elaboração de Planos Municipais de Saneamento Básico; Portaria nº 896, 01/11/2012 – Convocou os municípios para serem apoiados técnica e financeiramente com implantação ou ampliação dos sistemas de abastecimento de água em comunidades rurais, no âmbito das ações de Saneamento Rural da Funasa no Programa Água Para Todos / Plano Brasil Sem Miséria para o ano de 2012, e Portaria nº 937, 20/11/2012 Informou

os municípios para serem apoiados técnica e financeiramente com ação de Implantação de Melhorias Habitacionais para Controle da Doença de Chagas, do Programa de Aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde, referente ao exercício de 2012.

Enfim, estabeleceu um conjunto de critérios e procedimentos para a seleção de estados e municípios que receberiam recursos orçamentários não onerosos com o objetivo de diminuir o déficit de saneamento básico, com ênfase na implantação, ampliação ou melhorias de sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário (coletivo e domiciliar), bem como para a contratação pela Funasa da elaboração de projetos coletivos de sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário.

2.2 ESTRATÉGIAS DE ATUAÇÃO FRENTE AOS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

A Coordenação Geral de Planejamento – CGPLA, área vinculada à estrutura da Presidência da Funasa, em janeiro de 2012 iniciou juntamente com as Superintendências Estaduais o processo de planejamento da Instituição, com o objetivo de implementar um instrumento de gestão e que contou com a participação de representantes das diversas áreas.

Inicialmente foi realizado um levantamento de necessidades considerando as atividades por área de atuação. Representando a SUEST/RS participaram a Divisão de Engenharia de Saúde Pública, Serviço de Convênios, Serviço de Saúde Ambiental, Divisão de Administração, Serviço de Recursos Humanos. Posteriormente foi realizado um treinamento do aplicativo MS PROJECT que tinha como objetivo identificar e acompanhar as atividades das áreas e o alcance das Metas/Ações/Programas sob a responsabilidade da Funasa. O MS Project não mede resultados, somente verifica se as ações estão sendo executadas.

O ano de 2012 foi marcado por este novo ciclo de planejamento de acordo com as metas estabelecidas e pactuadas pelo PPA - Plano Plurianual 2012/2015. O Planejamento foi elaborado através do Plano de Ações e de Metas da Superintendência Estadual da Funasa no Rio Grande do Sul, que contempla os Programas e Projetos da Funasa/Presidência e este é formatado considerando a realidade e necessidades atendidas no âmbito do Estado.

O processo de planejamento da Fundação Nacional de Saúde (Funasa) iniciou-se com a revisão do referencial estratégico, a partir da definição da sua nova missão, visão e valores, considerando os pontos fortes e fracos dentro do horizonte estabelecido. Passando em seguida pela etapa de elaboração e pactuação do plano de ação tendo sido definido como ferramenta tecnológica de gestão, o MS Project (aplicativo voltado para o gerenciamento de projetos, onde se pode planejar, implementar e acompanhar as ações).

O MS Project foi utilizado para o planejamento, a implementação e o acompanhamento das ações pactuadas em todos os níveis (Presidência e Superintendência), que se deu de forma colegiada, possibilitando a reflexão quanto ao alcance dos resultados pretendidos, considerando a factibilidade dos prazos. O caráter dinâmico de todo o processo de planejamento pressupõe o estabelecimento de novas estratégias, subsidiando a tomada de decisão tempestiva quanto à necessidade de novas intervenções ou medidas.

O processo de Planejamento consistiu na pactuação de um conjunto de medidas (Ações e Atividades), registradas no MS Project, consideradas indispensáveis ao enfrentamento das dificuldades reconhecidas pela instituição e, simultaneamente, daquelas suficientes para o alcance dos resultados almejados; sobretudo aqueles que guardam correspondência com as políticas públicas, planos, programas, objetivos e metas governamentais de responsabilidade da Fundação Nacional de Saúde.

Na primeira etapa deste processo, houve a definição das estratégias e diretrizes gerais do Plano de Ação realizada durante reuniões agendadas especificamente para este fim (reunião de diretoria e reunião de diretoria ampliada). Definidas as estratégias e diretrizes gerais, cada diretoria consolidou no MS Project, as ações necessárias que lhes competem executar, levando-se em consideração atividades, tempo e recursos (humanos, logísticos e orçamentários).

Em um segundo momento as diretorias identificaram no conjunto de ações e tarefas registradas no MS Project, aquelas que são de competência e responsabilidade das Superintendências Estaduais (SUEST) e que, portanto, deverão ser objeto de desdobramento nos Planos de Ação da Suest.

Após esta etapa, as ações e tarefas são apresentadas em reunião de diretoria, no MS Project, para socialização das informações, pactuação de prazos e demais considerações pertinentes.

Por fim, após o nivelamento em reunião de diretoria, as ações e tarefas, registradas no MS Project, foram apresentadas em reunião de planejamento, com a participação das áreas técnicas da Presidência e das Superintendências Estaduais (SUEST), para pactuação e deliberação quanto aos possíveis desdobramentos, responsáveis e prazos no nível das Superintendências

2.3 EXECUÇÃO DO PLANO DE METAS OU DE AÇÕES

O processo de planejamento, por competência institucional, está localizado no nível central da instituição, e conta, sempre que necessário, com a participação de representações das suas esferas estaduais.

Conforme é de conhecimento foram definidos os seguintes componentes que conformam o arco do processo, desde a sua planificação até a sua avaliação: elaboração do referencial estratégico contemplando a missão institucional, visão de futuro e valores.

Com relação aos objetivos estratégicos, estes foram definidos em conformidade com os órgãos de interesses convergentes, Ministério da Saúde, Ministério das Cidades, Ministério da Integração Nacional e Ministério do Meio Ambiente, por ocasião da elaboração do Plano Plurianual de Governo para o período de 2012 a 2015.

As metas trabalhadas foram estabelecidas pela própria instituição, e se encontram também elencadas no Plano Plurianual de Governo, do mesmo período. Os movimentos de monitoramento e avaliação, em nível interno, ainda não estão sistematizados, embora já se tenha elaborado uma planilha de indicadores de gestão - que auxiliam no processo de monitoramento - e de desempenho institucional, que são utilizados quando do processo de avaliação institucional. A título de ratificação, a ligação do processo de planejamento com o Plano Plurianual e seus componentes é de competência da Presidência da instituição.

Por tudo isso, depreende-se que a Superintendência Estadual, por ser uma unidade descentralizada da estrutura central, não tem um processo de planejamento autônomo, desvinculado do da presidência. Em outras palavras, as macrodecisões sobre em que bases planejar, bem assim a escolha de demais critérios que norteiam a feitura desses documentos são de responsabilidade da presidência da instituição, e acontecem no seu espaço de atuação.

Com relação a plano de trabalho, no ano de 2012, foi instituído para as Superintendências Estaduais, um plano de ação, baseado na ferramenta MS-Project, com atributos de abrangência nacional e estadual, expressos por projetos, ações, subações, tarefas, responsáveis, e prazo de execução, em correlação com as metas e objetivos estratégicos definidos no plano estratégico da instituição, numa escala ascendente.

As Superintendências, portanto, ao executarem o seu plano de trabalho, contribuem para o alcance, em primeiro lugar, das metas estabelecidas pela instituição, e, por consequência, com os objetivos estratégicos estabelecidos. Esse é o nível de atuação das Superintendências, no espectro do processo de planejamento estratégico desenvolvido pela Fundação.

Através de um trabalho de monitoramento é possível identificar as dificuldades, os resultados e os avanços na execução das metas. Para isso, em 2012 foi lançado um novo aplicativo - MS Project, que é um sistema que veio para auxiliar no Planejamento e que é responsável pelo monitoramento e desenvolvimento das ações na Instituição, permitindo uma avaliação sistemática e transparente dos trabalhos que estão sendo implantados nas Superintendências Estaduais.

Com isso servidores dos diversos setores da SUEST-RS, ou seja, da Divisão de Engenharia e Saúde Pública, do Serviço de Saneamento Ambiental e do Gabinete da Superintendência, participaram do treinamento “Noções Básicas de Gerenciamento de Projetos, MS Project Professional e Ambiente Project Web”, que aconteceu em Brasília de 06 a 10 de fevereiro de 2012, cujo objetivo foi desenvolver habilidades para coordenar, orientar e acompanhar projetos de qualquer natureza, identificar atividades e formas planejadas de trabalho.

A partir dessa capacitação, cada gestor cadastrou no sistema as ações relativas à sua divisão e pode visualizar as demais e todo esse processo foi acompanhado via web pelas áreas, pelo Superintendente Estadual e pela Presidência da Funasa. Esse sistema de planejamento organizou, possibilitou a tomada de decisões, para a realização das atividades da Superintendência, visando solucionar os problemas, alcançar objetivos, servindo de orientação para a concretização e a qualidade dos serviços prestados.

Na área de Saneamento Ambiental, especificamente no ano de 2012 nos serviços que envolvem os sistemas de Abastecimento de Água, Esgotamento Sanitário, Melhorias Sanitárias Domiciliares e Melhorias Habitacionais para controle a Doença de Chagas, a Superintendência Estadual no Rio Grande do Sul desenvolveu ações em municípios de até 50.000 mil habitantes, totalizando, no Estado, aproximadamente 400 municípios.

Cabe ressaltar, que as ações de Saneamento Ambiental são desenvolvidas de forma descentralizada, isto é, através de Convênios com repasse de recursos e de Cooperação Técnica com os municípios.

Considerando os desafios apresentados no cumprimento das responsabilidades da nossa Superintendência Estadual, ressalta-se o grande problema enfrentado com a carência de pessoal, comparado com a abrangência da população atendida, bem como a extensão territorial do Estado do Rio Grande do Sul.

2. 4. INDICADORES

Indicadores para a Avaliação de Desempenho da Funasa Eixo: Engenharia de Saúde Pública

Indicador	Finalidade	Fórmula de Cálculo	Memória de cálculo	Tipo	Fonte	Método de Aferição	Área Responsável	Meta do Indicador
Percentual de comunidades com obras de SAA (Saneamento Rural) Contratadas (TC celebrados)	Aferir o número de comunidades com obras de SAA contratadas.	$\frac{\text{N}^\circ \text{de comunidades com obras Contratadas}}{\text{N}^\circ \text{de comunidades com obras Programadas}} \times 100$	(2/2)*100	Eficiência	Sigob, Relatório o Densp	Relatório de execução	Densp	Contratar 100% das obras programadas
Percentual de SAA simplificados Concluídos.	Aferir o número de SAA simplificados concluídos.	$\frac{\text{N}^\circ \text{de Obras Concluídas}}{\text{N}^\circ \text{de Instrumentos Celebrados}} \times 100$	(0/8)*100	Eficácia	Sigob	Relatório de execução	Densp	Alcançar 100% de SAA simplificados concluídos
Percentual de municípios com apoio à gestão	Aferir a capacidade de apoio à gestão dos municípios programados	$\frac{\text{N}^\circ \text{de municípios apoiados}}{\text{N}^\circ \text{de municípios programados}} \times 100$	(5/13)*100	Eficácia	Relatório o Densp	Relatório de execução	Densp	Alcançar 100% dos municípios programados
Percentual de Resíduos Sólidos Concluídos.	Aferir o número de obras de Resíduos Sólidos concluídos.	$\frac{\text{N}^\circ \text{de Obras Concluídas}}{\text{N}^\circ \text{de Instrumentos Celebrados}} \times 100$	(7/15)*100	Eficácia	Sigob	Relatório de execução	Densp	Alcançar 100% de obras de Resíduos Sólidos concluídas

Indicador	Finalidade	Fórmula de Cálculo	Memória de Cálculo	Tipo	Fonte	Método de Aferição	Área Respons.	Resultado
1- Percentual de execução física de obras de abastecimento de água com recursos do PAC Acumulado - 2007 a 2010.	Medir a execução física das obras do PAC	$\frac{\text{N}^\circ \text{ de Tc com obras de SAA em execução/concluídas}}{\text{N}^\circ \text{ de Tc celebrados (CONSIDERAR os vigentes)}}$	$(35/40)*100$	Eficácia	Balanco do PAC* Sigesan, Siscon SUESTs	Relatórios do Sigesan; Informações das Divisões de Engenharia das SUESTs	Densp SUESTs	87,50 %
		$\frac{\text{N}^\circ \text{ de Tc com projetos de SAA aprovados}}{\text{N}^\circ \text{ de Tc celebrados (CONSIDERAR os vigentes)}}$	$(40/40)*100$	Eficácia	Balanco do PAC* Sigesan, Siscon SUESTs	Relatórios do Sigesan; Informações das Divisões de Engenharia das SUESTs	Densp SUESTs	100 %

Indicador	Finalidade	Fórmula de Cálculo	Memória de Cálculo	Tipo	Fonte	Método de Aferição	Área Respons.	Resultado
2 - Percentual de execução física de obras de esgotamento sanitário com recursos do PAC Acumulado - 2007 a 2010.	Medir a execução física das obras do PAC	$\frac{\text{N}^\circ \text{ de Tc com obras de ES em execução/concluídas}}{\text{N}^\circ \text{ de Tc celebrados (CONSIDERAR os vigentes)}}$	$(11/15)*100$	Eficácia	Balanco do PAC I Sigesan, Siscon SUESTs	Relatórios do Sigesan; Informações das Divisões de Engenharia das SUESTs	Densp SUESTs	73,33 %
		$\frac{\text{N}^\circ \text{ de Tc com projetos de ES aprovados}}{\text{N}^\circ \text{ de Tc celebrados (CONSIDERAR os vigentes)}}$	$(14/15)*100$	Eficácia	Balanco do PAC I Sigesan, Siscon SUESTs	Relatórios do Sigesan; Informações das Divisões de Engenharia das SUESTs	Densp SUESTs	93,33 %

Indicador	Finalidade	Fórmula de Cálculo	Memória de Cálculo	Tipo	Fonte	Método de Aferição	Área Respons.	Resultado
3 - Percentual de comunidades remanescentes de quilombo com SAA implantado com recursos do PAC I	Verificar o percentual de comunidades remanescentes de quilombo com Ações de saneamento	$\frac{\text{Nº de comunidades remanescentes de quilombo com SAA implantado}}{\text{total de comunidades remanescentes de quilombo contratadas nos 4 anos do PAC}} \times 100$	(1/11)*100	Eficácia	Relatório Consolidado de atividades (Densp) Planilha de acompanhamento Programação do PAC I	Planilha Acompanhamento Visita de acompanhamento	DENSP SUEST	9,09 %

Indicador	Finalidade	Fórmula de Cálculo	Memória de Cálculo	Tipo	Fonte	Método de Aferição	Área Respons.	Resultado
4 - Percentual de domicílios com Melhorias Sanitárias Domiciliares implantadas com recursos do PAC I e PAC II em separado	Verificar o percentual de domicílios com Melhorias Sanitárias Domiciliares implantadas	$\frac{\text{N}^\circ \text{ de domicílios com MSD implantado}}{\text{N}^\circ \text{ de domicílios programados nos 4 anos PAC}} \times 100$	(6/38)*100 PAC 1 (0/23)*100 PAC 2	Eficácia	Balço do PAC I Sigesan, Siscon SUESTs	Relatórios do Sigesan; Informações das Divisões de Engenharia das SUESTs	Densp SUESTs	15,78 % PAC 1 0 % PAC 2
		$\frac{\text{N}^\circ \text{ de Tc com obras de MSD em execução/concluídas}}{\text{N}^\circ \text{ de Tc celebrados}}$	(33/38)*100 PAC 1 (21/23)*100 PAC 2	Eficácia	Balço do PAC I Sigesan, Siscon SUESTs	Relatórios do Sigesan; Informações das Divisões de Engenharia das SUESTs	Densp SUESTs	86,24 % PAC 1 91,30 % PAC 2
		$\frac{\text{N}^\circ \text{ de Tc com projetos de MSD aprovados}}{\text{N}^\circ \text{ de Tc celebrados}}$	(33/38)*100 PAC 1 (23/23)*100 PAC 2	Eficácia	Balço do PAC I Sigesan, Siscon SUESTs	Relatórios do Sigesan; Informações das Divisões de Engenharia das SUESTs	Densp SUESTs	86,24 % PAC 1 100 % PAC 2

Indicador	Finalidade	Fórmula de Cálculo	Memória de Cálculo	Tipo	Fonte	Método de Aferição	Área Respons.	Resultado
5 - Percentual de domicílios com Melhoria Habitacional para o Controle da Doença de Chagas	Aferir o percentual de domicílios com Melhoria Habitacional para o Controle da Doença de Chagas realizada	$\frac{\text{N}^\circ \text{ de domicílios com MHCDC realizada}}{\text{N}^\circ \text{ de domicílios programados nos 4 anos (PPA 2012 - 2015)}} \times 100$?	Eficácia	Balanço do PAC I Sigesan, Siscon SUESTs	Relatórios do Sigesan; Informações das Divisões de Engenharia das SUESTs	Densp SUESTs	
		$\frac{\text{N}^\circ \text{ de Tc com obras de MHCDC em execução/concluídas}}{\text{N}^\circ \text{ de Tc celebrados}} \times 100$	(0/26)*100 PAC 1	Eficácia	Balanço do PAC I Sigesan, Siscon SUESTs	Relatórios do Sigesan; Informações das Divisões de Engenharia das SUESTs	Densp SUESTs	0%
		$\frac{\text{N}^\circ \text{ de Tc com projetos de MHCDC aprovados}}{\text{N}^\circ \text{ de Tc celebrados}} \times 100$	(26/26)*100 PAC 1	Eficácia	Balanço do PAC I Sigesan, Siscon SUESTs	Relatórios do Sigesan; Informações das Divisões de Engenharia das SUESTs	Densp SUESTs	100%

Indicadores para a Avaliação de Desempenho da Funasa; Eixo: Saúde Ambiental

Indicador	Finalidade	Fórmula de Cálculo	Memória de cálculo	Tipo	Fonte	Método de Aferição	Área responsável	Meta do Indicador
Percentual de municípios apoiados tecnicamente no fomento às ações de educação em saúde ambiental. (2013)	Aferir o percentual de municípios apoiados tecnicamente	$\frac{\text{Número de municípios apoiados tecnicamente}}{\text{Número de municípios programados}} \times 100$,	Eficiência	Sigob e Siconv	Siconv	Coesa/Desam	Alcançar 100% dos municípios apoiados
Percentual de comunidades especiais atendidas com ações de educação em saúde ambiental. (2012)	Aferir o percentual de comunidades especiais atendidas	$\frac{\text{Número de comunidades especiais atendidas}}{\text{Número total de comunidades especiais programadas}} \times 100$,	Eficiência	Relatório consolidado da Coesa	Relatório de atividades das Saduc/Sesam	Coesa/Desam	Atender 100% (73) comunidades especiais com ações de educação em saúde ambiental.
Percentual de municípios com técnicos capacitados em Controle da Qualidade da Água (CQA). (2012)	Aferir o percentual de municípios com técnicos capacitados em CQA.	$\frac{\text{Número de municípios com técnicos capacitados}}{\text{Número de municípios previstos no período}} \times 100$,	Eficiência	Sistema de monitoramento e-CAR	Relatório de atividades dos URCQA/SESAM.	Cocag/Desam	100% de municípios com técnicos capacitados em CQA.
Percentual de municípios com amostras de água analisadas. (2012)	Aferir o percentual de municípios com amostras de água analisadas.	$\frac{\text{Número de municípios com análises realizadas}}{\text{Número de municípios previstos}} \times 100$,	Eficiência	Relatório consolidado da Cocag/Desam	Relatório de atividades dos SESAM	Cocag/Desam	100% municípios programados com amostras de água analisadas.
Percentual de exames de qualidade da água de comunidades especiais realizados. (2012)	Aferir o percentual de exames de qualidade da água de comunidades especiais realizados.	$\frac{\text{Número de exames realizados}}{\text{Número de exames programados}} \times 100$,	Eficiência	Relatório consolidado da Cocag	Relatório de atividades dos SESAM	Cocag/Desam	Realizar 100% exames programados de qualidade da água de comunidades especiais.

Percentual de áreas potencialmente suspeitas de contaminação por DDT com diagnóstico de remediação realizado. (2013)	Aferir o percentual de áreas potencialmente suspeitas de contaminação por DDT com diagnóstico de remediação realizado.	$\frac{\text{Número de áreas com diagnóstico de remediação realizado}}{\text{Número de áreas potencialmente suspeitas de contaminação por DDT}} \times 100$,	Eficiência	Relatório consolidado ou instrumentos de campo	Instrumentos de campo	Desam	100% (126) áreas com diagnóstico de remediação realizado.
--	--	---	---	------------	--	-----------------------	-------	---

Observação: Não há informações, pois é um setor que está se estruturando e no ano de 2013 não houveram ações no ano de 2012.

A SESAM iniciou efetivamente sua atuação nesta Superintendência em 2012. No decorrer do ano o Serviço passou por um lento processo de estruturação devido ao quadro reduzido deste setor, greve de servidores e mudança de chefias. Apesar das dificuldades, atingimos o objetivo primordial para a implantação do Programa de Apoio ao Controle da Qualidade da Água nesta SUEST que foi o recebimento da unidade móvel para controle da qualidade da água - UMCQA.

Além disso, firmamos importante parceria com a EMATER/ASCAR – RS, para monitoramento da qualidade da água em zonas rurais. Bem como, demos início ao diálogo para elaboração de termos de cooperação com a CORSAN e CEVS, ampliando com estas parcerias nosso alcance dentro do Estado do Rio Grande do Sul, possibilitando desta forma, que tenhamos laboratórios e técnicos disponíveis para nos auxiliar nas atividades programadas para 2013.

Indicadores para Acompanhamento da Gestão da Funasa: Eixo: Engenharia de Saúde Pública

Indicador	Finalidade	Fórmula de Cálculo	Mamória de cálculo	Tipo	Fonte	Método de Aferição	Área Responsável	Observações
Percentual de Obras Iniciadas	Conhecer o percentual de obras iniciadas financiadas com recursos da FUNASA	$\frac{\text{N}^\circ \text{de Obras Iniciadas no período de 2006 a 2012}}{\text{N}^\circ \text{de instrumentos de repasse com recurso liberado período de 2006 a 2012}} \times 100$	(200/265)*100	Eficiência	Sigob, Sigesan	Relatório mensal extraído do Sigob e Sigesan	DENSP	75,47%
Percentual de Obras Concluídas	Conhecer o percentual de obras concluídas financiadas com recursos da FUNASA	$\frac{\text{N}^\circ \text{de Obras Concluídas no período de 2006 a 2012}}{\text{N}^\circ \text{de instrumentos de repasse com recurso liberado período de 2006 a 2012}} \times 100$	(47/265)*100	Eficiência	Sigob, Sigesan	Relatório mensal extraído do Sigob e Sigesan	DENSP	17,73%
Percentual de projetos aprovados.	Conhecer a percentual de instrumentos celebrados com projetos aprovados	$\frac{\text{Número de projetos aprovados no período de 2006 a 2012}}{\text{Número de instrumentos celebrados período de 2006 a 2012}} \times 100$	(264/401)*100	Eficiência	Sigob, Siscon	Relatório mensal extraído do Sigob e Siscon	DENSP	Classificado por tipo (PAC, CV e EP) e por componente (SAA, Esgoto, MSD, Resíduos)
Percentual de Relatório de acompanhamento com aprovação. Exercícios 2011 e 2012	Conhecer o percentual de aprovação dos relatórios analisados	$\frac{\text{Número de Relatório R2 + R3 aprovados}}{\text{Número de Relatórios R2 + R3 produzidos}} \times 100$	(06+02/NÃO TEM COMO SABER OS PRODUZIDOS SÓ OLHANDO 1 A 1)*100	Eficiência	Sigob, Sigesan	Relatório mensal extraído do Sigob e Sigesan	DENSP	
Percentual de Projetos em Áreas Rurais Contratados (não será realizado em 2012).	Aferir o percentual de projetos contratados para áreas especiais.	$\frac{\text{Número de Projetos Contratados}}{\text{Número de Projetos Programados}} \times 100$	(06/07)*100	Eficiência	Relatório Denps	Relatório de execução	DENSP	

<p>Percentual de Cisternas (Execução TCPAC) Concluídas</p>	<p>Conhecer o percentual de obras concluídas financiadas com recursos da FUNASA</p>	<p>NúmerodeCisternas Concluídas NúmerodeCisternas programadas Execução Indireta TC PAC X 100</p>	<p>0</p>	<p>Eficiência</p>	<p>Sigob</p>	<p>Relatório mensal extraído do Sigob.</p>	<p>DENSP</p>	
--	---	--	-----------------	-------------------	--------------	--	--------------	--

3. ESTRUTURA DE GOVERNANÇA E DE AUTOCONTROLE DA GESTÃO

3.1 ESTRUTURA DE GOVERNANÇA

“NÃO SE APLICA A NATUREZA JURÍDICA DA UJ”

3.2 AVALIAÇÃO DO FUNCIONAMENTO DOS CONTROLES INTERNOS

QUADRO A 3.1 – AVALIAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS DA UJ

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS	VALORES				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					
1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.					X
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.			X		
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.				X	
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					X
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.					X
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.					X
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.				X	
8. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.					X
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.					X
Avaliação de Risco					
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					X
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.				X	
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a conseqüente adoção de medidas para mitigá-los.				X	
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.				X	
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.				X	
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.				X	
16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.					X
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					X
Procedimentos de Controle					
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.				X	
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.				X	
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.				X	
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.			X		

Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.				X	
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				X	
25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.					X
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.					X
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.				X	
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.				X	
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.				X	
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.				X	
Análise Crítica:					
Escala de valores da Avaliação:					
(1) Totalmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente não observado no contexto da UJ.					
(2) Parcialmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua minoria .					
(3) Neutra: Significa que não há como avaliar se o conteúdo da afirmativa é ou não observado no contexto da UJ.					
(4) Parcialmente válida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua maioria .					
(5) Totalmente válido. Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente observado no contexto da UJ.					

3.4 SISTEMA DE CORREIÇÃO

A UJ possui servidores capacitados para desenvolver qualquer atividade correcional com exceção da sindicância patrimonial e que existe suporte logístico (sala reservada, material de expediente e suporte financeiro e locomoção) para o desenvolvimento eficaz dos trabalhos disciplinares e/ou investigativos. Todavia o número de servidores treinados ainda é baixo, considerando a dimensão da organização funcional da Funasa. Contudo ao longo do 2º semestre de 2012 foi oportunizada a capacitação em PAD e Sindicância a dois servidores da Superintendência, oferecida pela Corregedoria da Funasa/Presidência, com carga horária de 40h.

A UJ tem a competência de instauração das atividades correccionais com fulcro no art. 1º da Portaria nº. 229/2012 e a responsabilidade de garantir às comissões a estrutura e suporte necessário para o desenvolvimento dos trabalhos com base no art. 13 da Ordem de Serviço nº. 01/2012, ambos dispositivos da Funasa.

Os principais resultados de 2012 destacam-se: **1º**- Padronização dos atos de julgamentos das atividades correccionais instauradas, como efeito da centralização do julgamento pelo presidente da Funasa (art. 3º da Portaria nº. 229/2012); **2º**- Maior controle na instauração da atividade correcional na indicação preliminar pela Corregedoria da atividade mais adequada para apuração pela Superintendência Estadual, em decorrência da concentração de todas as comunicações de possíveis irregularidades administrativas identificadas nos Estados (parágrafo único do art. 1º da Portaria nº 229/2012); **3º**- Atualização dos normativos e implementação dos procedimentos correccionais no âmbito da Fundação, e **4º**- Capacitação de servidores em processo administrativo disciplinar e sindicância;

Arcabouço Legal:

Lei 9.962, de 22/02/2000 – Dispõe sobre o procedimento administrativo para empregado público;

Lei 9.784, de 29/01/1999 – Regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal;

Lei 8.745, de 09/12/1993 – Dispõe o procedimento administrativo para os servidores temporários;

Lei 8.112, de 11/12/1990 – Regime jurídico dos servidores civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais;

Instrumento Normativa da Funasa:

Portaria nº 940, de 26/11/2012 – Dispõe do Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta no âmbito da Funasa;

Portaria nº 229, de 26/03/2012 – Delega competência para os superintendentes para instaurar atividades correccionais;

Portaria nº 653, de 06/12/1995 – Adotou o Manual de Processo Administrativo Disciplinar e Sindicância da Funasa;

Ordem de Serviço nº 1, de 04/06/2012 – Dispõe sobre os procedimentos correccionais, formação e atuação de comissão no âmbito da Funasa.

Instrumento Normativa da CGU:

Decreto nº 5.480, de 30/06/2005 – Dispõe sobre o Sistema de Correição do Poder Executivo Federal;

Portaria nº 1.043, de 24/07/2007 da CGU – Estabelece o uso do sistema informativo CGU-PAD;

Portaria nº 335, de 30/05/2006 – Dispõe sobre a Investigação Preliminar;

Instrução Normativa CGU nº 12, de 01/11/2011 – Dispõe sobre o uso da videoconferência;

Instrução Normativa CGU nº 04, de 17/02/2009 – Cria o Termo Circunstanciado Administrativo;

Enunciados da Controladoria Geral da União – CGU;

Manual de Processo Administrativo Disciplinar da CGU.

RELAÇÃO DE PROCESSOS ADMINISTRATIVOS DISCIPLINARES E DE SINDICÂNCIAS INSTAURADOS E A INSTAURAR NA SUEST-RS

ITEM	Nº DO PROCESSO	NATUREZA PAD/SIND	DATA DO OCORRIDO	OBJETO	ACUSADO	VALOR ESTIMADO	DATA DA PORTARIA	ÚLTIMO DESP	DESPACHO
1	25265.002.740/2007-85	PAD	2004/2005	Apurar a responsabilidade sobre ocorrência de multas de carros oficiais	Vários	5.388,55	11/05/2007	10/08/2007	PAD a ser instaurado
2	25265.003.975/2007-94	PAD	13/05/2006	Apreensão de veículo, IGS 0712	Margarete R. da Trindade	745,85	10/07/2007	14/11/2011	PAD 25265.016.866/2011-13
3	25265.006.978/2007-80	PAD	abr/04	telefonia movel	x	x	14/11/2007	04/04/2008	PAD a ser instaurado
4	25265.005.942/2008-60	PAD		fatos da sindicância nº 073567-20.00/07-2 realizada pela SES/RS.	Carmo Pereira Severino	x	x	11/02/2009	PAD a ser instaurado - ser
5	25265.003.034/2010-56	PAD	15/12/2009	Apurar fatos que impediram contratação de emp. de manutenção redes água em áreas indígenas	Manoel Ribeiro e Robson Prade	x	24/03/2010	10/09/2010	PAD a ser instaurado
6	25265.004.453/2010-13	PAD	31/07/2007	Apurar responsabilidade pelo desaparecimento de 35 aparelhos celulares	Carlos Muller e Robson Prade	x	18/05/2010	28/11/2011	PAD a ser instaurado
7	25265.005.075/2010-87	PAD		Apurar irregularidades adm. envolvendo contrato celebrado entre a CORE/RS e a empresa RR comercio serviços Ltda., serviços de lavagens em viaturas	Roberto, Robson e Ledi Silva	x	05/05/2010	06/12/2011	PAD a ser instaurado
8	25265.005.029/2010/88	SIND. PU	13/04/2010	desta Core/RS	Davi Ribeiro e Bruno Bezerra	x	27/05/2010	23/09/2010	PAD a ser instaurado
9	25265.078.505/2006-01	SIND	ag/2006	Apurar irregularidades apontadas pela CGU em relação ao CV1006/01 -Extravio de processo	x	x	x	05/01/2007	Sindicância Investigativa a
10	25265.003.885/2008-84	SIND. PU	19/05/2008	malto de 2008	José Antônio F.Roque	x	x	14/09/2012	SALOG/SOPAT baixa patrinf
11	25265.002.643/2008-73	SIND	14/04/2008	Apurar o arrombamento da sala do almoxarifado do 6º andar da Funasa causando dano ao erário	x	x	x	29/08/2008	Sindicância Investigativa a
12	25265.002.992/2008-95	SIND	18/02/2008	Apurar fatos referente ao roubo de material permanente - impressora -	x	x	x	20/08/2008	Sindicância Investigativa a
13	25265.018.065/2005-44	PGF	jul/05	Comunicação de ocorencia de furto	x	x	x	11/05/2011	PGF para parecer
14	25265.003.257/2008-07	PGF	18/05/2008	Desaparecimento de bens da Unidade de Saude de Campo Molhado em Maquiné	x	x	x	11/05/2011	PGF para parecer
15	25265.000.606/2009-10	PGF	12/01/2009	Acidente com Nissan JKH 5333, em 12/01/2009 -	Lauro Vieira de Lima	14.824,68	x	24/03/2009	PAD instaurado
16	25265.006.218/2008-53	PGF	29/08/2008	Acidente com veículo oficial, placa IJK 8476	Eton Meira Lopes	1.640,00	x	21/09/2009	PAD instaurado
17	25265.003.692/2010-48	PGF	12/04/2010	Apurar responsabilidade em relação ao acidente com veículo da funasa placa IOO-5673	Luiz Zancan	1.412,00	x	14/09/2012	Sindicância Apuratória - Sh
18	25265.003.991/2010-82	PGF	29/04/2010	caminhão placa LZ0 5784 contendo 6 caixas água, bombonas e 2 pneus 175-70 aro 13.	Paulo Ricardo Pinto Ribeiro	618	x	12/06/2012	Arquivamento
19	25265.000.745/2011-50	PGF	24/01/2011	Apurar responsabilidade de acidente com veículo da Funasa placa L200 IPQ6112, em 24/01/2011	Luiz Zancan	x	x	29/08/2011	Encaminhado para ASAI
20	25265.000.269/2011-77	PGF	19/02/2008	origem ao processo nº 25265.000.755/2008-90 - reconhecimento de dívida	x	x	07/01/2011	18/11/2011	Encaminhar para Auditoria
21	25265.002.250/2011-65	PGF	26/03/2011	Apurar responsabilidade sobre o acidente com veículo da Funasa - Mitsubichi L200, placa IRK 6919	Lauro Vieira de Lima	3.900,00		30/04/2012	DIADM/PATRIMONIO Termc
22	25265.000.270/2011-00	PGF	15/04/2009	origem ao Pro. De Reconhecimento de Dívida 25265.009.117/2009-15	x	x	07/01/2011	03/11/2011	SEREH/SUEST/RS
23	25265.007.185/2010-83	SIND	04/08/2010	Apurar responsabilidades em relação a revisão das viaturas modelo Uno Mile	Edison Monteiro Vieira	X		01/12/2011	PAD a ser instaurado
24	25265.009.479/2011-21	SIND	23/05/2011	medicamentos	Jair Pereira Martins e Helena	x		09/11/2011	Sindicância a ser instaurac
25	25265.006.980/2007-59	PAD	18/08/2006	cobrança de juros e multas a empresas prestadoras de serviços	Vários Coordenadores e chefias	a calcular		26/11/2009	PAD - encaminhar p/ Brasil
26	25265.006.531/2008-91	SIND	26/09/2008	documentos				13/07/2011	Sindicância a ser instaurac
27	25265.002.021/2012-21	SIND	27/12/2012	Apurar responsabilidades de servidores referente denúncia do prefeito Chui	Paulo Abbad e Manoel Ribeiro	sem onus	12/01/2012	10/07/2012	Sindicância concluída pelo
28	25265.002.022/2012-76	SIND	27/12/2012	Apurar responsabilidades de servidores	Paulo Renato Abbad	sem onus	12/01/2012	01/04/2012	Encaminhar para Presiden
29	25265.014.888/2011-49	PAD	01/07/2008	Apurar a responsabilidade sobre o acidente que envolveu dois veículo da Funasa	João Evaristo e Antonio Renato	a calcular	17/10/2011	08/08/2012	PAD Sobrestado por falta
30	25265.008.019/2011-85	SIND	01/07/2011	Acidente com viatura da FUNASA, com vítima fatal	Honório Luiz Khun	sem onus	01/07/2011	15/08/2011	Sindicância concluída, Arq
31	25265.012.405/2011-71	SIND	22/08/2011	Apurar acidente - veículo da funasa Mitsubichi placa IPQ 7011 com terceirizado	Ari Loureiro	25.000,00		14/09/2012	Apurar os fatos
32	25265.006.999/2011-81	SIND	01/07/2011	Apurar responsabilidades de servidore	Paulo Renato Abbad	sem onus	01/07/2011	09/01/2012	Corregedoria para instaur
33	25265.019.543/2011-81	SIND	02/12/2011	Acidente com viatura da FUNASA placa IPQ 6120	Eton Meira Lopes	23.301,57		17/09/2012	Encaminhar DSEI Interior S
34	25265.004.771/2012-38	SIND	01/02/2012	funasa IOZ 9840	Zeferino dos Santos	4.676,15		14/09/2012	Encaminhar para PGF
35	25265.006.980/2007-59	SIND	20/11/2007	Apurar responsabilidade servidores ref. processo 25265.074.048/2006-78	Diversos	x	14/11/2007	08/05/2012	Encaminhar para arquivo p
36	25265.011.322/2011-65	PAD	12/01/2009	JKH 5333	Lauro Vieira de Lima		12/09/2011	08/10/2012	Original enviado DSEI Inter
37	25265.007.454/2012-73	SIND	16/11/2012	DEADM	Arnoldo besko	x	19/11/2012		Em fase de apuração
38	25265.007.453/2012-29	SIND	16/11/2012	DEADM	Bruno Bezerra Pereira	x	19/11/2012		Em fase de apuração
39	25265.007.406/2012-85	SIND	16/11/2012	Apurar o desaparecimento do processo 25265.005.443/2012-59 referente a desaverbação de tempo de serviço da servidora Sirlei Famer	Gabinete do Superintendente	x	19/11/2012		Em fase de apuração
Processo encaminhados para parecer									
PAD - Processos a serem instaurados e já instaurados									
Sindicâncias a serem instauradas e já instauradas									
Processos concluídos									

Tabela elaborada por:

Rosemary Manozzo

04/12/2012

3.5 CUMPRIMENTO PELA INSTÂNCIA DE CORREIÇÃO DA PORTARIA Nº 1.043/2007 DA CGU

Os processos disciplinares e investigativos estão sendo cadastrados no sistema informativo CGU-PAD, de forma centralizada pela Corregedoria da Funasa, na sede da presidência da Fundação em Brasília/DF. Atualmente, estão registrados no sistema CGU-PAD todos os processos instaurados no período do ano de 2010 até o ano de 2012.

Todavia os processos dos anos de 2006 até 2009 serão registrados pela UJ, após a regulamentação e capacitação do(s) servidor(es) identificado(s) para acompanhar o registro no Estado, enfatiza-se que essa capacitação relativa ao sistema informativo CGU-PAD ocorrerá sob a responsabilidade da Corregedoria da Funasa que oportunizará quando autorizada pela presidência do órgão. Contudo, as atividades correccionais instauradas no período de 2006 a 2009 foram informadas em relatórios de gestão de anos anteriores.

Todas as informações constantes no sistema informativo CGU-PAD são preservadas, quanto ao zelo, integralidade, disponibilidade e confidencialidade das informações na forma legal.

4.1 INFORMAÇÕES SOBRE PROGRAMAS DO PPA DE RESPONSABILIDADE DA UJ

As Superintendências Estaduais não tem responsabilidade sobre nenhum nível de programação definida no Plano Plurianual 2012 – 2015.

“NÃO SE APLICA A UNIDADE JURISDICIONADA”

4.2 Informações Sobre a Execução Orçamentária e Financeira da Despesa

4.2.1 Identificação das Unidades Orçamentárias da UJ

Quadro A.4.7 – Identificação das Unidades Orçamentárias da UJ

Denominação das Unidades Orçamentárias	Código da UO	Código SIAFI da UGO
Superintendência Estadual do Rio Grande do Sul	36211	255021

4.2.2 Programação de Despesas

Quadro A.4.8 – Programação de Despesas Correntes

Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesas Correntes					
		1 – Pessoal e Encargos Sociais		2 – Juros e Encargos da Dívida		3- Outras Despesas Correntes	
		Exercícios		Exercícios		Exercícios	
		2012	2011	2012	2011	2012	2011
LOA	Dotação proposta pela UO						
	PLOA						
	LOA	NÃO SE APLICA A ESTA UNIDADE					
CRÉDITOS	Suplementares						
	Especiais	Abertos					
		Reabertos					
	Extraordinários	Abertos					
		Reabertos					
Créditos Cancelados							
Outras Operações							
Total							

Fonte:

4.2.2.2 Programação de Despesas de Capital

Quadro A.4.9 – Programação de Despesas de Capital

Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesa de Capital					
		4 – Investimentos		5 – Inversões Financeiras		6- Amortização da Dívida	
		Exercícios		Exercícios			
		2012	2011	2012	2011	2012	2011
LOA	Dotação proposta pela UO						
	PLOA						
	LOA	NÃO SE APLICA A ESTA UNIDADE					
CRÉDITOS	Suplementares						
	Especiais	Abertos					
		Reabertos					
	Extraordinários	Abertos					
		Reabertos					
Créditos Cancelados							
Outras Operações							
Total							

Fonte:

4.2.2.3 Resumo da Programação de Despesas e da Reserva de Contingência

Quadro A.4.10 – Quadro Resumo da Programação de Despesas e da Reserva de Contingência

Origem dos Créditos Orçamentários		Despesas Correntes		Despesas de Capital		9 – Reserva de Contingência	
		Exercícios		Exercícios		Exercícios	
		2012	2011	2012	2011	2012	2011
LOA	Dotação proposta pela UO						
	PLOA						
	LOA						
CRÉDITOS	Suplementares		NÃO SE APLICA A ESTA UNIDADE				
	Especiais	Abertos					
		Reabertos					
	Extraordinários	Abertos					
		Reabertos					
Créditos Cancelados							
Outras Operações							
Total							

Fonte:

4.2.3. Movimentação de Créditos Interna e Externa

Este item foi extraído separadamente, ou seja, uma extração da movimentação interna e outra da externa. De acordo com a portaria estas informações estão agrupadas em apenas um quadro (A.4.11), mas o Siafi Gerencial não permite a extração desta forma, portanto a Suest –RS, apresentará este item em dois quadros.

Quadro A.4.11 – Movimentação Orçamentária Interna por Grupo de Despesa

UO	Programa de Trabalho	UG Executora	Item de Informação			
			Provisões Recebidas	Recebido	Crédito	Créditos
36211 - FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE	09272008901810001 - PAGAMENTO DE	255021 - FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE - RS	10.515,92	-	-	-
36211 - FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE	10122211520000001 - ADMINISTRAÇÃO	255021 - FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE - RS	1.372.163,46	-	-	-
36211 - FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE	10122211520Q80001 - APOIO À IMPLANTAÇÃO	255021 - FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE - RS	72.268,33	-	-	-
36211 - FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE	10128211545720001 - CAPACITAÇÃO	255021 - FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE - RS	17.560,35	-	-	-
36211 - FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE	10305201520T60001 - FORTALECIMENTO	255021 - FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE - RS	1.870,79	-	-	-
36211 - FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE	10541206869080001 - FOMENTO À EDUCAÇÃO	255021 - FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE - RS	1.315,22	-	-	-
36211 - FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE	10122211520000001 - ADMINISTRAÇÃO	255021 - FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE - RS	5.527,14	-	-	-
36211 - FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE	10511206876560001 - IMPLANTAÇÃO	255021 - FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE - RS	149.760,00	-	-	-
36211 - FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE	10512206876520043 - IMPLANTAÇÃO	255021 - FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE - RS	199.800,00	-	-	-

Quadro A.4.11 Movimentação Orçamentária Externa por Grupo de Despesas Quadro

Grupo de Despesa	UO	Programa de Trabalho	UG Executora	Item de Informação		
				Provisões Recebidas	Recebi	Crédito Provisões
4 - INVESTIMENTOS	36901 - FUNDO NACIONAL DE SAÚDE	10511206576840001 - SANEAMENTO BÁSICO EM ALDEIAS INDÍGENAS	255017 - FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE - PE	1.255,00	-	-
4 - INVESTIMENTOS	53101 - MINISTERIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL	18544205159000020 - INTEGRAÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO COM A	255017 - FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE - PE	893.053,09	-	-

4.2.4. Execução Orçamentária da Despesa

4.2.4.1 Execução da Despesa Com Créditos Originários

4.2.4.1.1 Despesas Totais Por Modalidade de Contratação – Créditos Originários

Quadro A.4.12 – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos Originários

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2012	2011	2012	2011
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f)				
a) Convite				
b) Tomada de Preços				
c) Concorrência				
d) Pregão				
e) Concurso				
f) Consulta				
2. Contratações Diretas (g+h)	NÃO SE APLICA A ESTA UNIDADE			
g) Dispensa				
h) Inexigibilidade				
3. Regime de Execução Especial				
i) Suprimento de Fundos				
4. Pagamento de Pessoal (j+k)				
j) Pagamento em Folha				
k) Diárias				
5. Outros				
6. Total (1+2+3+4+5)				

4.2.4.2 Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação

Este item foi extraído separadamente, ou seja, uma extração da movimentação interna e outra da externa. De acordo com a portaria estas informações estão agrupadas em apenas um quadro (A.4.14 e A.4.15), mas o Siafi Gerencial não permite a extração desta forma, portanto a Suest deverá apresentar este item em dois quadros.

4.2.4.2.1 Despesas Totais por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação

Quadro A.4.14 Despesas por Modalidade de Contratação Créditos de Movimentação Interna

Grupo de Despesa	UO	Programa de Trabalho	UG Executora	Item de Informação
				Provisões Recebidas
4 - INVESTIMENTOS	36901 - FUNDO NACIONAL	10511206576840001 - SANEAMENTO BÁSICO EM	255017 - FUNDAÇÃO I	1.255,00
4 - INVESTIMENTOS	53101 - MINISTERIO DA IN	18544205159000020 - INTEGRAÇÃO DO RIO SÃO	255017 - FUNDAÇÃO I	893.053,09
36211 - FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE	Diárias	255021 - FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE - RS	151.850,96	151.850,96
36211 - FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE	Outros	255021 - FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE - RS	72.257,00	72.257,00
36211 - FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE	Pagamento em Folha	255021 - FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE - RS	10.515,92	10.515,92

Quadro A.4.14 Despesas por Modalidade de Contratação Créditos de Movimentação Externa

UO	Modalidade de Licitação	UG Executora	Empenhos	
			liquidados	Valores Pagos
36901 - FUNDO NACIONAL DE SAÚDE	Tomada de preço	255005 - FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE - BA	44.106,04	44.106,04
36901 - FUNDO NACIONAL DE SAÚDE	Inexigível	255005 - FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE - BA	12.033,22	12.033,22

4.2.4.2.2 Despesas Totais Por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação

Quadro A.4.15 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – créditos de Movimentação Interna

	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Despesa Executada por Insc. em RP Não-Proc	Valores Pagos
255021 - FUNDACAO NACIONAL DE SAUDE - RS	1.830.781,21	1.342.849,76	487.931,45	1.342.313,30
1. Despesas de Pessoal	10.515,92	10.515,92	-	10.515,92
08 - OUTROS BENEFICIOS ASSISTENCIAIS	10.515,92	10.515,92	-	10.515,92
3. Outras Despesas Correntes	1.465.178,15	1.332.333,84	132.844,31	1.331.797,38
14 - DIARIAS - CIVIL	133.984,71	133.984,71	-	133.984,71
30 - MATERIAL DE CONSUMO	89.135,32	46.835,32	42.300,00	46.835,32
33 - PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	2.573,40	2.573,40	-	2.573,40
36 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - P.FISICA	16.940,80	16.940,80	-	16.940,80
37 - LOCACAO DE MAO-DE-OBRA	394.976,47	354.976,47	40.000,00	354.976,47
39 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS- PESSOA JURIDICA	803.289,51	752.766,90	50.522,61	752.230,44
47 - OBRIG.TRIBUT.E CONTRIB-OP.INTRA-ORCAMENTARIAS	6.633,78	6.612,08	21,70	6.612,08
92 - DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	15.107,97	15.107,97	-	15.107,97
93 - INDENIZACOES E RESTITUICOES	2.536,19	2.536,19	-	2.536,19
4. Investimentos	355.087,14	-	355.087,14	-
51 - OBRAS E INSTALACOES - OP.INT.ORC.	349.560,00	-	349.560,00	-
52 - EQUIP.E MATERIAL PERMANENTE - OP.INTRA-ORC.	5.527,14	-	5.527,14	-

Quadro A.4.15 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – créditos de Movimentação Externa

	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Desp Executada por Valores Pagos		Executada por Insc. em RP	Valores Pagos
255021 - FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAU	1.830.781,21	1.342.849,76	487.931,45	1.342.313,30		
1. Despesas de Pessoal	10.515,92	10.515,92	-	10.515,92	32.431,15	35.223,16
08 - OUTROS BENEFICIOS ASSISTEN	10.515,92	10.515,92	-	10.515,92	34.188,74	37.946,55
3. Outras Despesas Correntes	1.465.178,15	1.332.333,84	132.844,31	1.331.797,38	68.287,87	-
14 - DIARIAS - CIVIL	133.984,71	133.984,71	-	133.984,71		

5. TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

5.1. Informações sobre o reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos.

Quadro A.5.1.1 - Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos

Identificação da Conta Contábil					
Código SIAFI		Denominação			
Linha Detalhe					
UG	Credor (CNPJ/CPF)	Saldo Final em 31/12/2011	Movimento Devedor	Movimento Credor	Saldo Final em 31/12/2012
Razões e Justificativas: Não houve ocorrência no período para as Contas Contábeis de códigos 21.211.11.00, 21.212.11.00, 21.213.11.00, 1.215.22.00 e 21.219.22.00 nos balancetes do exercício de 2011					

“NÃO SE APLICA A ESTA UNIDADE JURISDICIONADA”

5.2 Pagamentos e Cancelamentos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

5.2.1 Pagamentos e Cancelamentos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

Quadro A.5.2 - Situação dos Restos a Pagar de exercícios anteriores

255021 - SUEST-RS				
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos Acumulados	Pagamentos Acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2012
2008				
2009				
2010	R\$ 126.000,00		R\$ 126.000,00	R\$ 0,00
2011	R\$ 64.725,52		R\$ 64.725,52	R\$ 0,00

RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos Acumulados	Pagamentos Acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2012
2008	R\$ 268.940,80			R\$ 268.940,80
2009	R\$ 200.252,19	R\$ 200.252,19		R\$ 0,00
2010	R\$ 1.020.402,64	R\$ 660,20	R\$ 1.019.742,44	R\$ 0,00
2011	R\$ 927.475,83	R\$ 175.650,88	R\$ 527.457,71	R\$ 224.367,24

5.3 Transferências de Recursos

5.3.1 Relação dos Instrumentos de Transferência Vigentes no Exercício

Quadro A.5.3 – Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência

Unidade Concedente ou Contratante									
Nome:									
CNPJ:					UG/GESTÃO:				
Informações sobre as Transferências									
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Global	Contrapartida	No Exercício	Acumulado até o Exercício	Início	Fim	
NÃO SE APLICA A ESTA UNIDADE									
Modalidade: 1 - Convênio 2 - Contrato de Repasse 3 - Termo de Cooperação 4 - Termo de Compromisso					Situação da Transferência: 1 - Adimplente 2 - Inadimplente 3 - Inadimplência Suspensa 4 - Concluído 5 - Excluído 6 - Rescindido 7 - Arquivado				

5.3.2 Quantidade de Instrumentos de Transferências Celebrados e Valores Repassados nos Três Últimos Exercícios

Quadro A.5.4 – Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios

Unidade Concedente ou Contratante						
Nome:						
CNPJ:						
UG/GESTÃO:						
Modalidade	Quantidade de Instrumentos Celebrados em Cada Exercício			Montantes Repassados em Cada Exercício, Independentemente do ano de Celebração do Instrumento (em R\$ 1,00)		
	2012	2011	2010	2012	2011	2010
Convênio						
Contrato de Repasse	NÃO SE APLICA A ESTA UNIDADE					
Termo de Cooperação						
Termo de Compromisso						
Totais						

5.3.3 Informações sobre o Conjunto de Instrumentos de Transferências que permanecerão vigentes no Exercício de 2013 e seguintes

Quadro A.5.5 – Resumo dos instrumentos de transferência que vigerão em 2013 e exercícios seguintes

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome:					
CNPJ:			UG/GESTÃO:		
Modalidade	Qtd. de Instrumentos com Vigência em 2013 e Seguintes	Valores (R\$ 1,00)			% do Valor Global Repassado até o Final do Exercício de 2012
		Contratados	Repassados até 2012	Previstos para 2013	
Convênio					
Contrato de Repasse	NÃO SE APLICA A ESTA UNIDADE				
Termo de Cooperação					
Termo de Compromisso					
Totais					

5.3.4 Informações sobre a Prestação de Contas Relativas aos Convênios, Termos de Cooperação e Contratos de Repasse

Quadro A.5.6 – Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio, termo de cooperação e de contratos de repasse.

Unidade Concedente					
NOME: FUNASA - SUEST/RS					
CNPJ: 26.989.350/0534-06			UG/GESTÃO: 255021 / 36211		
Exercício da Prestação de Contas	Quantitativo e montante repassados		Instrumentos (quantidade e montante repassados)		
			Convênios	Termo de Cooperação	Contratos de Repasse
2012	Contas Prestadas	Quantidade	27	10	-
		Montante Repassado	4.889.817,09	421.928,68	-
	Contas NÃO prestadas	Quantidade	8	-	-
		Montante Repassado	1.049.473,06	-	-
2011	Contas Prestadas	Quantidade	25	01	-
		Montante Repassado	3.467.630,24	400.000,00	-
	Contas NÃO prestadas	Quantidade	-	-	-
		Montante Repassado	-	-	-
2010	Contas Prestadas	Quantidade	33	-	-
		Montante Repassado	5.917.708,73	-	-
	Contas NÃO prestadas	Quantidade	01	-	-
		Montante Repassado	100.000,00	-	-
Anteriores a 2010	Contas NÃO prestadas	Quantidade	05	-	-
		Montante Repassado	521.190,95	-	-

FONTE: SOPRE / SECON / SUEST-RS

5.3.4.1 Análise crítica:

O Serviço de Convênios – SECON foi criado e estruturado na Suest/RS no final de novembro de 2010, momento em que algumas atividades foram descentralizadas para as Superintendências Estaduais, nos termos da Portaria/ Funasa nº 1.104/2010. Antes as transferências dos recursos dos convênios eram efetuadas pela Coordenação Geral de Convênios - Cgcon/Funasa/Presidência, centralizadas em Brasília.

A descentralização para cada Suest gerenciar as transferências deve ser considerada como um fato positivo, pois agilizou a instrução processual para os pagamentos das parcelas subseqüentes.

Com relação às medidas adotadas para sanear as transferências na situação de inadimplente informamos que de modo geral os municípios têm sido notificados e quando do não atendimento destas notificações, os processos são encaminhados para a instauração da competente Tomada de Contas Especial.

Referente à conformidade, prazos e análises das prestações de contas das transferências expiradas até 2012, esta Suest ainda não está conseguindo atender a demanda devido ao acúmulo de processos, que necessitam de análise de prestação de contas, e à grande quantidade de questionamentos do Ministério Público, CGU e do próprio Tribunal de Contas da União e a carência de pessoal qualificado para atuar como analistas de prestações de contas.

O setor de Prestação de Contas desta Suest passou por uma grande rotatividade de servidores nos últimos 5 anos. No ano de 2012, contou com apenas uma servidora, mas a mesma possuía pouca experiência para o atendimento pleno das atividades do setor. Por essa razão, optou-se por priorizar as análises das prestações de contas parciais dos convênios vigentes que ainda possuem parcelas a serem liberadas.

No ano de 2012 houve a tentativa de se criar um GT – Grupo de Trabalho para trabalhar exclusivamente com os processos passivos de análise de prestação de contas, com o objetivo de diminuir este passivo que era de mais de 200 processos. Houve muita resistência por parte dos servidores para realizar o trabalho alegando desvio de função ou que o trabalho era complexo. Contudo, conforme parecer jurídico todos que constavam da lista poderiam realizar o trabalho,

não havendo impedimentos. O trabalho foi prejudicado pelo longo período em que estes mesmos servidores estiveram em greve.

Por outro lado, não há nesta Suest, a oportunidade de fiscalização *in loco* da execução dos planos de trabalho por parte do Secon, o que dificulta uma melhor análise dos processos. Acredita-se que em 2013 a situação poderá mudar, tendo em vista que o setor foi estruturado e conta hoje com 5 servidores capacitados para realizar as atividades.

5.3.5 Informações sobre a Análise das Prestações de Contas de Convênios e de Contratos de Repasse

Quadro A.5.7 - Visão Geral da análise das prestações de contas de Convênios e Contratos de Repasse

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome:					
CNPJ:		UG/GESTÃO:			
Exercício da Prestação das Contas	Quantitativos e Montantes Repassados		Instrumentos		
			Convênios	Contratos de Repasse	
2012	Quantidade de Contas Prestadas		27	10	
	Com Prazo de Análise ainda não Vencido	Quantidade	Contas Analisadas	05	0
			Contas Não Analisada	0	0
		Montante Repassado (R\$)	0	0	
	Com Prazo de Análise Vencido	Contas Analisadas	0	01	0
			Quantidade Reprovada	0	0
			Quantidade de TCE	0	0
		Contas NÃO Analisadas	Quantidade	21	10
		Montante Repassado (R\$)	4.176.332,02	3.421.928,68	
2011	Quantidade de contas prestadas		25	01	
	Contas Analisadas	Quantidade Aprovada	0	0	
		Quantidade Reprovada	0	0	
		Quantidade de TCE	0	0	
	Contas NÃO Analisadas	Quantidade	25	01	
		Montante repassado (R\$)	3.767.630,24	400.000,00	
2010	Quantidade de Contas Prestadas		33	-	
	Contas analisadas	0	0	-	
		0	0	-	
		0	0	-	
	Contas NÃO Analisadas	33	33	-	
		Montante Repassado	33	-	
Exercícios Anteriores a 2010	Contas NÃO Analisada	Quantidade	165	-	
		Montante Repassado	22.850.828,30	-	

FONTE: SOPRE / SECON / SUEST-RS

5.3.6 Análise Crítica

O Setor de Prestação de Contas, devido à escassez de recursos humanos no ano de 2012 (01 servidor lotado) procurou priorizar a demanda de prestações de contas parciais que necessitavam de análise, pois desta análise dependia a continuidade da liberação de recursos de Convênios e Termos de Cooperação celebrados com valores superiores a R\$ 500.000,00. Foram assim analisadas 09 prestações de contas parciais.

Temos ainda que considerar que durante 90 dias houve a greve dos servidores, que fez com que toda a demanda do Serviço de Convênios fosse atendida pela servidora da Prestação de Contas que não aderiu à paralisação e que foi designada também como chefe substituta do serviço, uma vez que o chefe deste serviço à época e toda a equipe aderiram à greve.

Após o fim da greve houve a designação de novos servidores para o Serviço de Convênios e Prestação de Contas. Este remanejamento demandou o treinamento destes servidores pela única servidora lotada no Setor. Foram analisadas as documentações de prestações de contas apresentadas e, dentre estas, muitas tiveram que ser corrigidas o que resultou em 69 notificações.

Assim, todas as prestações de contas apresentadas e notificações emitidas até 31/12/2012 estão registradas no SIAFI, normalizando a informação da apresentação destas prestações de contas, o que sempre é motivo de apontamento pela CGU. Ressaltamos que, apesar da estrutura deficitária, muito se conseguiu avançar e o setor, embora possua um passivo de processos pendentes de análise somados a deficiência de recursos humanos, está organizado.

5.4 Suprimento de Fundos

5.4.1 Despesas Realizadas por meio de Suprimento de Fundos

5.4.1.1 Suprimento de Fundos – Visão Geral

Quadro A.5.8 – Despesas Realizadas por meio de Suprimento de Fundos (SF)

Suprimento de Fundos					
Código da UG	Nome da UG	Conta Tipo "B"	Valores		Total Geral
			CPGF		
			Saque	Fatura	
255021	SUEST/RS	-	7.878,50	6.865,44	14.743,94
UG 2					
UG 3					
UG n...					
	Total Utilizado pela UJ por Tipo de SF				

5.4.1.2 Suprimento de Fundos – Conta Tipo "B"

Quadro A.5.9 – Despesas Realizadas por meio de Suprimento de Fundos por UG e por Suprido (Conta Tipo "B")

Código da UG 1					Nome da UG			
Suprido	CPF	Empenho			Finalidade	Valor	Justificativa para a Não Utilização do CPGF	Nº Processo Prestação de Contas
		Nº	Data	ND				
					Total Utilizado pela UG			
Código da UG 2					Nome da UG			
					Total Utilizado pela UG			
					Total Utilizado pela UJ			

“NÃO SE APLICA A UNIDADE JURISDICIONADA”

5.4.1.3 Suprimento de Fundos – Cartão de Crédito Corporativo (CPGF)

Quadro A.5.10 - Despesa Com Cartão de Crédito Corporativo por UG e por Portador

Código da UG 1	255021		Limite de Utilização da UG		
Portador	CPF	Valor do Limite Individual	Valor		Total
			Saque	Fatura	
VALMOR BELARDINELLI	198.036.990/91	4.000,00	675,10	531,00	1.206,10
EDISON MONTEIRO VIEIRA	198.074.490/49	4.000,00	4.500,04		4.500,04
ROBSON WILLIG PRADE	780.034.400/25	1.500,00	213,90		213,90
CRISTIANE BASSO	947.489.180/04	4.000,00	2.489,46	6.334,44	8.823,90
Total Utilizado pela UG			7.878,50	6.865,44	14.743,94
Código da UG 2:		Limite de Utilização da UG:			
Total Utilizado pela UG					
Total Utilizado pela UJ					

5.4.1.4 Utilização da Conta Tipo “B” e do Cartão Crédito Corporativo pela UJ

Quadro A.5.11 – Despesas Realizadas por meio da Conta Tipo “B” e por meio do Cartão de Crédito Corporativo (Série Histórica)

Suprimento de Fundos							
Exercícios	Conta Tipo “B”		Saque		Fatura		Total (R\$) (a+b+c)
	Quantidade	(a) Valor	Quantidade	(b) Valor	Quantidade	(c) Valor	
2012							
2011							
2010							

“NÃO SE APLICA A UNIDADE JURISDICIONADA”

5.4.1.5 Prestações de Contas de Suprimento de Fundos

Quadro A.5.12 - Prestações de Contas de Suprimento de Fundos (Conta Tipo “B” e CPGF)

Suprimento de Fundos												
Situação	Conta Tipo “B”						CPGF					
	2012		2011		2010		2012		2011		2010	
	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor
PC não Apresentadas												
PC Aguardando Análise												
PC em Análise												
PC não Aprovadas												
PC Aprovadas												

“NÃO SE APLICA A UNIDADE JURISDICIONADA”

5.4.1.6 Análise Crítica

A utilização de CPGF destina-se basicamente para a compra de materiais ou serviços de pequeno valor, cuja aquisição por licitação é inviável. As despesas são efetivadas somente após a realização de três orçamentos, sem deixar de observar os demais controles internos.

A utilização do suprimento de fundos foi objeto de análise da auditoria interna realizado em outubro/2012, sendo que nada de irregular foi constatado. A utilização deste expediente facilita a contratação/aquisição de serviços, no entanto sua utilização é bastante parcimoniosa, observando-se critérios de racionalidade e agilidade, restringindo-se as situações realmente necessárias.

5.5 Renúncias Tributárias sob a Gestão da UJ

“NÃO SE APLICA A NATUREZA JURÍDICA DA UJ”

6. GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS

6.1 Composição do Quadro de Servidores Ativos

6.1.1 Demonstração da Força de Trabalho à Disposição da Unidade Jurisdicionada
Quadro A.6.1 – Força de Trabalho da UJ – Situação apurada em 31/12

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)				
1.1. Membros de poder e agentes políticos				
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)				
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão		43		
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado		19		
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório		1		
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas		7		
2. Servidores com Contratos Temporários		6		
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública				
4. Total de Servidores (1+2+3)		76		

6.1.1.1 Situações que Reduzem a Força de Trabalho Efetiva da Unidade Jurisdicionada

Quadro A.6.2 – Situações que reduzem a força de trabalho da UJ – Situação em 31/12

Tipologias dos afastamentos	Quantidade de Pessoas na Situação em 31 de Dezembro
1. Cedidos (1.1+1.2+1.3)	
1.1. Exercício de Cargo em Comissão	-
1.2. Exercício de Função de Confiança	-
1.3. Outras Situações Previstas em Leis Específicas (especificar as leis)	19
2. Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4)	
2.1. Para Exercício de Mandato Eletivo	-
2.2. Para Estudo ou Missão no Exterior	-
2.3. Para Serviço em Organismo Internacional	-
2.4. Para Participação em Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu no País	-
3. Removidos (3.1+3.2+3.3+3.4+3.5)	
3.1. De Ofício, no Interesse da Administração	-
3.2. A Pedido, a Critério da Administração	-
3.3. A pedido, independentemente do interesse da Administração para acompanhar cônjuge/companheiro	-
3.4. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Motivo de saúde	-
3.5. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Processo Seletivo	-
4. Licença Remunerada (4.1+4.2)	-
4.1. Doença em Pessoa da Família	-
4.2. Capacitação	-
5. Licença não Remunerada (5.1+5.2+5.3+5.4+5.5)	-

5.1. Afastamento do Cônjuge ou Companheiro	-
5.2. Serviço Militar	-
5.3. Atividade Política	-
5.4. Interesses Particulares	01
5.5. Mandato Classista	01
6. Outras Situações (Especificar o ato normativo)	-
7. Total de Servidores Afastados em 31 de Dezembro (1+2+3+4+5+6)	21

6.1.2 Qualificação da Força de Trabalho

Quadro A.6.3 – Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ (Situação em 31 de dezembro)

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão	05	01	03	04
1.1. Cargos Natureza Especial				
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	05	01		
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão		01		03
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	-	-		
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	02		01	
1.2.4. Sem Vínculo	03		02	01
1.2.5. Aposentados	01			
2. Funções Gratificadas		05	01	08
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão		03		06
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado				
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas		02		02
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)	05	06	04	12

6.1.2.1 Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Idade

Quadro A.6.4 – Quantidade de servidores da UJ por faixa etária – Situação apurada em 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
1. Provimento de Cargo Efetivo	02	09	17	27	09
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos					
1.2. Servidores de Carreira	02	08	15	25	08
1.3. Servidores com Contratos Temporários		01	02	02	01
2. Provimento de Cargo em Comissão	01	02	04	02	02
2.1. Cargos de Natureza Especial					
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	01		02	01	01
2.3. Funções Gratificadas		02	01	01	01
3. Totais (1+2)	03	11	21	29	11

2011	0	0	0	0	0	0	0	0
2010	0	0	0	0	0	0	0	0
Servidores ocupantes de Cargos de Natureza Especial								
2012	0	0	0	0	0	0	0	0
2011	0	0	0	0	0	0	0	0
2010	0	0	0	0	0	0	0	0
Servidores ocupantes de cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior (DAS)								
2012	279.420,84	0	0	0	0	0	0	279.420,84
2011	124.790,56	13.306,64	0	0	0	0	0	138.097,20
2010	128.636,82	46.084,44	0	0	0	0	0	174.721,26
Servidores ocupantes de Funções gratificadas (FGR)								
2012	56.412,12							56.412,12
2011	69.238,54	0	0	0	0	0	0	69.238,54
2010	106.714,49	0	0	0	0	0	0	106.714,49

6.1.4 Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas

6.1.4.1 Classificação do Quadro de Servidores Inativos da Unidade Jurisdicionada Segundo o Regime de Proventos e de Aposentadoria

Quadro A.6.7 - Composição do Quadro de Servidores Inativos - Situação apurada em 31 de dezembro

Regime de Proventos / Regime de Aposentadoria	Quantidade	
	De Servidores Aposentados até 31/12	De Aposentadorias Iniciadas no Exercício de Referência
1. Integral	142	-
1.1 Voluntária	03	03
1.2 Compulsória	-	
1.3 Invalidez Permanente	-	
1.4 Outras	-	
2. Proporcional	-	
2.1 Voluntária	-	
2.2 Compulsória	-	
2.3 Invalidez Permanente	-	
2.4 Outras	-	
3. Totais (1+2)	145	03

6.1.4.2 Demonstração das Origens das Pensões Pagas pela Unidade Jurisdicionada

Quadro A.6.8 - Instituidores de Pensão - Situação apurada em 31/12

Regime de Proventos do Servidor Instituidor	Quantidade de Beneficiários de Pensão	
	Acumulada até 31/12	Iniciada no Exercício de Referência
1. Aposentado	149	03
1.1. Integral		03
1.2. Proporcional		
2. Em Atividade	01	
3. Total (1+2)	150	03

6.1.5 Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos

“NÃO SE APLICA A NATUREZA JURÍDICA DA UJ”

6.1.6 Providências Adotadas nos Casos de Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos

“NÃO SE APLICA A NATUREZA JURÍDICA DA UJ”

6.1.7 Informações Sobre os Atos de Pessoal Sujeitos a Registros e Comunicação

6.1.7.1 Atos Sujeitos à Comunicação ao Tribunal por intermédio do SISAC

Quadro A.6.9 – Atos Sujeitos ao Registro do TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)

Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos ao registro no TCU		Quantidade de atos cadastrados no SISAC	
	Exercícios		Exercícios	
	2012	2011	2012	2011
Admissão				
Concessão de aposentadoria	02		02	
Concessão de pensão civil	02		02	
Concessão de pensão especial a ex-combatente				
Concessão de reforma				
Concessão de pensão militar				
Alteração do fundamento legal de ato concessório	03		01	
Totais	08		05	

Quadro A.6.10 – Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)

Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos à comunicação ao TCU		Quantidade de atos cadastrados no SISAC	
	Exercícios		Exercícios	
	2012	2011	2012	2011
Desligamento	-	-	-	-
Cancelamento de concessão	-	-	-	-
Cancelamento de desligamento	-	-	-	-
Totais	-	-	-	-

Quadro A.6.11 – Regularidade do cadastro dos atos no Sisac

Tipos de Atos	Quantidade de atos de acordo com o prazo decorrido entre o fato caracterizador do ato e o cadastro no SISAC			
	Exercício de 2012			
	Até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	Mais de 90 dias
Atos Sujeitos ao Registro pelo TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)				
Admissão			-	
Concessão de aposentadoria			3	
Concessão de pensão civil			2	
Concessão de pensão especial a ex-combatente			-	

Concessão de reforma			-	
Concessão de pensão militar			-	
Alteração do fundamento legal de ato concessório			1	
Total			6	
Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)				
Desligamento			-	
Cancelamento de concessão			-	
Cancelamento de desligamento			-	
Total			-	

6.1.7.2 Atos Sujeitos à Remessa ao TCU em meio físico

Quadro A.6.12 – Atos sujeitos à remessa física ao TCU (Art. 14 da IN TCU 55/2007)

Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos ao envio ao TCU		Quantidade de atos enviados ao TCU	
	Exercícios		Exercícios	
	2012	2011	2012	2011
Pensões graciosas ou indenizatórias	-		-	
Outros atos fora do SISAC (especificar)	-		-	
Totais				

6.1.7.3 Informações da Atuação do Órgão de Controle Interno (OCI) Sobre os Atos

Quadro A.6.13 – Atuação do OCI sobre os atos submetidos a registro

Tipos de Atos	Quantidade de atos com diligência pelo OCI		Quantidade de atos com parecer negativo do OCI	
	Exercícios		Exercícios	
	2012	2011	2012	2011
Admissão	-		-	
Concessão de aposentadoria	2		-	
Concessão de pensão civil	2		-	
Concessão de pensão especial a ex-combatente	-		-	
Concessão de reforma	-		-	
Concessão de pensão militar			-	
Alteração do fundamento legal de ato concessório	1		-	
Totais	5		-	

6.1.8 Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos

Não há indicadores desenvolvidos para a área de pessoal no nível local e a Funasa/Presi ainda não definiu concretamente os indicadores para esta área. Considerando que a Suest/RS segue as normas nacionais advindas daquele órgão central, aguarda-se a definição dos mesmos. Mesmo assim já algum tempo estamos realizando estudos sobre o assunto. Não podemos confundir indicador, pois não é uma medida direta de qualidade, serve para dirigir a atenção para assuntos específicos, que devem ser motivo de revisão. Existem vários exemplos de indicadores de RH que no futuro poderemos utilizar, tais como: absenteísmo, índice de rotatividade (turnover), custo de rescisões, investimento em treinamento, custos de treinamento/servidor, servidor treinados/nº de servidores, despesas/servidores, custo de Rh/servidor.

O absenteísmo serve para avaliar o volume de faltas dos servidores ao trabalho, independente dos motivos, é a soma dos períodos em que os servidores encontram-se ausentes. Causas do Absenteísmo: doença efetivamente comprovada, doença não comprovada, razões diversas de caráter familiar, atrasos involuntários por motivo de força maior, faltas voluntárias por motivos pessoais, dificuldades e problemas financeiros, problema de transporte, baixa motivação para trabalhar, supervisão precária da chefia, e políticas inadequadas na instituição.

O índice de rotatividade demonstra a flutuação de pessoal na organização, o volume de pessoas que entra e sai, relação percentual da soma de admissões e desligamentos, com relação ao número médio de servidores na instituição, que deve ser expressa em índices mensais ou anuais, para permitir comparações.

A visão do governo no serviço público federal sobre Recursos Humanos é de considerá-los como pessoas, trabalhadores e cidadãos e não apenas um simples recurso e isso tem sido o grande respaldo para aprofundar os estudos da Funasa. Essa premissa encontra-se descrita na diretriz da Instituição quando propõe “Estabelecer uma Política de Gestão de Pessoas com Valorização e Qualificação permanente voltada às especificidades da Funasa”.

Contudo a estrutura organizacional adotada não favorece, em alguns pontos, o atendimento da missão recebida, vez que a área de Recursos Humanos foi despojada das condições mínimas, conquistadas em anos precedentes para o desempenho de seu papel estratégico.

A Funasa, como um todo, vive momentos de expectativa. Tem pela frente encargos desafiadores que, embora em terreno conhecido, implicam a necessidade de abrir novos caminhos, construir novas metodologias de trabalho, adotar estratégias ainda não experimentadas.

É uma fundação pública vinculada ao Ministério da Saúde, que surgiu na década de 90 como resultado da fusão de vários segmentos da área de saúde pública, entre os quais a FSESP - Fundação Serviços de Saúde Pública e a SUCAM - Superintendência de Campanhas de Saúde Pública, duas entidades de notável tradição e projeção internacional, orgulho do serviço e da saúde pública brasileira, com uma bela folha de serviço, construída em todo território nacional no trabalho de prevenção e combate às doenças, na educação em saúde, na atenção à saúde de populações carentes, sobretudo aqueles do norte e nordeste, no Saneamento, no Combate e Controle de Endemias, na Pesquisa Científica e Tecnológica voltadas para a Saúde.

A Funasa deu continuidade à missão desses órgãos, além de ter exercido papel relevante na efetivação da Reforma Sanitária promovida pelo Ministério da Saúde e mais recentemente, por delegação, com ações decisivas na implementação e ampliação do SUS.

Para isto, dispunha a Funasa, inicialmente, de um quadro de pessoal numericamente adequado, com notável preparo acadêmico e técnico, de longa vivência com os problemas da saúde, dotado de espírito público e consciência profissional.

Com a descentralização das ações e do pessoal, permaneceu um grupo desfalcado, temeroso e sem motivação, na expectativa da transformação ou desaparecimento da Instituição que ajudara a construir, com indiscutível emoção e da qual haviam sido retiradas a Vigilância e Atenção à Saúde, a Pesquisa Científica e Tecnológica em Saúde, as Campanhas, sem a preocupação de prepará-la sequer psicologicamente para a nova missão que estava sendo deferida.

Diante desse quadro, era preciso recompor imediatamente o Quadro de Pessoal em número e qualidade, para dar cumprimento à sua nova missão, centrada no Saneamento Ambiental e na Atenção à Saúde dos Povos Indígenas e de populações vulneráveis como remanescentes Quilombolas e Assentamentos. Ao lado disto, era urgente adotar medidas de

recuperação das pessoas que restavam no quadro de pessoal da entidade, restaurando-lhes a confiança, o interesse, o espírito de corpo, inculcando-lhes o conhecimento da nova missão institucional, enfim, ganhando a sua participação interessada na construção da nova Funasa.

A instituição vem tentando recompor o seu quadro através de concursos públicos e de contratações temporárias, mas não tem sido suficiente para suprir a necessidade e atendermos a nossa missão.

Como nosso trabalho é voltado para obras de saneamento junto às prefeituras, tornou-se necessário suprir a falta de engenheiros e foi feita a contratação temporária de 07 engenheiros que ocorreu através de concurso em 2007. Hoje contamos somente com 03 engenheiros temporários. O último concurso público de agentes administrativos, para atividade meio de apoio a gestão ocorreu em 2009, mas dos 12 aprovados contamos com 05 servidores.

Contudo, para amenizar a situação contamos com o Setor de Capacitação que é um dos mais eficientes e eficazes instrumentos na gestão de pessoas. Foi necessário fazer com que cada servidor valesse por vários. Daí ter-se desenvolvido um Plano de Capacitação Amplo, variado e abrangente, em que todas as modalidades de eventos foram utilizadas, desde treinamento em serviço, oficinas de trabalho, seminários, congressos, cursos presenciais e à distância, simpósios, etc. Houve a preocupação de assegurar que cada servidor da Funasa participasse pelo menos de um evento de capacitação durante o ano.

6.2 Terceirização de Mão de Obra Empregada e Contratação de Estagiários

6.2.1 Informações sobre Terceirização de Cargos e Atividades do Plano de Cargos do Órgão

Quadro A.6.14 – Cargos e atividades inerentes a categorias funcionais do plano de cargos da unidade jurisdicionada

Descrição dos Cargos e Atividades do Plano de Cargos do Órgão em que há Ocorrência de Servidores Terceirizados	Quantidade no Final do Exercício			Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	2012	2011	2010		
Análise Crítica da Situação da Terceirização no Órgão					

“NÃO SE APLICA A UNIDADE JURISDICIONADA”

6.2.2 Informações sobre a Substituição de Terceirizados em Decorrência da Realização de Concurso Público

Quadro A.6.15 – Relação dos empregados terceirizados substituídos em decorrência da realização de concurso público ou de provimento adicional autorizados

Nome do Empregado Terceirizado Substituído	Cargo que Ocupava no Órgão	D.O.U. de Publicação da Dispensa			
		Nº	Data	Seção	Página

“NÃO SE APLICA A UNIDADE JURISDICIONADA”

6.2.3 Autorizações Expedidas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para Realização de Concursos Públicos para Substituição de Terceirizados

Quadro A.6.16 – Autorizações para realização de concursos públicos ou provimento adicional para substituição de terceirizados

Nome do Órgão Autorizado a Realizar o Concurso ou Provimento Adicional	Norma ou Expediente Autorizador, do Exercício e dos dois Anteriores		Quantidade Autorizada de Servidores
	Número	Data	

“NÃO SE APLICA A UNIDADE JURISDICIONADA”

6.2.4 Informações sobre a Contratação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância Ostensiva pela Unidade Jurisdicionada

Quadro A.6.17 - Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva

Unidade Contratante													
Nome: Superintendência Estadual do Rio Grande do Sul													
UG/Gestão: 255021/36211						CNPJ: 26.989.350/0534-06							
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2010	L	O	02/2010	09.526473/0001-00	28/02/2013	01/03/2014	6	6					P
2012	V	O	01/2012	03.994.920/001-60	16/02/2013	16/02/2014			6	6			P
Observações:													
LEGENDA Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva. Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial. Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior. Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.													

6.2.5 Informações sobre Locação de Mão de Obra para Atividades não Abrangidas pelo Plano de Cargos do Órgão

Quadro A.6.18 - Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra

Unidade Contratante													
Nome:													
UG/Gestão:						CNPJ:							
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
Observações:													
LEGENDA Área: 1. Segurança; 2. Transportes; 3. Informática; 4. Copeiragem; 5. Recepção; 6. Reprografia; 7. Telecomunicações; 8. Manutenção de bens móveis 9. Manutenção de bens imóveis 10. Brigadistas 11. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes 12. Outras Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial. Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior. Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado. Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.													

“NÃO SE APLICA A UNIDADE JURISDICIONADA”

6.2.6 Composição do Quadro de Estagiários

Quadro A.6.19 - Composição do Quadro de Estagiários

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no exercício (em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
1. Nível superior	09	11	09	10	R\$48.326,66
1.1 Área Fim	05	07	05	07	
1.2 Área Meio	04	04	04	03	
2. Nível Médio	11	15	13	12	R\$40.615,80
2.1 Área Fim	-	01	01	01	
2.2 Área Meio	11	14	12	11	
3. Total (1+2)	20	26	22	22	R\$88.942,46

Fonte: SEREH/SECAP/SUEST-RS

7.1 Gestão da Frota de Veículos Próprios e Contratados de Terceiros

- Frota de veículos automotores de propriedade da unidade jurisdicionada:

Legislação que regula a constituição e a forma de utilização da frota de veículos: Decreto nº 6.403 de 17/03/08, IN nº183 de 08/09/86, Lei nº 9.327 de 09/12/96 e Regimento Interno Funasa.

Importância e impacto da frota de veículos sobre as atividades da UJ: Para a prestação dos serviços da FUNASA utiliza veículos para deslocamento de materiais ou pessoas, seja para o suporte à execução das atividades fim, formando assim um importante conjunto que integrado às atividades desenvolvidas, contribuem diretamente para a efetividade da prestação do serviço. Para cada atividade existe a necessidade de veículos com características técnicas específicas e adequadas ao melhor desempenho da tarefa a que se propõe, são os chamados veículos de “uso dedicado”, ou seja, utilizado em uma atividade específica. Assim, o transporte quando fortemente integrado aos processos das atividades fim, torna-se uma ferramenta importante para o alcance da missão pública em questão. Garantir a disponibilidade e maximizar o desempenho operacional da frota, com segurança, conforto para os tomadores do serviço e com custos decrescentes é a missão da área de transporte.

Quantidade de veículos em uso ou na responsabilidade da UJ, discriminados por grupos, segundo a classificação que lhes seja dada pela UJ (por exemplo, veículos de representação, veículos de transporte institucional etc.), bem como sua totalização por grupo e geral; (Planilha Excel anexo).

Média anual de quilômetros rodados, por grupo de veículos, segundo a classificação contida na letra “c” supra; (Planilha Excel anexo).

Idade média da frota, por grupo de veículos; (Planilha Excel anexo).

Custos associados à manutenção da frota (Por exemplo, gastos com combustíveis e lubrificantes, revisões periódicas, seguros obrigatórios, pessoal responsável pela administração da frota, entre outros); (Planilha Excel anexo).

Plano de substituição da frota: Esse planejamento é feito pela Funasa/Presidência no que diz respeito a aquisição de novos veículos, ou seja, a compra é centralizada.

Razões de escolha da aquisição em detrimento da locação: É decidido em reunião da Diretoria Executiva da Funasa/Presidência em conjunto com os superintendentes.

Essa decisão é complexa e deve ser precedida de estudos especializados de viabilidade técnica e econômico-financeira, além de questões político-estratégico.

Estrutura de controles de que a UJ dispõe para assegurar uma prestação eficiente e econômica do serviço de transporte.

Hoje dispomos de duas estruturas para controle. A primeira são planilhas feitas por servidor do setor de transportes, que tem a finalidade de controle e gerenciamento dos custos referentes às manutenções preventivas e corretivas. A segunda são os relatórios emitidos através do sistema da Ticke Car, para que se tenha controle do abastecimento dos veículos.

- Frota de Veículos Automotores a Serviço da UJ, mas contratada de terceiros
“(NÃO SE APLICA A UNIDADE JURISDICIONADA)”

FROTA DOS VEÍCULOS DA SUEST - RS											
Nº	MARCA	MODELO	ANO	PLACAS	STATUS	KM RODA DO	MÉDIA KM RODADOS 2012	IDADE MÊ	COMBUS TÍVEL 2012	REVISÕES PERIÓDICA S +	SEGURO OBRIGATÓRI
1	TOYOTA	BAND BJ55LP 2BL CAM CAB DUP	2000	IJG 7506	ANTIECONÔMICO	0	-	1996	-	-	-
2	TOYOTA	BAND BJ55LP 2BL CAM CAB DUP	2000	IJG 7514	ANTIECONÔMICO	0			-	-	-
3	TOYOTA	BAND BJ55LP 2BL CAM CAB DUP	2000	LND 3228	ANTIECONÔMICO	0			-	-	-
4	TOYOTA	BAND BJ55LP 2BL CAM CAB DUP	2000	MOI 8530	ANTIECONÔMICO	0			-	-	-
5	TOYOTA	BAND BJ55LP 2BL CAM CAB DUP	2000	LND 3215	ANTIECONÔMICO	0			-	-	-
6	FIAT	PÁLIO WEEKEND	2000	IKB 8859	ANTIECONÔMICO	0			-	-	-
7	GM	KADETT IPANEMA	1995	IDZ 4965	ANTIECONÔMICO	0			-	-	-
8	FORD	RANGER XL 12P CAM / ABER / CAB D	2001	IJZ 4778	ANTIECONÔMICO	0			-	-	-
9	GM	CHEVROLET C-10	1979	IJB 8019	ANTIECONÔMICO	0			-	-	-
10	FIAT	FIORINO PICK-UP	1985	CZ 0118	ANTIECONÔMICO	0			-	-	-
11	FORD	FIESTA	1998	IGY 7797	SUCATA	0	-	-	-	-	
12	VW	PARATI AMBULÂNCIA 1.8	2000	MOI 7669	RECUPERÁVEL	0	11.746,44	2008	-	-	-
13	NISSAN	FRONTIER 4X4 XE CAM / ABER / CAB	2005	JKH 5873	EM USO	1502			190,52	886,00	105,28
14	MITSUBISHI	L200 4X4 GL CAM / ABER / CAB DUP	2009	IPQ 6118	EM USO	0			-	141,55	105,28
15	MITSUBISHI	L200 4X4 GL CAM / ABER / CAB DUP	2009	IPQ 6091	EM USO	1202			175,84	3.142,37	105,28
16	MITSUBISHI	L200 4X4 GL CAM / ABER / CAB DUP	2009	IPQ 6082	EM USO	12751			1.327,68	95,11	105,28
17	MITSUBISHI	L200 4X4 GL CAM / ABER / CAB DUP	2010	IQT 4624	EM USO	26504			2.696,14	482,55	105,28
18	MITSUBISHI	L200 4X4 GL CAM / ABER / CAB DUP	2010	IQT 4652	EM USO	16031			1.860,35	1.338,64	105,28
19	MITSUBISHI	L200 4X4 GL CAM / ABER / CAB DUP	2011	IRW 6616	EM USO	23600			2.398,13	1.437,74	105,28
20	MITSUBISHI	L200 4X4 GL CAM / ABER / CAB DUP	2011	IRW 6633	EM USO	18495			1.833,60	1.038,72	105,28
21	FORD	RANGER XL 12P CAM / ABER / CAB D	2008	IOZ 9819	EM USO	4433			500,62	1.551,71	105,28
22	FORD	RANGER XL 12P CAM / ABER / CAB D	2008	IPA 8300	EM USO	1200			166,52	949,30	105,28

Obs.: Os veículos dos itens de nº 1 ao 7 estão cedidos aos Municípios, portanto não temos as informações solicitadas. Informo que os contratos de Cessão estão terminando e

7.2 Gestão do Patrimônio Imobiliário

7.2.1 Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial

Quadro A.7.1 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2012	EXERCÍCIO 2011
BRASIL	UF 1	Σ	Σ
	RS / Porto Alegre	1	1
	município 2		
	município “n”		
	UF “n”	Σ	Σ
	município 1		
	município 2		
	município “n”		
Subtotal Brasil		Σ	Σ
EXTERIOR	PAÍS 1	Σ	Σ
	cidade 1		
	cidade 2		
	cidade “n”		
	PAÍS “n”	Σ	Σ
	cidade 1		
	cidade 2		
	cidade “n”		
Subtotal Exterior		Σ	Σ
Total (Brasil + Exterior)		1	1

Fonte: DIADM/SUEST-RS

7.2.2. Distribuição Espacial dos Bens Imóveis Locados de Terceiros

Quadro A.7.2 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS LOCADOS DE TERCEIROS PELA UJ	
		EXERCÍCIO 2012	EXERCÍCIO 2011
BRASIL	UF 1	Σ	Σ
	município 1		
	município 2		
	município “n”		
	UF “n”	Σ	Σ
	município 1		
	município 2		
	município “n”		
Subtotal Brasil		Σ	Σ
EXTERIOR	PAÍS 1	Σ	Σ
	cidade 1		
	cidade 2		
	cidade “n”		
	PAÍS “n”	Σ	Σ
	cidade 1		
	cidade 2		

	cidade "n"		
Subtotal Exterior		Σ	Σ
Total (Brasil + Exterior)		Σ	Σ
Fonte:			

“NÃO SE APLICA A UNIDADE JURISDICIONADA”

7.2.3. Discriminação dos Bens Imóveis Sob a Responsabilidade da UJ

Quadro A.7.3 – Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reformas	Com Manutenção
				-	-	-	-	-
				-	-	-	-	-
Total							Σ	Σ
Fonte:								

Análise crítica

A Fundação Nacional de Saúde está em funcionamento em um prédio que é de propriedade do INSS - Instituto Nacional de Previdência Social e ali, também, estão instalados os demais órgãos do Ministério da Saúde: NUCLEO/MS/RS - Núcleo Estadual do Ministério da Saúde, ANVISA, DENASUS, DATASUS, SESAI (Secretaria Especial de Saúde Indígena), e em uma sala cedida encontra-se a FUNAI- Ministério da Justiça. No 1º e 2º andares funciona há espaço cedido para a 1ª Coordenadoria de Saúde da Secretaria Estadual de Saúde e no térreo o Banco do Brasil.

A FUNASA/RS atua como Síndica no referido prédio, que funciona em forma de condomínio, onde as despesas comuns como água, luz, manutenção de elevadores, segurança armada 24 horas, são rateadas entre todos.

Uma situação constrangedora e que já ocorreu mais de uma vez é de que o INSS já solicitou que fosse desocupado o prédio, pois conforme informado a propriedade é deles e a justificativa é de que não há nenhum pagamento pelo espaço ocupado. O problema de espaço físico para o funcionamento da Funasa já é bem antigo, a sede da Funasa/RS funcionava em outro endereço em um prédio que era próprio do ministério, mas como na época houve uma decisão das autoridades naquela época de que todos os órgão do Ministério da Saúde iriam funcionar no mesmo prédio, fomos transferidos no ano de 1997 para o atual prédio e onde

estamos até o momento, mas é um prédio muito grande e muito antigo e temos muita dificuldade para fazer a manutenção e o prédio antigo foi entregue ao Patrimônio da União.

Neste novo local ficamos muito mal acomodados, pois não haviam salas suficientes para a Funasa/RS e somente no ano de 2000 com a saída a AGU – Advocacia Geral da União é que conseguimos nos instalar melhor com o acréscimo de dois andares (7° e 8°). Hoje, com a criação da SESAI – Secretaria Especial de Saúde Indígena, perdemos todo o 7° andar que ficou somente para a Saúde Indígena.

Informamos que esta questão permanece sem uma solução definitiva. O prédio onde está sediada a sede da SUEST, juntamente com outros órgãos públicos continua sendo administrado pela Funasa/RS enquanto gestora do condomínio, mas o prédio segue sendo propriedade do INSS, pois não há, ainda, Termo de Cessão deste imóvel à FUNASA, tão pouco aos demais condôminos.

Registra-se, ainda, de que em 2011 o Superintendente Estadual da FUNASA – Gustavo de Mello, assim como outros Superintendentes, estiveram participando de uma reunião no Ministério da Saúde, em Brasília, com o Secretário Executivo para tratar desses encaminhamentos e foi informado de que a União está negociando com o INSS estas questões, que não é exclusiva da Suest do RS.

Em relação ao que a CGU apontou o ano passado a respeito do tombamento e/ou registro como bens patrimoniais as Unidades Básicas de Saúde, construídas em Terras Indígenas do Estado do Rio Grande do Sul, tendo por base que a Funasa mandou construir estes posto e que isso ocorreu através de licitações e contratações e que os mesmos deveriam ser considerados patrimônio da Funasa, informamos que o assunto está sendo tratado pela Funasa Presidência e estamos aguardando orientações de como deveremos proceder.

A Suest/RS, por sua vez, tomou as seguintes providências: 1- Encaminhou memorando ao Departamento de Administração da Funasa/Presidência, solicitando informações de que procedimentos deveríamos adotar, mas não obtivemos resposta até a presente data. 2- Encaminhamos ofício à Secretaria do Patrimônio da União, aqui em Porto Alegre, consultando-os quanto ao tombamento ou não desses postos. A resposta deles foi de que deveríamos procurar a FUNAI, que é o órgão responsável em administrar as terras indígenas. Com isso

encaminhamos um email sobre este assunto à FUNAI/Porto Alegre, para que aquele órgão se manifeste e estamos aguardando a resposta. Entretanto, enquanto este assunto não estiver resolvido as Unidades de Saúde localizadas nas aldeias indígenas de nosso Estado são consideradas para todos os fins patrimônio imóveis da Funasa.

8.1 Gestão da Tecnologia da Informação (TI)

“NÃO SE APLICA A NATUREZA JURÍDICA DA UJ”

9.1 Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

Quadro A.9.1 - Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Licitações Sustentáveis					
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas. <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados? 					X
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.				X	
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis).				X	
4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços. <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos? 			X		
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas). <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia? 					X
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado). <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos? 				X	
7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos. <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório? 					X
8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga). <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios? 					X
9. Para a aquisição de bens e produtos são levados em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens e produtos.				X	
10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.					X
11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.				X	
12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica. <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)? 			X		
13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores.			X		

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
Licitações Sustentáveis	1	2	3	4	5
<ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)? 					
Considerações Gerais:					
<u>LEGENDA</u>					
Níveis de Avaliação:					
(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.					
(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.					
(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.					
(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.					
(5) Totalmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.					

9.2 Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água

Quadro A.9.2 – Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água

Adesão a Programas de Sustentabilidade						
Nome do Programa			Ano de	Resultados		
Recurso Consumido	Quantidade			Valor		
	Exercícios					
	2012	2011	2010	2012	2011	2010
Papel						
Água de provedora local						
Água Mineral para consumo						
Energia Elétrica						
			Total			

NÃO HOUE ADESAO AO PROGRAMA

10.1 Deliberações do TCU e do OCI Atendidas no Exercício

10.1.1 Deliberações do TCU e do OCI Atendidas no Exercício

Quadro A.10.1 - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício

10.1.- RECOMENDAÇÕES DO TCU ATENDIDAS E PENDENTES DE ATENDIMENTO NO EXERCÍCIO:											
Período: 02/01/2012 - 31/12/2012											
ITEM	IDENTIFICAÇÃO DA SOLICITAÇÃO	COMUNICAÇÃO RECEBIDA		DETERMINAÇÃO / RECOMENDAÇÃO	PROVIDÊNCIAS ADOTADAS					ATENDIMENTO/JUSTIFICATIVA PARA O NÃO ATENDIMENTO	STATUS
		DOCUMENTO	DATA		DOCUMENTO EXPEDIDO	DATA	RESPONSÁVEL PELA IMPLEMENTAÇÃO	PROVIDÊNCIAS ADOTADAS	RESULTADOS OBTIDOS		

NÃO HOUVE OCORRÊNCIA NO ANO DE 2012

10.1.2 Deliberações do TCU Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício

QUADRO A.10.2 - SITUAÇÃO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU QUE PERMANECEM PENDENTES DE ATENDIMENTO NO EXERCÍCIO

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Descrição da Deliberação					
Justificativa Apresentada pelo seu não Cumprimento					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Justificativa para o seu não Cumprimento:					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					

“NÃO SE APLICA A NATUREZA JURÍDICA DA UJ”

10.1.3 Recomendações do OCI Atendidas no Exercício

QUADRO A.10.3 - RELATÓRIO DE CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI

10.1.3 - RECOMENDAÇÕES DO OCI ATENDIDAS E PENDENTES DE ATENDIMENTO NO EXERCÍCIO											
Período: 02/01/2012 - 31/12/2012											
ITEM	IDENTIFICAÇÃO DA SOLICITAÇÃO	COMUNICAÇÃO RECEBIDA		DETERMINAÇÃO / RECOMENDAÇÃO	PROVIDÊNCIAS ADOTADAS					INFORMAR O ATENDIMENTO OU AS JUSTIFICATIVAS PARA O NÃO ATENDIMENTO	STATUS
		DOCUMENTO	DATA		DOCUMENTO EXPEDIDO	DATA	RESPONSÁVEL PELA IMPLEMENTAÇÃO	PROVIDÊNCIAS ADOTADAS	RESULTADOS OBTIDOS		
1	Relatório de Auditoria n° 201203690 referente ao exercício de 2011	Ofício n.º 23575	15/08/2012	Atender 14 recomendações	Email para todos os setores envolvidos com o Plano de Providências para cada setor enviar as suas informações	22/11/2012	Nádia Pilati, Antonio Bosko, Karyna Sueli Rabaça Araia, Rosemary Manozzo, Gustavo de Mello, Jair Pauletto,	Após reunião dia 20/11/2012 no Gabinete, foi feito um resumo do que cada setor teria que responder atualização do plano de providências em relação às recomendações da CGU. O que conseguimos implementar.	-	Foram atendidas	ATENDIDO
2	Relatório de Auditoria n° 201203690 referente ao exercício de 2011	Ofício n.º 23575	15/08/2012	Atender 14 recomendações	Email para todos os setores envolvidos com o Plano de Providências para cada setor enviar as suas informações	26/11/2012	Nádia Pilati, Antonio Bosko, Karina Sueli Rabaça Araia, Rosemary Manozzo, Gustavo de Mello, Jair Pauletto,	Reiterada a solicitação para os setores enviarem as informações, prazo já expirado.	Enviadas as demais informações	Foram atendidas	ATENDIDO

10.1.4 Recomendações do OCI Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício

QUADRO A.10.4 - SITUAÇÃO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI QUE PERMANECEM PENDENTES DE ATENDIMENTO NO EXERCÍCIO

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Descrição da Recomendação			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Justificativa para o seu não Cumprimento			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			

“NÃO SE APLICA A NATUREZA JURÍDICA DA UJ”

10.2 Informações Sobre a Atuação da Unidade de Auditoria Interna

A responsabilidade pela atuação da Unidade de Auditoria Interna é da Unidade Central de Funasa, cabendo às Superintendências Estaduais o cumprimento de deliberações emanadas.

10.3 Declaração de Bens e Rendas estabelecida na Lei nº 8.730/93

10.3.1 Situação do Cumprimento das Obrigações Impostas pela Lei nº 8.730/93

Quadro A.10.5 – Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR

Detentores de Cargos e Funções Obrigados a Entregar a DBR	Situação em Relação às Exigências da Lei nº 8.730/93	Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR		
		Posse ou Início do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício Financeiro
Autoridades (Incisos I a VI do art. 1º da Lei nº 8.730/93)	Obrigados a entregar a DBR			
	Entregaram a DBR			
	Não cumpriram a obrigação			
Cargos Eletivos	Obrigados a entregar a DBR			
	Entregaram a DBR			
	Não cumpriram a obrigação			
Funções Comissionadas (Cargo, Emprego, Função de Confiança ou em comissão)	Obrigados a entregar a DBR			
	Entregaram a DBR			
	Não cumpriram a obrigação			

10.4 Declaração de Atualização de Dados no SIASG e SICONV

10.4.1 Declaração de Atualização de Dados no SIASG e SICONV

Quadro A.10.6 – Modelo de declaração de inserção e atualização de dados no SIASG e SICONV

D E C L A R A Ç Ã O

Eu, Gustavo de Mello, CPF nº 432.729.080-72, Superintendente Estadual da Fundação Nacional de Saúde no Rio Grande do Sul, declaro junto aos órgãos de controle interno e externo, que todas as informações referentes aos contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até 31 de dezembro de 2012 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse – SICONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.465, de 12 de agosto de 2011 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Porto Alegre, 28 de março de 2013



Gustavo de Mello
CPF 432.729.080-72

Superintendente Estadual da Funasa-RS

11.1 Informações Sobre a Adoção de Critérios e Procedimentos Estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público

11.1.1 Depreciação, Amortização, Exaustão e Mensuração de Ativos e Passivos

Os cálculos e registros da depreciação dos bens do Ativo Imobilizado desta Fundação observam o estabelecido na Macrofunção n.º 02.03.30 do Manual SIAFI, em consonância com as seguintes leis: Lei n.º 4320/64, Lei Complementar n.º 101/2000 e Lei n.º 10.180/2001 e, ainda, com as Normas Brasileiras de Contabilidade (NBCT), a saber:

1. Metodologia de cálculo – Método das Quotas Constantes, conforme o item n.º 48 da Macrofunção;
2. As taxas de depreciação foram definidas de acordo com o valor depreciável dos bens, em função do tempo de vida útil, e dos percentuais para cálculo do valor residual preestabelecidos no item n.º 27, do referido documento;
3. A depreciação baseou-se no custo histórico do bem (Valor da Nota Fiscal) registrado no SIAFI, uma vez que não foram realizadas as avaliações de valor econômico de cada bem do imobilizado;
4. O patrimônio, a partir da depreciação, sofreu um decréscimo decorrente da perda de valor dos ativos e variação no resultado diminutivo extra-orçamentário.

Cabe aqui destacar que, devido à escassez de pessoal, a avaliação e mensuração das disponibilidades; dos créditos e dívidas; dos estoques, dos investimentos; do imobilizado; do intangível e do diferido não foram realizados. No entanto, informa-se que esta Funasa envidará todos os esforços no sentido de contratar, com a urgência que o assunto requer, uma empresa para efetuar tal serviço, a nível nacional, abrangendo a todas as Unidades Gestoras que compõem este Órgão.

Informa-se, ainda, que a Setorial Contábil desta Funasa vem realizando, temporariamente, o cálculo da depreciação das UG's 255003 – SUEST/AP; 255013 – SUEST/MG; 255014 – SUEST/PA; 255016 SUEST-PR; 255017 – SUEST/PE; 255018 – SUEST/PI; 255019 – SUEST/RJ e 255021 – SUEST/RS, visto que estas ainda não utilizam o Sistema de Controle Patrimonial.

11.2 Declaração do Contador Atestando a Conformidade das Demonstrações Contábeis

11.2.1 Declaração Plena

Quadro A.11.1 - Declaração de que as demonstrações contábeis do exercício refletem corretamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada.

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
Denominação completa (UJ)		Código da UG	
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais, do Fluxo de Caixa e do Resultado Econômico), regidos pela Lei n.º 4.320/1964 e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC n.º 1.133/2008, relativos ao exercício de 2012, refletem adequada e integralmente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão.</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
Local		Data	
Contador Responsável		CRC n.º	

“NÃO SE APLICA A NATUREZA JURÍDICA DA UJ”

11.2.2 Declaração com **Ressalva**

Quadro A.11.2 - Declaração de que as demonstrações contábeis do exercício Não refletem corretamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada.

DECLARAÇÃO DO CONTADOR COM RESSALVA			
Denominação completa (UJ)			Código da UG
Superintendência Estadual da FUNASA no Estado do Rio Grande do Sul			255021
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema Siafi (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, do fluxo de Caixa e do Resultado Econômico), regidos pela Lei n.º 4.320/1964 e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC n.º 1.133/2008, relativas ao exercício de 2012, refletem adequadamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, EXCETO no tocante a:</p> <p>RESTRIÇÃO TÍTULO</p> <p>102 SALDO CONTABIL BENS MOVEIS NAO CONFERE C/ RMB</p> <p>163 SLD.ALONGADOS CTAS TRANSITORIAS AT.COMP.</p> <p>170 CONVENIOS A APROVAR COM DATA EXPIRADA</p> <p>999 NAO ATEND.ORIENTACAO ORGAO CONTAB SET/CENTRAL</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
Local	Brasília-DF.		Data
Contador Responsável	Evanice Camargo Cardoso	CRC n.º	4763
Ordenador de Despesas	<p>Assinatura/Carimbo</p> <p>Gustavo de Mello Superintendente Estadual FUNASA/RS</p> <p>Gustavo de Mello Superintendente Estadual FUNASA/RS</p>		

11.3 Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas previstas na Lei nº 4.320/1964 e pela NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008

“NÃO SE APLICA A NATUREZA JURÍDICA DA UJ”

12.1 Outras Informações Consideradas Relevantes pela UJ

SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DA FUNASA RS DEBATE PAC E SANEAMENTO COM AS COMUNIDADES GAÚCHAS

A Superintendência Estadual da FUNASA no Rio Grande do Sul adotou como uma de suas prioridades de atuação em 2012, colocar a Instituição em contato direto com autoridades municipais, entidades comunitárias, associações e população em geral, através de seminários, encontros e audiências públicas, promovidos em conjunto com prefeituras e câmaras municipais.

O anúncio de recursos para obras ou início das licitações, também, têm sido em eventos públicos, dando total publicidade à população dos investimentos que estão sendo realizados pelo governo federal.

Nestes encontros, com uma programação de debates e palestras, o PAC-FUNASA sempre é tema das intervenções do senhor Superintendente Estadual, Gustavo de Mello, e objeto de muitos pedidos de esclarecimentos. Além disso, tem sido dada muita atenção aos temas da Lei 11.445/2007 – a Lei do Saneamento Básico - quase totalmente desconhecida dos gestores municipais, e ao incentivo da criação de Consórcios Públicos e elaboração de Planos Municipais de Saneamento Básico.

A receptividade é sempre excelente, com auditórios lotados, a demonstrar que as deficiências do Saneamento em nosso Estado não fogem à realidade nacional, que são muito grandes e nota-se um anseio muito forte por parte da população gaúcha. Com estes encontros aproximamos a FUNASA dos gestores e da população. Provocamos um debate que se intensificou, a ponto de não darmos mais conta de tantos convites para a realização de eventos desta natureza.

EVENTOS REALIZADOS PELA FUNASA EM 2012

A percepção de que os serviços de saneamento são essenciais para a promoção da saúde e para a prevenção de doenças não é mais privilégio de sanitaristas, dos meios acadêmicos e do governo. Hoje, a maior parte da sociedade civil organizada tem consciência que “a má qualidade ou inexistência de redes de água e esgotos são os principais fatores de risco à saúde” e a falta de saneamento é identificada como uma das principais preocupações da população brasileira em relação à saúde.

É de fundamental importância uma ativa participação do setor saúde, envolvendo todas as esferas do Sistema Único de Saúde (SUS), nos processos de discussão, formulação e implementação das políticas de Saneamento, Meio Ambiente e de Recursos Hídricos. Neste sentido, já existe um aparato legal e constitucional, o qual define diversas atribuições e responsabilidades para o Sistema Único de Saúde em relação a tais políticas.

Com a regulamentação da Lei do Saneamento (Lei 11.445/2007), que estabelece as diretrizes nacionais para o Saneamento Básico e para a Política Federal de Saneamento Básico, os municípios terão a oportunidade de definir todos os investimentos no setor, por meio do seu Plano Municipal de Saneamento Básico, que se tornou um poderoso instrumento de planejamento, promoção da qualidade de vida e de um ambiente saudável.

Compete à Funasa, fomentar e prestar apoio técnico aos órgãos governamentais e não governamentais na estruturação, planejamento e execução das ações e serviços de saneamento e edificações em todos os municípios, identificar soluções alternativas de saneamento básico, adequadas à realidade local; analisar tecnicamente a execução dos projetos de engenharia relacionados aos programas de saneamento; coordenar e supervisionar a execução de projetos relacionados aos programas de saneamento, manutenção e operação dos sistemas implantados.

Portanto, a Funasa, está presente na maioria dos municípios e em áreas de grande interesse social, implantando ações de “Saneamento Ambiental”, utilizando os recursos oriundos do Orçamento Geral da União.

16/01/2012 - RS: Funasa garante realização de obras e projetos de saneamento

Foto: Monica Caldeira - Suest/RS



Gustavo de Mello durante a entrevista coletiva à imprensa para abordar os projetos da regional

O superintendente estadual da Funasa no Rio Grande do Sul, Gustavo de Mello, promoveu, nesta segunda-feira (16), uma entrevista coletiva à imprensa para abordar os projetos previstos pela instituição para 2012, por meio do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC 2). Na ocasião, Gustavo de Mello também abordou números e municípios já contemplados com obras em andamento pelo PAC 1 no Estado.

No encontro com a imprensa, que aconteceu por volta das 10 horas, no gabinete da Superintendência da Funasa, no Centro de Porto Alegre, também estiveram em pauta os recursos para investimentos em saneamento e abastecimento de água.

“Trata-se de um ano de execução”, garante o superintendente, quanto às obras e projetos previstos pela instituição para 2012. O Governo Federal, em parceria com a Funasa, colocará em prática projetos que irão garantir não só uma vida mais digna a diversas comunidades do Estado com até 50 mil habitantes, mas também a viabilização de obras de grande porte a estas localidades.

Nos últimos anos a Suest/RS tem priorizado o trabalho em localidades onde o saneamento básico e o abastecimento de água são indispensáveis para o dia-a-dia das comunidades com até 50 mil habitantes.

Desde 2007, o Governo Federal tem investido regularmente em programas que têm como objetivo o resgate da qualidade de vida e a promoção da saúde nas mais diversas regiões do Estado.

Entretanto, uma nova prática organizacional está sendo utilizada pela instituição, a fim de garantir de forma mais prática a execução de obras e projetos aprovados pelo PAC sob a responsabilidade da Funasa no Brasil.

Segundo Gustavo de Mello, este novo processo facilitará o trabalho entre o órgão e as prefeituras contempladas. Por intermédio do PAC, a Funasa pôde colocar em prática medidas que atendem diversas demandas das mais variadas regiões.

Com o PAC 1, 69 cidades receberam recursos para obras de SAA. Já com o PAC 2, somente até o presente momento, 18 cidades já foram agraciadas com um investimento federal maior que o dobro disponibilizado pela primeira etapa do referido programa.

Obras

Somente pelo PAC 1, de 2007 a 2010, a Funasa investiu em obras SAA mais de R\$ 25 milhões em 69 municípios. Já com o PAC 2, o montante chegou a um total de quase R\$ 55 milhões para atender a demanda de 18 municípios, por se tratar de obras de grande porte e suma importância para as comunidades.

Desse total de recursos para as obras previstas pela Funasa, através do PAC 2 (2011/2012), mais de R\$ 40 milhões encontram-se em contratação e o valor restante já foi contratado e aprovado.

Quanto ao investimento em obras de SES, o PAC 1 (2007/2011), a Funasa já aprovou mais de R\$ 20 milhões, e mais R\$ 10 milhões ainda devem ser utilizados em projetos já contratados, beneficiando 17 cidades gaúchas.

Por sua vez, na mesma área de atuação, o PAC 2 (2011/2012), investirá quase R\$ 100 milhões em obras de SES em 15 municípios do Estado, sendo que R\$ 61 milhões encontram-se em estágio de contratação; R\$ R\$ 8, 5 milhões já foram contratados e aprovados.

Projetos

Pelo PAC 1, a Funasa possui contrato para projetos de Sistema de Abastecimento de Água (SAA) com dez cidades do Estado, num total de R\$ 430 mil, sendo que mais de R\$ 263 mil já foram aprovados.

Quanto aos projetos previstos pela Funasa para esta mesma área através do PAC 2, 19 municípios do Rio Grande do Sul estão em estágio de contratação. No total, serão investidos quase R\$ 2 milhões.

Para a área de Sistema de Esgotamento Sanitário (SES), o PAC 2 prevê o investimento de mais de R\$ 6,9 milhões em 61 cidades, sendo que os projetos já foram contratados.

Total de investimentos

Número total de municípios contemplados com obras pelo PAC 1 e PAC 2 – 360

Obras SAA – R\$ 80.023.111,28

PAC 1 (2007/2010) – R\$ 25.107.128,39

PAC 2 (2010/2011) – R\$ 54.915.982,89

30/01/2012 - Comunidade atingida por enchente, no Sul, recebe projeto de saneamento

Foto: Prefeitura de São Lourenço do Sul



Há quase um ano, município enfrentou uma das maiores enchentes já registradas no RS

A comunidade de São Lourenço do Sul terá a oportunidade de conhecer, nesta terça-feira (31), o projeto do Sistema de Esgotamento Sanitário (SES) que contemplará centenas de pessoas daquele município localizado no Rio Grande do Sul. A solenidade está prevista para as 18 horas, no auditório da Escola Municipal Marina Vargas. O projeto resulta de uma parceria entre a Superintendência Estadual da Fundação Nacional de Saúde (Funasa) no Rio Grande do Sul (Suest/RS) e a Prefeitura Municipal de São Lourenço do Sul.

Na ocasião, o superintendente da Fundação no RS, Gustavo de Mello, e o prefeito de São Lourenço do Sul, José Sidney de Almeida, celebrarão a assinatura do contrato com a empresa Portosan Construções Ltda (EPP), que prevê a construção do SES na localidade. A obra é um investimento do Governo Federal, por meio da Funasa, e o projeto foi contemplado pelo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC 1), orçado em mais de R\$ 5 milhões.

De acordo com Gustavo de Mello, a obra é aguardada com muita expectativa por parte da comunidade que, há quase um ano, enfrentou uma das maiores enchentes já registradas no estado gaúcho. “Em março do ano passado, uma enxurrada deixou dezenas de pessoas desalojadas e desabrigadas em São Lourenço do Sul. Após o incidente, a comunidade precisou reconstruir muita coisa. Portanto, é com satisfação que a Funasa contempla este projeto, o qual garante uma vida mais saudável e digna a esta comunidade que já enfrentou tantas dificuldades”.

O superintendente da Funasa ressalta, que a execução desta obra comprova o papel social desempenhado pela Fundação, que destaca, entre seus principais objetivos, “a inclusão social e a promoção de um viver mais digno às comunidades municipais com até 50 mil habitantes.

Banhada pela Lagoa dos Patos, a cidade de São Lourenço do Sul é conhecida como “Pérola da Lagoa” - um dos locais mais requisitados durante a temporada de verão no Sul do Estado. O município conta com aproximadamente 43 mil habitantes e situa-se a pouco mais de 200 quilômetros da capital do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

01/02/2012 - RS: São Lourenço comemora grande investimento em saneamento

Foto: Suest/RS - Funasa



Participaram do ato políticos, associações de bairro, entidades de classe e moradores

São Lourenço receberá um dos maiores investimentos já feitos em saneamento em um município da região Sul do estado gaúcho. “Trata-se de do maior investimento que a cidade já

teve. Após a comunidade enfrentar grandes dificuldades devido à enchente que deixou dezenas de famílias desabrigadas e desalojadas, os moradores comemoram esta grande notícia”, disse o prefeito de São Lourenço do Sul, José Nunes, durante a assinatura do contrato que dá início às obras do Sistema de Esgotamento Sanitário (SES).

O projeto foi contemplado pela Funasa, por meio da Superintendência Estadual do Rio Grande do Sul (Suest/RS), em parceria com a Prefeitura Municipal, através do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC 1). De acordo com o gerente de logística da empresa Portosan Construções Ltda (EPP), Antônio Sérgio Alves, a obra terá início ainda esta semana, com o levantamento de amostras do solo e a montagem do canteiro de obras. Quanto à obra civil, esta deverá começar em, no máximo, três meses. O investimento será de mais de R\$ 5 milhões.

O ato foi realizado no início da noite da última terça-feira (31/01/2012) e contou com a presença de representantes políticos, de associações de bairro, entidades de classe, além da comunidade.

Na ocasião, o engenheiro da Prefeitura Municipal, Ivan Borges Gorniak, apresentou o projeto aprovado pela Funasa, quando destacou as áreas a serem beneficiadas. Ele explicou que o município já possui as licenças necessárias para o início da obra, a qual contemplará quase que a totalidade da população de São Lourenço do Sul. “Nesta primeira etapa, o projeto beneficiará mais de 800 famílias e, após sua conclusão, praticamente todas as regiões do centro da cidade contarão com sistema de esgoto”,

O engenheiro citou, ainda, a importância do projeto para a qualidade de vida dos moradores de São Lourenço do Sul. Segundo ele, além de promover a saúde e a inclusão social, o projeto contemplado pela Funasa trará benefícios à economia local, uma vez que o turismo é uma das principais fontes de renda da comunidade banhada pela Lagoa dos Patos.

“Nem sempre nosso balneário está próprio para banho. Mas, após a implantação do sistema de esgotamento sanitário, este cenário deverá mudar de forma efetiva, garantindo a balneabilidade tão aguardada pelos veranistas”, explicou o engenheiro.

“Esta data ficará marcada na história de São Lourenço do Sul, que acaba de receber o maior investimento já disponibilizado a um município com até 50 mil habitantes na região Sul do Estado”, afirmou o superintendente da Funasa no Rio Grande do Sul, Gustavo de Mello, durante a cerimônia.

07/02/2012 - RS: Funasa auxilia comunidade atingida pela estiagem

Foto: Felipe Valduga - Prefeitura de Candiota



Prefeitura promoveu ato para comemorar liberação de recursos da Funasa contra a seca

Enquanto muitos estados brasileiros estão sofrendo devido às fortes enchentes, vários municípios do Rio Grande do Sul enfrentam a maior estiagem já registrada nos últimos anos.

Para ajudar a garantir água potável a quem sobrevive, basicamente da agricultura e da pecuária, a Funasa/RS contemplou a Prefeitura Municipal de Candiota, com mais de R\$ 2 milhões para garantir água potável às famílias que vivem em locais atingidos pela estiagem.

Os recursos serão utilizados na construção de dois reservatórios de água com capacidade de armazenamento de 500 mil litros cada, além de uma rede adutora de 11 quilômetros, ligando o município ao assentamento denominado Santa Lúcia. A obra já foi aprovada pela Funasa/RS e está orçada em R\$ 2,270 milhões.

Foto: Felipe Valduga - Prefeitura de Candiota



Município é um dos mais atingidos pela estiagem que atinge o estado do Rio Grande do Sul

Segundo o secretário municipal de Obras e Serviços Públicos de Candiota, Artêmio Parcianello, o investimento é um dos mais representativos em andamento hoje na cidade, o qual garantirá água potável para a comunidade da zona rural.

“Além de melhorar e ampliar a capacidade de armazenamento de água tratada em Candiota, a medida irá melhorar a qualidade de vida destas pessoas”, disse o secretário.

Ainda de acordo com o secretário, é necessária a existência de uma estrutura para que as famílias que moram no campo tenham condições de conviver com os períodos de estiagem.

"Levar essa ligação até o interior é uma medida exemplar. Pretendemos, em um próximo momento, estender até outras localidades rurais", anunciou.

A rede adutora em questão, além de sua extensão quilométrica, terá diâmetro de 200 milímetros, o que deve garantir um abastecimento de qualidade. A obra será executada por empresa selecionada através de licitação. A concorrência pública ocorrerá no início de março.

14/02/2012 - RS: Funasa beneficia mais uma comunidade quilombola

Foto: Monica Caldeira / Suest RS



No ato, na Câmara, Wilson Marques (à esq.), Gustavo de Mello (de azul) e Alcides (à dir.)

Distante a apenas 137 quilômetros da capital do Rio Grande do Sul e há 200 anos ocupando um território quilombola, a comunidade do Morro Alto viveu momentos de muita emoção no plenário da Câmara Municipal de Vereadores, na última segunda-feira, 13 de fevereiro.

Na ocasião, os moradores prestigiaram a entrega do projeto de Sistema de Abastecimento de Água (SAA), que contemplará mais de 500 famílias dessa comunidade localizada na cidade de Maquiné.

O investimento é importante para a comunidade quilombola do Morro Alto, pois, aproximadamente, 1,5 mil pessoas lutam diariamente por água potável, tão escassa naquela localidade.

“De acordo com os quilombolas, o recurso natural – que antes podia ser obtido com facilidade na região – hoje é considerado “artigo” de primeira grandeza”. Atualmente, as famílias dependem de cacimbas e poços de ponteira para garantir a água para a preparação de alimentos, tomar banho e, até mesmo, lavar roupa.

Foto: Monica Caldeira / Suest RS



*Wilson Marques: trabalho da **Funasa** mostra que Governo Federal está cumprindo seu papel social*

Para reverter este cenário e possibilitar uma vida mais digna e saudável às 500 famílias da comunidade quilombola de Maquiné, a Funasa/RS entregou, na segunda-feira (13), o projeto para a construção de um Sistema de Abastecimento de Água (SAA), o qual irá atender três núcleos da região.

O projeto foi realizado pela empresa NeoCorp Ltda e entregue ao prefeito de Maquiné, Alcides Scussel, durante ato realizado no plenário da Câmara Municipal da cidade. O projeto será executado com recursos do PAC 1/Funasa, e está orçado em R\$1.354.220,66.

Na ocasião, o presidente do Quilombo do Morro Alto, Wilson Marques da Rosa, considerou o evento "um marco histórico para a comunidade", já que a água é uma das

necessidades básicas do ser humano. "O trabalho da Funasa comprova que o Governo Federal está cumprindo seu papel social ao garantir uma vivência digna às camadas mais pobres da população, em especial a dos quilombolas", destacou.

Segundo o superintendente da Funasa/RS, Gustavo de Mello, o projeto aprovado pela Funasa garantirá o tão aguardado abastecimento na região. "Executar políticas públicas as quais atendam as necessidades reais das comunidades especiais tradicionais é papel fundamental da Funasa", afirmou. Com a entrega do projeto, a Prefeitura de Maquiné poderá abrir processo licitatório a fim de executar a obra.

Em seu discurso, o prefeito de Maquiné, Alcides Scussel, disse que um poço foi aberto em 1997, mas, no entanto, a rede de água nunca foi feita. "Agora, o PAC e a Funasa estão transformando nossa realidade", assinalou.

Alcides recordou, ainda, a ansiedade vivida pela comunidade que, há muitos anos, sonha em ter água encanada em casa. "Nosso município não está entre os mais afetados pela estiagem registrada este ano no estado. Porém, durante alguns dias, parte desta comunidade hoje contemplada pela Funasa não tinha sequer água para beber", frisou.

Além da cidade de Maquiné, a Funasa/RS terceirizou a criação de projetos para mais outros nove municípios do estado, atendendo 30 comunidades quilombolas.

15/02/2012 - RS: Suest apresenta Planejamento de 2012 aos servidores

Foto: Monica Caldeira - Suest/RS



Clóvis Franciscato (em pé) apresentou o conteúdo do planejamento previsto para 2012

A Superintendência Estadual da Funasa no Rio Grande do Sul (Suest/RS) promoveu, na tarde desta quarta-feira (15), uma reunião com todos os seus servidores. O encontro, realizado

no auditório do prédio da Suest/RS, teve como objetivo apresentar o planejamento da Fundação para o ano de 2012 – conteúdo fornecido pela Funasa/Presidência.

Conforme explanou o superintendente Gustavo de Mello, o objetivo foi informar a todos os servidores as diretrizes e mudanças apresentadas pela presidência durante a capacitação realizada em janeiro, em Brasília, que alguns funcionários da instituição tiveram a oportunidade de participar.

"Grandes e importantes obras terão início este ano. Para tanto, será necessário o comprometimento individual de todos, pois o engajamento de todos que fazem parte deste processo é indispensável", destacou.

Dentre as principais ações previstas pela superintendência gaúcha da Funasa foi destacada a chegada da Unidade Móvel de Controle da Qualidade da Água (Umcqa); a licitação de mais de 300 projetos para água e esgotamento sanitário; e a execução de centenas de Melhorias Sanitárias Domiciliares (MSD's) em todo o estado.

Após a apresentação de Gustavo de Mello, o chefe do Setor de Saneamento Ambiental - Sesam, Clóvis Antônio Franciscato, apresentou o conteúdo do planejamento previsto para 2012, através da nova ferramenta Microsoft Office Project. Em seguida, a Superintendência do Rio Grande do Sul apresentou, a seus servidores, o planejamento interno da instituição para 2012.

22/02/2012 - RS: Cooperativa de recicladores será ampliada no município de Dois Irmãos

Foto: Monica Caldeira / Suest/RS - Funasa



Gustavo de Mello (à esq.) recebeu a documentação complementar

A comunidade da cidade de Dois Irmãos, no interior do Rio Grande do Sul, contará com a ampliação do serviço de coleta seletiva no município.

A sede da Cooperativa dos Recicladores de Dois Irmãos passará por uma importante obra, garantindo mais qualidade ao serviço para aqueles que se utilizam do sistema de coleta de resíduos.

O prefeito de Dois Irmãos, Jerson Miguel Schwengber, destacou que o convênio de resíduos sólidos, firmado junto à Funasa/RS, gera muitos benefícios à comunidade local

"Além de qualidade de vida, a comunidade de Dois Irmãos contará com um serviço mais organizado, com espaço mais amplo para atendimento. Por sua vez, os recicladores terão mais condições para selecionar os resíduos, tornando o ambiente mais propício ao trabalho", explicou o chefe do Executivo.

O superintendente da Funasa/RS, Gustavo de Mello, recebeu a documentação complementar ao projeto inicial na tarde de quinta-feira (16), no gabinete da superintendência.

O convênio de resíduos sólidos firmado entre a Funasa/RS e a prefeitura de Dois Irmãos está orçado em R\$ 400 mil. O município gaúcho possui pouco mais de 27 mil habitantes, os quais produzem, diariamente, 16 toneladas de lixo por dia. A Cooperativa de Recicladores é formada por 36 pessoas e atende todos os bairros da cidade. Com o recurso, serão feitas reforma e ampliação do galpão, além da aquisição de uma empilhadeira.

02/03/2012 - RS: Suest gaúcha é a primeira a concluir aprovação de projetos do PAC 2

A superintendência da Fundação Nacional de Saúde (Funasa) no Rio Grande do Sul (Suest/RS) é a primeira do país a concluir o processo de avaliação dos projetos contemplados pelo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) no estado. Com isso, a meta prevista pela instituição foi atingida, o que representa a aprovação de projetos que somam mais de R\$ 148 milhões.

Ao todo, 67 municípios foram beneficiados com projetos de Sistema de Esgotamento Sanitário (SES), Sistema de Abastecimento de Água (SAA) e Melhorias Sanitárias Domiciliares (MSD).

Conforme destacou o superintendente Gustavo de Mello, os projetos aprovados garantirão obras para diferentes regiões do Rio Grande do Sul, oportunizando serviços indispensáveis e essenciais às mais diferentes comunidades, dentre elas, indígenas e quilombolas.

"Um novo patamar de funcionamento foi atingido no Rio Grande do Sul, com o apoio da nossa Presidência [da Funasa]. Estamos um tanto aquém do que gostaríamos mas melhor que as outras superintendências da Fundação em todo o País", informam.

Segundo Mello, o resultado positivo demonstra o empenho e o interesse não só da Funasa, mas também do Governo do Estado e das prefeituras municipais, parceiros neste processo. "Sem parcerias, não se faz saneamento ambiental sozinho em nenhum lugar do País", ressalta.

Com a aprovação dos projetos, as prefeituras estão aptas para a assinatura do convênio junto à Funasa. Logo em seguida, será efetuado o pagamento da primeira parcela do recurso previsto para cada cidade, possibilitando assim a abertura do processo de licitação para as obras.

Números

- Sistema de Abastecimento de Água: 25 municípios beneficiados, R\$ 55,5 milhões;
- Sistema de Esgotamento Sanitário: 19 municípios beneficiados, R\$ 81,5 milhões;
- Melhorias Sanitárias Domiciliares: 23 municípios beneficiados, R\$ 11,5 milhões;
- Valor total: 148.541.896,28

07/03/2012 - RS: Saneamento será realidade para centenas de famílias gaúchas até 2014

Foto: Monica Caldeira (Suest/BA - Funasa)



Arnaldo Dutra (de terno preto) e Gustavo (3º à dir.): um feito histórico para o Rio Grande do Sul

Até 2014, centenas de famílias gaúchas vão contar com os serviços de abastecimento de água potável e de saneamento. Apesar de serem procedimentos básicos e indispensáveis à sobrevivência, diversas comunidades que vivem em cidades com até 50 mil habitantes ainda não dispõem destes serviços essenciais: água própria para consumo humano e tratamento de esgoto.

Segundo o superintendente estadual da Fundação Nacional de Saúde (Funasa) no Rio Grande do Sul, Gustavo de Mello, esse novo horizonte poderá ser vislumbrado graças à segunda etapa do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC2), o qual propiciará a execução, no estado, de dezenas de projetos de Sistema de Abastecimento de Água (SAA), Sistema de Esgotamento Sanitário (SES) e de construção de Melhorias Sanitárias Domiciliares (MSD).

"As cidades atendidas encontram-se em localidades castigadas pela seca. Além disso, 15 municípios foram selecionados para colocar em prática projetos visando o saneamento básico", informa. A Funasa do Rio Grande do Sul, foi a única a cumprir o prazo estipulado para a conclusão do processo de avaliação dos projetos contemplados pelo PAC 2, atingindo a meta de 100% apontada pela presidência da Fundação.

O resultado representa a aprovação de projetos que somam mais de R\$ 148 milhões. Ao todo, mais de 50 municípios com até 50 mil habitantes foram beneficiados. O assunto foi inclusive tema de uma reunião promovida na tarde da última segunda-feira entre o superintendente da Funasa e o diretor-presidente da Companhia Rio-grandense de Saneamento (Corsan), Arnaldo Dutra.

Na ocasião, Arnaldo Dutra ressaltou a importância da parceria entre os governos federal e estadual. "Trata-se de um feito histórico: pela primeira, vez o governo do Rio Grande do Sul é contemplado com recursos de valor considerável, possibilitando de fato a realização de importantes obras, principalmente, na área de saneamento, para cidades de menor porte", disse o diretor-presidente da Corsan.

Nos últimos anos, a média de investimentos por parte da Funasa/RS no Estado era de R\$ 90 milhões, valor praticamente dobrado pelo PAC 2.

A expectativa é de que as obras sejam executadas entre 24 a 36 meses, com conclusão prevista para 2014. O primeiro repasse de recursos para as prefeituras selecionadas deve ser efetuado até o fim deste mês, o que permitirá às prefeituras a realização dos processos licitatórios de cada projeto em questão.

A reunião contou, ainda, com a participação do corpo técnico da Divisão de Engenharia de (Diesp).

Municípios contemplados:

Alegria, Alto Alegre, Arambaré, Arroio do Tigre, Arroio Grande, Barra do Ribeiro, Benjamin Constant do Sul, Boa Vista das Missões, Caçapava do Sul, Caiçara, Candiota, Capivari do Sul, Chuvisca, Constantina, Erval Seco, Formigueiro, Garruchos, Herval, Ibirapuitã, Jaguari, Jari, Lagoa Vermelha, Lajeado do Bugre, Mata, Miraguaí, Nova Petrópolis, Novo Tiradentes, Pinheiro Machado, Piratini, Pedras Altas, Pinhal, Pinhal Grande, Pinheirinho do Vale, Planalto, Porto Lucena, Porto Xavier, Quaraí, Redentora, Rio dos Índios, Rolante, Roque Gonzales, Sananduva, Santa Margarida do Sul, Santiago, Santo Cristo, São José das Missões, São Lourenço do Sul, São Luiz Gonzaga, São Miguel das Missões, São Valentim, Serafina Correa, Soledade, Três Palmeiras, Tunas, Vera Cruz, Viadutos, Viamão, Vicente Dutra e Xangri-lá.

Números

- Sistema de Abastecimento de Água: R\$ 55,5 milhões;
- Sistema de Esgotamento Sanitário: R\$ 81,5 milhões;
- Melhorias Sanitárias Domiciliares R\$ 11,5 milhões;
- Valor total: R\$ 148.541.896,28.

14/03/2012 - Funasa realiza oficina com órgãos federais sobre o PNS Rural

Foto: Densp / Funasa



Participantes da oficina debateram a versão preliminar do texto do PNS rural na Opas

A Presidência da Fundação Nacional da Saúde (Funasa), por meio do Departamento de Engenharia de Saúde Pública (Densp), realizou em Brasília, uma oficina sobre o Programa Nacional de Saneamento Rural, no dia 06 de março de 2012, na sede da Opas/OMS.

O objetivo foi propiciar o debate sobre a versão preliminar do Programa Nacional de Saneamento Rural, na expectativa de receber dos órgãos federais que atuam com programas e projetos em áreas rurais, contribuições para a elaboração e desenvolvimento do Programa.

O evento teve a participação de representantes de 20 setores de 12 Ministérios, da Fundação Banco do Brasil, de técnicos e coordenadores da Funasa e também contou com a participação e apoio técnico da Opas/OMS, totalizando 54 participantes que trouxeram relevantes observações e propostas quanto ao trabalho integrado e articulado em saneamento básico nas áreas rurais.

A cerimônia de abertura contou com a presença do presidente da Funasa, Gilson Carvalho de Queiroz Filho; do diretor-executivo Flávio Gomes Junior; do diretor do Departamento de Engenharia de Saúde Pública (Densp), Ruy Gomide Barreira; do Coordenador da Coordenação-Geral de Engenharia Sanitária (Cgesa), José Antônio da Motta Ribeiro e do gerente da Área de Prevenção e Controle de Doença e Desenvolvimento Sustentável Henrique Gil, representando a Opas/OMS.

Em sua fala de abertura da oficina, o presidente da Funasa destacou a importância da cooperação técnica da Opas e do apoio e contribuição dos órgãos federais, de forma que o Programa seja uma ação articulada e interinstitucional.

“Temos uma população rural de, aproximadamente, 30 milhões e, na sua maioria, em situação de extrema pobreza, chamando a atenção para o fato de que as comunidades rurais têm expressivo déficit de saneamento, enquanto a população urbana está bem próxima do acesso universal aos serviços de saneamento básico”, disse Gilson Queiroz.

Para o presidente, o grande desafio do saneamento rural é a sustentabilidade das ações implementadas, o que exige uma visão mais ampla do saneamento, entendido como um trabalho social de conquista da saúde e da dignidade humana. Desta forma, a Funasa enquanto

coordenadora do Programa e, em consonância com o Plansab, deverá sempre buscar a universalização do acesso aos serviços de saneamento Básico.

Exposições

Pela manhã foram feitas três exposições: a primeira sobre o Plano Nacional de Saneamento Básico (Plansab), apresentado pelo representante da Secretaria Nacional de Saneamento, do Ministério das Cidades, Alexandre Araújo Godeiro Carlos. Em seguida, o representante da Coordenação-Geral de Engenharia Sanitária (Cgesa/Densp), Everaldo Resende Silva, apresentou aspectos da versão preliminar do Programa Nacional de Saneamento Rural. Na terceira exposição, o representante da Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano, do Ministério do Meio Ambiente, Henrique Pinheiro Veiga abordou o Programa Água Doce.

Na parte da tarde, foram abertos os debates, tendo como foco a versão preliminar do Programa e as possibilidades de contribuições e ações conjuntas dos órgãos Federais na construção e implementação do Programa.

O Ministério da Saúde, por meio da Funasa está coordenando a elaboração da versão preliminar do Programa Nacional de Saneamento Rural, com base na Política Federal de Saneamento Básico, estabelecida na Lei nº11.445/2007, e em consonância com o Plansab.

Universalização

O Programa tem como objetivo promover o desenvolvimento de ações de saneamento básico em áreas rurais, visando à universalização do acesso, mediante estratégias que garantam a equidade, a integralidade, a intersetorialidade, a sustentabilidade dos serviços implantados e a participação social. Deverá considerar as especificidades desses territórios e populações, bem como a integração e a interface com outras políticas e programas de governo em andamento.

A realização da oficina teve como pressuposto que o planejamento e a implementação deste Programa dependem diretamente da ação conjunta entre a Funasa/MS e órgãos do governo federal que atuam nas áreas rurais, sendo imprescindível uma articulação institucional que possibilite a integração das atividades desenvolvidas, o intercâmbio de informações, a eficiência na aplicação dos recursos e a eficácia das ações propostas.

Dentre os encaminhamentos e primeiros resultados da Oficina, ficou definido a importância da continuidade de reuniões bilaterais entre Funasa/MS e os órgãos federais, ampliando os debates; realização de oficinas em nível regional, envolvendo as Superintendências Estaduais da Fundação e as várias instituições afins ao saneamento rural. Na construção do Programa, é imprescindível que haja também a participação da sociedade civil, em especial das organizações e movimentos sociais vinculados ao campo.

População Rural:

Segundo censo realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE/2010, no Brasil cerca de 29,9 milhões de pessoas residem em localidades rurais, em aproximadamente 8,1 milhões de domicílios.

De acordo com os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD/2009, apenas 32,8% dos domicílios nas áreas rurais estão ligados a redes de abastecimento de água com ou sem canalização interna. O restante da população (67,2%) capta água de chafarizes e poços protegidos ou não, diretamente de cursos de água sem nenhum tratamento ou de outras fontes alternativas geralmente insalubres.

Mais crítica é a situação relacionada ao esgotamento sanitário: apenas 5,7% dos domicílios estão ligados à rede de coleta de esgotos e 20,3% utilizam a fossa séptica como solução para o tratamento dos dejetos. Os demais domicílios (74%) depositam os dejetos em “fossas rudimentares”, lançam em cursos d’água ou diretamente no solo a céu aberto (PNAD/2009).

15/03/2012 - RS: Água potável será realidade para mais de mil assentados em Piratini

Foto: Monica Caldeira (Suest/RS - Funasa)



Gustavo de Mello, da Funasa/RS, discursa no plenário da Câmara Municipal de Piratini

Mais de 1,7 mil assentados da cidade de Piratini, no Sul do Estado, contarão, em breve, com um novo Sistema de Abastecimento de Água (SAA). Isso será possível graças ao Termo de Compromisso (TC) assinado nesta quinta-feira (15), entre a Superintendência Estadual da Fundação Nacional de Saúde (Funasa/RS) e a Prefeitura Municipal de Piratini.

O evento, realizado no plenário da Câmara Municipal da cidade, contou com a presença de diversas autoridades, representantes dos movimentos populares, além da comunidade em geral. O ato de assinatura foi aberto pelo representante do Movimento dos Sem Terra (MST) na região, Lourenço de Souza, que falou da importância do projeto para as famílias contempladas, já que tanto a falta de água, quanto de luz, são antigos problemas enfrentados pelas famílias que vivem nos assentamentos, em Piratini.

Logo em seguida, o superintendente da Funasa/RS, Gustavo de Mello, falou dos resultados positivos obtidos pelo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) em todo o País, em especial no Rio Grande do Sul, onde as comunidades de todas as regiões vêm sendo contempladas com recursos para a execução de obras e elaboração de projetos.

"Com o PAC 2, não há contrapartida por parte das Prefeituras, dando oportunidade àqueles municípios que, muitas vezes, não têm condições de apresentar projetos ou lutar por obras nas áreas de abastecimento de água e tratamento de esgoto", explicou.

O prefeito de Piratini, Wilson Agnelo da Silva Gomes, falou do êxito obtido pelo Governo Federal, através dos governos de Lula e Dilma Rousseff. "O dever de casa foi feito", disse o chefe do Executivo, referindo-se aos dois últimos anos de atuação do governo federal.

Após a assinatura do Termo de Compromisso, a Prefeitura está apta a receber 40% do recurso total previsto pelo projeto, para então abrir processo licitatório a fim de contratar uma empresa para a execução da obra.

O projeto:

A obra, orçada em R\$ 3,216 milhões, visa à implantação da Rede de Abastecimento de Água nas localidades de Fortaleza/Rubira II e Rubira/Conquista da Luta, onde vivem 208

famílias assentadas, num total de 1.730 pessoas. Esta consiste na captação, tratamento, reserva e rede de água no Projeto de Assentamento Santo Antônio.

O projeto foi elaborado pelo INCRA, por meio do município de Piratini, e beneficiado com recursos da segunda etapa do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC 2).

22/03/2012 - RS: No Dia Mundial da Água 60 cidades firmam Termo de Compromisso

A Superintendência Estadual da Funasa no Rio Grande do Sul (Funasa/RS) promove, nesta quinta-feira, 22, às 10h, ato alusivo em comemoração ao Dia Mundial da Água. Representantes de mais de 60 municípios participam do ato de assinatura do Termo de Compromisso com a Fundação, visando à elaboração de projetos para a construção de Sistemas de Esgotamento Sanitário (SES).

A empresa Engeplus é a responsável pela elaboração de 61 projetos para cidades com até 50 mil habitantes de todas as regiões do Estado. Ela venceu a Concorrência nº10/2011, a qual teve como objeto a contratação de empresa especializada na elaboração de diagnósticos, estudo de concepção e viabilidade, projetos básicos e executivos de engenharia e estudos ambientais e de esgotamento sanitário em localidades do Rio Grande do Sul.

Segundo o superintendente estadual Gustavo de Mello, trata-se de um momento histórico para a instituição, pois um dos grandes problemas encontrados durante o processo do PAC 1 foi, justamente, a falta de projetos apresentados por parte dos gestores municipais. “Esta é a primeira vez que os municípios são contemplados com projetos para saneamento básico. Anteriormente, a Funasa tinha recursos, mas faltavam projetos. No entanto, com as mudanças ocasionadas nos critérios do PAC 2, o trabalho ganhou agilidade, oportunizando ainda a elaboração de projetos pela própria Funasa, mediante processo licitatório”, explica.

Os projetos contemplados serão entregues com licenciamento ambiental necessário para a execução da obra, sendo que as taxas serão pagas pela Funasa. Os municípios não ofereceram contrapartida e devem colaborar apenas com informações solicitadas pela empresa.

A assinatura do Termo de Compromisso visando a elaboração dos projetos ocorreu às 10h, no auditório da Funasa, Av. Borges de Medeiros, 536, 12º andar.

Municípios contemplados: Alegria, Amaral Ferrador, Ametista do Sul, Arambaré, Arroio do Meio, Arroio do Padre, Arroio do Sal, Arroio Grande, Arvorezinha, Áurea, Balneário Pinhal, Barra do Guarita, Barracão, Bom Retiro do Sul, Butiá, Cacique Doble, Candelária, Capão do Leão, Capivari do Sul, Cerrito, Cerro Largo, Condor, Crissiumal, Cruzeiro do Sul, Faxinalzinho, Floriano Peixoto, Fontoura Xavier, Garibaldi, Gentil, Ilópolis, Iraí, Júlio de Castilhos, Marau, Maximiliano de Almeida, Nicolau Vergueiro, Novo Tiradentes, Pedro Osório, Pinheiro Machado, Restinga seca, Rodeio Bonito, Sagrada Família, Santa Bárbara do Sul, Santa Maria do Herval, Santana da Boa Vista, Santo Antônio do Palma, Santo Cristo, São José do Herval, São Luiz Gonzaga, São Martinho, São Miguel das Missões, São Sebastião do Caí, Sertão, Taquaruçu do Sul, Tavares, Tio Hugo, Tiradentes do Sul, Trindade do Sul, Tupanci do Sul, Tupanciretã, Vila Maria, Vista Gaúcha.

27/03/2012 - RS: Assinatura de TC com 61 municípios reúne mais de cem pessoas

Foto: Monica Caldeira (Suest/RS - Funasa)



Evento na Suest/RS contou com representantes de 61 municípios do Rio Grande do Sul

Mais de cem pessoas participaram do ato de assinatura do Termo de Compromisso entre a Fundação Nacional de Saúde (Funasa/RS) e os representantes de 61 municípios gaúchos contemplados com a elaboração de projetos para a construção de Sistemas de Esgotamento Sanitário (SES), no Rio Grande do Sul.

O evento marcou o encontro entre os gestores municipais e a empresa Engeplus, vencedora do processo licitatório, no valor de R\$ 7 milhões.

A cerimônia foi aberta pela chefe da Divisão de Engenharia da Funasa/RS (Diesp/RS), Nádia Pilati, que falou da importância do encontro, pois, pela primeira vez, as cidades foram contempladas com a elaboração de projetos.

Logo em seguida, o presidente da Companhia Rio-grandense de Saneamento (Corsan), Arnaldo Dutra, abordou a importância do saneamento básico para o desenvolvimento das pequenas cidades já que, das 61 cidades beneficiadas com projetos, 24 serão através do Governo do Estado.

A cerimônia alusiva ao Dia Mundial da Água contou, ainda, com o discurso de autoridades ligadas aos municípios, e foi encerrada com o pronunciamento do superintendente da Funasa/RS, Gustavo de Mello, que ressaltou o momento positivo pelo qual passa o Estado.

"O ato é histórico porque oportuniza a cidades com até 50 mil habitantes a chance de ter um projeto de qualidade para a área de saneamento. E foi através da integração entre a Funasa/RS e as prefeituras que o Rio Grande do Sul foi o único estado do País a cumprir o prazo estipulado pela Presidência da Fundação para a entrega de projetos relativos ao PAC 2", afirmou.

Os projetos contemplados serão entregues com licenciamento ambiental necessário para a execução da obra, sendo que as taxas serão pagas pela Funasa. Os municípios não ofereceram contrapartida e devem colaborar apenas com informações solicitadas pela empresa. A expectativa é de que a entregas dos projetos ocorra em até 20 meses.

29/03/2012 - Funasa é destaque em encontro de municípios promovido pela Assemae

Foto: Assessoria Imprensa da FNP



Gilson Queiroz (3º à dir., na mesa): "Estamos investindo o necessário para estruturar o setor"

A Funasa, por intermédio de seu presidente, Gilson Queiroz, e de diversos dirigentes e técnicos da Instituição, participou, na terça-feira (27), da abertura do I Encontro dos Municípios com o Desenvolvimento Sustentável - Pequenos Negócios, Qualidade Ambiental Urbana e Erradicação da Miséria. O evento, promovido pela Associação Nacional dos Serviços Municipais de Saneamento (Assemae), terminou nesta quinta-feira (29), no Hotel San Marco

(Sala Marco Marchetti), em Brasília, e integrou a agenda preparatória da 61ª Reunião Geral da Frente Nacional de Prefeitos (FNP). O estabelecimento de quatro convênios com a Funasa para a realização de cursos de capacitação de gestores municipais foi um dos principais temas da reunião.

De acordo com o presidente da Assemae, Sílvio José Marques, a partir dos convênios serão oferecidos 40 cursos de Política e Plano Municipal de Saneamento Básico, 14 cursos de Estruturação e Implementação de Consórcios Públicos, cinco cursos de Redução de Perdas em Sistemas de Saneamento e cinco cursos de Gestão Econômica Financeira no Setor de Saneamento. O objetivo é capacitar cerca de três mil técnicos e gestores na área de saneamento.

Na avaliação do presidente da Funasa, Gilson de Carvalho Queiroz Filho, o Brasil vive uma situação paradoxal em termos de política de saneamento básico. Segundo ele, o País dispõe de recursos financeiros, mas carece de estruturação técnica, tanto em prefeituras, quanto em empresas de consultoria. Queiroz destaca que a Assemae cumpre um papel importante ao capacitar técnicos e gestores municipais. "Estamos fazendo os investimentos necessários para estruturar o setor, motivar os profissionais e também formar novos técnicos para atuar na área de saneamento básico", disse Queiroz.

Dentre as apresentações do encontro, um dos destaques foi o painel Serviços Municipais de Saneamento do Estado de Goiás – Apoio da Funasa na Estruturação da Gestão dos Serviços, de autoria do engenheiro da Superintendência Estadual da Funasa em Goiás (Suest/GO), Elias de Sá Lima. Outra atração foi o painel Proposta do Programa Nacional de Saneamento Rural da Fundação Nacional de Saúde – Funasa, apresentado por Everaldo Resende Silva, coordenador de Saneamento e Edificações em Áreas Especiais (Cosan/Funasa).

Com relação ao tema principal do encontro — *A universalização do saneamento no Brasil* — o presidente da Assemae estimou que, para se alcançar a universalização do saneamento num prazo de 20 ou 30 anos, serão necessários investimentos da ordem de R\$ 350 bilhões. Sílvio José Marques ressaltou, porém, que ocorreram mudanças conceituais significativas em relação ao problema, que até a 10 anos sequer era motivo de preocupação das administrações municipais. "Existem avanços concretos. O Governo Federal desenvolve programas importantes como o PAC Saneamento e também com o Minha Casa - Minha Vida, que estimula o saneamento", afirmou. *(Com informações gentilmente cedidas*

pela Assessoria de Comunicação da Frente Nacional de Prefeitos - FNP e apoio da Assemae)

10/04/2012 - RS: Funasa firma parceria para o tratamento de resíduos sólidos

O superintendente estadual da Funasa no Rio Grande do Sul (Funasa/RS), Gustavo de Mello, reuniu-se nesta terça-feira (10) com o psicólogo do Hospital São Pedro, Alexandre Baptista, para tratar da parceria que será firmada com a Associação dos Trabalhadores da Unidade de Triagem do Hospital São Pedro (Atut). Através de um plano de trabalho e convênio, o grupo de catadores vai receber os resíduos sólidos do prédio onde está instalada a Funasa, na capital gaúcha. As atividades terão início com uma palestra que será realizada pelos associados da Atut no auditório da Funasa, em porto Alegre.

Durante a reunião foram abordados, ainda, a luta nacional antimanicomial e o combate à pobreza extrema. “A Funasa está buscando organizar a política nacional de catadores, por meio de iniciativas como a publicação do edital de chamamento público 001/2012 — que teve como objetivo a aquisição de máquinas e equipamentos para catadores — encerrado no último domingo (08)”, explicou. Além disso, Gustavo de Mello lembrou que a Funasa associa a política dos resíduos com a saúde das pessoas e a luta antimanicomial, de forma concreta.

A Associação dos Trabalhadores da Unidade de Triagem do Hospital São Pedro (Atut) foi criada em 2002 por um pequeno grupo que exercia a atividade de separação de resíduos sólidos recicláveis como oficina terapêutica, dentro do Hospital São Pedro.

Atualmente, a Associação agrega 46 associados, entre eles pacientes e ex-pacientes do Hospital São Pedro e de outras instituições psiquiátricas, além de moradores da Vila São Pedro. Os trabalhadores são orientados por uma equipe técnica composta por um psicólogo e uma terapeuta ocupacional. O INSS e os Correios estão entre os prédios públicos da capital atendidos pela Atut, que recolhe os resíduos com auxílio de um veículo (Kombi)

12/04/2012 - RS: Suest promove II Seminário de Saneamento Ambiental

Promover a saúde pública aliando o desenvolvimento em saneamento básico à preservação ambiental e inclusão social. Este é o objetivo central do II Seminário de

Saneamento Ambiental que será promovido nos dias 13 e 14 deste mês, em Rodeio Bonito, Rio Grande do Sul. O evento é uma realização da Superintendência Estadual (Suest/RS) da Fundação Nacional de Saúde (Funasa/RS) e integra a programação da quarta edição da Expo Rodeio.

Segundo o superintendente da Funasa/RS, Gustavo de Mello, o seminário possibilitará um debate aprofundado sobre o tema entre os gestores que compõe a região do Alto Uruguai, com vistas à elaboração dos planos municipais de saneamento. “O poder público desempenha um papel indispensável na composição destes documentos, o que fortalecerá o trabalho entre o Governo Federal e os municípios beneficiados pela Funasa, principalmente, aqueles contemplados pelo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). O abastecimento de água e o manejo dos resíduos sólidos são ações fundamentais para garantir uma realidade mais digna e de qualidade às comunidades”, explica.

O evento será aberto oficialmente às 14h pelo superintendente que abordará o tema: “O Contexto dos Investimentos em Saneamento no Brasil e no RS”. Logo em seguida, será promovida uma mesa-redonda que contará com a participação de representantes da Companhia Riograndense de Saneamento (Corsan).

No dia 14, as atividades prosseguirão a partir das 9h, com a palestra “A Estratégia dos Planos Municipais de Saneamento”, que contará com a participação do biólogo da Organização Pan-Americana de Saúde, Carlos Alexandre, e com a gerente do Programa de Aceleração do Crescimento da Superintendência Estadual da Funasa do RS, Nívea Schiavon. Na parte da manhã, às 11h, o catador e dirigente da Cooperativa dos Recicladores de Resíduos Orgânicos e Inorgânicos de Santa Cecília (Coopercicla), Osmar Vidal, falará sobre “Implantação de Coleta Seletiva – A reciclagem com Inclusão Social.

O evento será realizado no auditório da Escola Estadual de Ensino Fundamental José André Acadroli, com entrada gratuita, e será aberto também à comunidade em geral.

20/04/2012 - RS: Liberada a primeira parcela para cidades contempladas pelo PAC 2

A Fundação Nacional de Saúde (Funasa) liberou, esta semana, o pagamento da primeira parcela referente a convênios e Termos de Compromissos firmados com municípios contemplados pelo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC 2). Nesta segunda etapa do programa, foram repassados R\$ 33,1 milhões, visando à realização de mais de 50 obras em diversas regiões do Estado.

Para o superintendente da Funasa no Rio Grande do Sul, Gustavo de Mello, o repasse de parte dos recursos demonstra o compromisso da Fundação com as populações beneficiadas, comprovando, ainda, o principal objetivo da Funasa para 2012, ou seja, a execução de obras em todas as regiões do Rio Grande do Sul.

"Através do PAC 2, os municípios terão a oportunidade de colocar em prática projetos que atendem as necessidades nas áreas de esgotamento sanitário, Melhorias Sanitárias Domiciliares (MSD), de abastecimento de água, além do tratamento de resíduos sólidos", disse Gustavo de Mello.

A segunda etapa de pagamentos está prevista para ocorrer até o final do mês de abril. Ao todo, 59 municípios do Rio Grande do Sul com até 50 mil habitantes foram contemplados com R\$ 148 milhões. Desses 59, 23 municípios receberão recursos para a construção de Melhorias Sanitárias Domiciliares (MSD), 21 para Sistema de Abastecimento de Água (SAA) e 15 para Sistemas de Esgotamento Sanitário (SES).

Municípios Contemplados:

Dentre os municípios contemplados, dez possuem convênios por intermédio do Governo do Estado, através da Companhia Riograndense de Saneamento (Corsan). Além das obras em MSD, SES e SAA, a Funasa também liberou recursos para a Cooperativa dos Recicladores de Resíduos Orgânicos e Inorgânicos Santa Cecília do Sul, no valor de R\$ 198.250,00 e para a Associação Ecológica de Recicladores de São Lourenço do Sul, no valor de R\$ 200 mil.

Já o município de Santana da Boa Vista recebeu recursos para a elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB). A seguir, a relação dos municípios

Ubiretama – R\$ 20 mil (MSD);
Esperança do Sul – R\$ 175 mil (SAA);
Caraá – R\$ 175 mil (SAA);
Almirante Tamandaré do Sul – R\$ 360 mil (SES);
São Pedro das Missões – R\$ 175 mil (SAA);
Jaguari – R\$ 250 mil (SES);
Arroio do Tigre – R\$ 250mil (SES);
Fontoura Xavier – R\$ 750 mil (SES)
Fontoura Xavier - R\$ 239.800,00 (MSD);
São Nicolau - R\$ 35 mil (MSD);
Guarani das Missões – R\$ 54 mil (MSD);
Miraguaí – R\$ 250 mil (SES);
São Valentim – R\$ 1.616.770,40 (SES);
Sananduva – R\$ 125 mil (MSD);
Porto Lucena – R\$ 250 mil (SES);
Porto Xavier – R\$ 250 mil (SES);
Constantina – R\$ 250 mil (SES);
Soledade – R\$ 1.827.548,02 (SAA);
Ervall Seco – R\$ 1.242.251,19 (SES);
Sananduva – R\$ 540.426,02 (SAA);
Barra do Ribeiro – R\$ 2.400.00,00 (SES);
Santo Cristo – R\$ 2.654.120,92 (SES);
São Luiz Gonzaga – R\$ 401.269,37 (SAA);
Lagoa Vermelha – R\$ 1.828.353,74 (SAA);
Xangri-lá – R\$ 2.400.000,00 (SAA);
Capivari do Sul – R\$ 1.053.399,34 (SAA);
Serafina Correa R\$ 2.400.000,00 (SES);
Viamão – R\$ 226.604,74 (SAA);
Pinheiro Machado – R\$ 49.167,30 (SAA);
Santana da Boa Vista – R\$ 50.200,00 (PMSB);
Roca Sales – R\$ 224.694,16 (SAA);
Nova Petrópolis – R\$ 2.4000,00 (SES);

Dom Feliciano – R\$ 145.746,98 (MSD);
 Dom Feliciano - R\$ 300 mil (Resíduos Sólidos);
 Piratini - R\$ 964.927,10 (SAA);
 Rolante - R\$ 3.000.000,00 (SES);
 Jaboticaba – R\$ 30 mil (SAA);
 Jaboticaba – R\$ 9.990,00 (SAA);
 Pinhal – R\$ 250 mil (SES);
 Tunas – R\$ 250 mil (SES);
 Lajeado do Bugre – R\$ 250 mil (SES);
 Boa Vista das Missões – R\$ 250 mil (SES);
 Pinheirinho do Vale – R\$ 250 mil (SES);
 Novo Tiradentes – R\$ 515.025,31 (SAA);
 Charrua – R\$ 100 mil (MSD);
 Charrua – R\$ 175 mil (SAA).

24/04/2012 - RS: Parceria inédita garantirá saúde para comunidades rurais

Foto: Suest/ RS- Funasa



O documento que selou a parceria foi assinado durante evento que aconteceu no último sábado

A Superintendência Estadual da Funasa no Rio Grande do Sul (Suest/RS) celebrou, de forma inédita, um Termo de Cooperação Técnica junto ao governo do estado, por meio da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater). Esta será a primeira vez que a Fundação contará com o auxílio para o monitoramento das obras de Melhorias Sanitárias Domiciliares (MSD's), localizadas no interior do Rio Grande do Sul.

O governador Tarso Genro e o superintendente da Suest/RS, Gustavo de Mello, assinaram o documento em evento realizado no último sábado, durante a apresentação do programa RS Mais Igual, o qual beneficia famílias atendidas pelo programa Bolsa Família com complementação de renda.

Gustavo de Mello diz que o compromisso firmado entre os órgãos visa à prática de políticas públicas de erradicação da pobreza rural, valorizando ainda o meio ambiente através da universalização do acesso ao saneamento. “Para que os técnicos da Emater possam auxiliar no acompanhamento e monitoramento da execução de mais de R\$ 11 milhões em MSD’S, estes passarão por uma capacitação sobre os principais problemas a cerca dos investimentos a serem executados. Além de garantir o acompanhamento da execução do investimento, o Termo promove ainda saúde e a inclusão social à comunidade rural atendida pela Funasa/RS”, explica o superintendente.

As Melhorias Sanitárias Domiciliares consistem num abrigo com vaso sanitário e destino adequado dos dejetos - tanque séptico e sumidouro ou ligação à rede de esgoto, sendo estas intervenções promovidas pela Funasa. O objetivo é atender às necessidades básicas de saneamento das famílias, por meio de instalações sanitárias mínimas, relacionadas ao uso da água. Somente em 2012, através do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), a Funasa aprovou a construção de Melhorias Sanitárias Domiciliares em 23 municípios do Rio Grande do Sul, num investimento total de R\$ 11,5 milhão.

02/05/2012 - RS: Funasa e Emater formam parceria para atender famílias carentes

Foto: Adriane Rodrigues/Emater-RS



Gustavo de Mello (1º à esq.): maioria das famílias beneficiadas não tem acesso à políticas públicas

A Fundação Nacional da Saúde (Funasa) e a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Rio Grande do Sul (Emater/RS-Ascar) estão prestes a firmar parceria para a prestação de Assistência Técnica e Social a famílias beneficiadas com a construção de Melhorias Sanitárias Domiciliares (MSDs), as quais atualmente vivem em situação de extrema pobreza no meio rural.

O Termo de Cooperação Técnica prevê o apoio da Emater/RS-Ascar no acompanhamento das famílias que serão beneficiadas com a implantação dos módulos sanitários, instalados nas propriedades indicadas pelas Prefeituras. “É critério da Funasa a execução de banheiros onde não há”, destaca a arquiteta Fernanda Marros, da Organização Pan-Americana de Saúde (Opas), ao citar, como exemplo, o município de Ibirapuitã, onde pessoas com mais de 80 anos nunca tiveram banheiro em casa.

“A iniciativa é muito importante e se soma a outras desenvolvidas no combate à pobreza extrema no meio rural gaúcho”, afirma o presidente da Emater/RS e Superintendente Geral da Ascar, Lino De David. Ele salienta que o foco da Instituição vai além da produção. “Além de fortalecermos a inclusão produtiva e social de centenas de famílias que vivem sem acesso a políticas públicas no RS, estamos avançando da porteira para fora, incentivando o processamento, a agroindustrialização e a comercialização, conduzindo para programas como o Nacional de Alimentação Escolar (Pnae) e o de Aquisição de Alimentos (PAA)”, ressalta De David.

Segundo o superintendente da Funasa/RS, Gustavo de Mello, a maioria das famílias beneficiadas não tem acesso a qualquer política pública, e por isso a parceria com a Emater/RS-Ascar na orientação destas famílias rurais no uso adequado dos módulos sanitários se faz necessária. Com isso, a partir desse Termo de Cooperação Técnica, as atividades serão ampliadas e será promovido um trabalho de educação das famílias.

Nos próximos dias, a Funasa se comprometeu em apresentar à Emater/RS-Ascar a listagem dos municípios e famílias beneficiadas que vivem no meio rural. “Esses dados serão cruzados com as famílias assistidas pela Emater e, a partir disso, vamos ampliar a erradicação da pobreza extrema no meio rural”, anuncia o assessor da Diretoria Técnica da Emater/RS, Paulo Mendes Filho.

O Programa de Melhorias Sanitárias Domiciliares, coordenado pela Funasa, integra o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), desenvolvido desde janeiro de 2007 pelo governo federal e tem como objetivo a melhoria da condição sanitária das famílias beneficiárias.

O Programa de Melhorias Sanitárias Domiciliares (MSD's) projeta investir no RS, ainda neste ano, R\$ 11.500 milhões em 23 municípios, distribuídos nas Regiões Administrativas da Emater/RS-Ascar de Porto Alegre, Santa Maria, Santa Rosa, Ijuí e Passo Fundo. Esse valor corresponde à construção de 2,3 mil módulos sanitários e melhorias individualizadas, como a instalação de fossas sépticas e sumidouros, e integra o programa de combate à pobreza. Este mesmo programa será renovado e ampliado para 2013.

08/05/2012 - RS: Seminário sobre Contratação e Fiscalização de obras começa dia 11

A Superintendência Estadual da Fundação Nacional de Saúde no Rio Grande do Sul (Funasa/Suest-RS) promove, no próximo dia 11, o Seminário Estadual sobre Fiscalização em Obras do PAC 2. O encontro reunirá prefeitos e equipes técnicas dos municípios responsáveis pelos convênios firmados junto à instituição federal, visando à implantação e execução de obras de Sistema de Abastecimento de Água (SAA), Sistema de Esgotamento Sanitário (SES) e Melhorias Sanitárias Domiciliares (MSDs) em todo o estado.

Segundo o superintendente da Funasa-RS, Gustavo de Mello, o evento tem como objetivo dar seguimento aos trabalhos nos municípios contemplados com recursos da segunda fase do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC2). “É garantir que as obras que estão sendo iniciadas no Rio Grande do Sul não sofram nenhum tipo de interrupção, uma vez que estamos em um ano eleitoral. A ideia é propiciar orientações técnicas às prefeituras convenientes, garantindo a continuidade das obras independente do governo que venha assumir as cidades contempladas com recursos do PAC 2”, explica.

Gustavo de Mello ressalta, ainda, que muitas das cidades contempladas já receberam a primeira parcela dos recursos, onde as obras, inclusive, já foram licitadas, somando R\$ 35 milhões em investimentos. Ao todo, 43 municípios participam do seminário que será realizado na Universidade do Vale do Taquari (Univates), em Lajeado, a partir das 9h30min.

Cidades contempladas pelo PAC2

Alegria, Arambaré, Arroio do Tigre, Benjamin Constant do Sul, Boa Vista das Missões, Caiçara, Candiota, Chувиска, Constantina, Formigueiro, Garruchos, Herval, Ibirapuitã, Jaguari,

Jari, Lajeado do Bugre, Mata, Miraguaí, Nova Petrópolis, Novo Tiradentes, Pedras Altas, Pinhal, Pinhal Grande, Pinheirinho do Vale, Pinheiro Machado, Piratini, Planalto, Porto Lucena, Porto Xavier, Quaraí, Redentora, Rio dos Índios, Rolante, Roque Gonzales, São José das Missões, São Lourenço do Sul, São Miguel das Missões, São Valentim, Três Palmeiras, Tunas, Vera Cruz, Viamão e Vicente Dutra.

08/05/2012 - RS: Anunciado projeto de esgotamento sanitário para Arroio do Meio

Foto: Maica Gebing (Prefeitura de Arroio do Meio)



Gustavo de Mello (à dir.) elogiou a iniciativa da administração municipal em priorizar o saneamento

O superintendente estadual da Funasa no Rio Grande do Sul, Gustavo de Mello, esteve no município de Arroio do Meio, no dia 27 de abril, onde anunciou a elaboração do projeto de esgotamento sanitário para a comunidade local.

Na ocasião, o prefeito Sidnei Eckert falou da importância de deixar esse projeto encaminhado para as futuras gerações, o que propiciará bem-estar à população arroio-meense.

Por sua vez, o superintendente da região nordeste da Corsan, Alexander Pacico, destacou que o grande beneficiado com o tratamento do esgoto é o meio ambiente e que o País passa por um momento diferenciado e de investimentos importantes.

Ao confirmar a elaboração do projeto, o superintendente da Funasa elogiou a iniciativa da administração municipal em priorizar o saneamento. "O prefeito deixará um grande legado para os próximos governos, uma vez que o projeto desempenha ainda seu lado ambiental, ao preservar as águas do Rio Taquari", reforçou Mello.

Ao todo, 61 municípios do estado serão beneficiados com o projeto acompanhado de licenciamento ambiental, por meio do Programa de Aceleração de Crescimento (PAC) 2. No

Vale do Taquari, além de Arroio do Meio, já estão com a elaboração dos projetos licitados Cruzeiro do Sul e Bom Retiro do Sul.

Cada projeto deve custar cerca de R\$ 140 mil ao Governo Federal, que prevê R\$ 45 bilhões de investimentos em obras de saneamento até 2015, em todo o País. De acordo com secretário de Planejamento, Henrique Meneghini, a próxima etapa do processo consiste na visita da empresa vencedora do processo licitatório ao município.

O encontro tem como objetivo traçar um diagnóstico da situação atual: estudo de viabilidade e relatório técnico complementar, seguido de levantamento topográfico e ensaio da qualidade da água do corpo receptor; licenciamento ambiental e detalhamento do projeto executivo, elétrico, de automação e orçamento da obra. Embora não exista data exata para o início, calcula-se que o projeto deva ficar pronto em um ano.

11/05/2012 - RS: Aprovados projetos de coleta e reciclagem de duas cooperativas

A Fundação Nacional de Saúde (Funasa) divulgou, nesta quarta-feira (09), o resultado da seleção das propostas referentes ao edital de chamamento público para Projetos de Coleta e Reciclagem de materiais.

No Rio Grande do Sul, dois projetos foram aprovados de forma preliminar: Cooperativa dos Recicladores de Resíduos Orgânicos e Inorgânicos de Santa Cecília do Sul Ltda (Coopercicla), no valor de R\$ 300 mil; e Associação dos Trabalhadores da Unidade de Triagem do Hospital Psiquiátrico São Pedro, de Porto Alegre, no valor de R\$ 180 mil.

Além destes dois grupos, a Cooperativa Aliança de Economia Solidária e Prestadora de Serviços (Cooadesps), de Jaguarão, e a Cooperativa de Trabalhadores em Coleta Seletiva de Resíduos Sólidos de Canguçu (Coopesol), podem ser chamadas caso as primeiras selecionadas não possuam a documentação necessária. Ambas apresentaram projetos no valor de R\$ 300 mil cada.

Para o superintendente estadual da Funasa/RS, Gustavo de Mello, trata-se de uma iniciativa indispensável para a universalização não só do saneamento básico em todo o estado, bem como dos cuidados cada vez mais necessários à preservação do meio ambiente.

"Ao reciclarmos o lixo, impedimos que toneladas de resíduos fossem despejadas em nossos mananciais. Tal iniciativa, aliada aos projetos de saneamento, previstos pelo Governo Federal por meio do PAC 2/Funasa ao estado, garantirão maior qualidade de vida aos moradores de todas as regiões do Estado", afirmou.

Somente por intermédio do PAC 2/Funasa, 59 municípios gaúchos foram contemplados com recursos para obras de saneamento, abastecimento de água e construção de melhorias sanitárias domiciliares, num investimento de R\$ 148 milhões. A primeira parcela dos pagamentos já foi liberada para a maior parte das cidades, chegando ao montante de R\$ 35 milhões.

15/05/2012 - RS: Plano de trabalho e fiscalização de obras foram temas de seminário

Foto: Mônica Caldeira (Suest/RS - Funasa)



Participantes trocaram informações e sanaram dúvidas sobre os convênios firmados

Gestores públicos e representantes de equipes técnicas de mais de 40 municípios do Rio Grande do Sul participaram, na última sexta-feira (11), do *Seminário sobre Fiscalização de Obras do PAC 2*, realizado pela Fundação Nacional de Saúde (Funasa/RS). Trocar informações e sanar dúvidas acerca dos convênios firmados junto à instituição federal foram apenas alguns dos objetivos do evento, promovido na sede da Univates, em Lajeado.

Segundo a gerente do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC 2), da Funasa/RS, Nívea Schiavon, a importância de os municípios acompanharem de perto os investimentos a serem executados é de fundamental importância para o êxito das obras. "Os municípios terão que disponibilizar técnicos para acompanhar o andamento das obras, assim como o plano de trabalho previsto pelos investimentos em cada cidade contemplada com recursos do PAC 2", explicou.

Os participantes ainda receberam informações mais aprofundadas sobre a Portaria 623/2010 — a qual estabelece os critérios para repasse dos recursos —, os documentos que compõem o plano de trabalho e os documentos a serem apresentados por ocasião da prestação de contas à Funasa.

Além de comemorar o fato de todos, naquele momento, estarem dentro de uma universidade comunitária de forma gratuita, inaugurando uma nova cultura de cooperação no saneamento ambiental, o superintendente da Funasa/RS, Gustavo de Mello, traçou uma trajetória dos trabalhos desempenhados pela unidade regional, desde a inserção dos projetos ao pleito, aprovação do projeto, celebração do TC, acompanhamento da execução até a fase de prestação de contas. Em seguida, os participantes do seminário fizeram várias perguntas sobre licitações e formas de fiscalização, entre outros assuntos.

Em nome de todas as cidades ali presentes, o prefeito de Quaraí, João Carlos Gediel, mencionou a importância do trabalho desempenhado pela Funasa para o desenvolvimento sócioeconômico e bem-estar para famílias que vivem em cidades de pequeno porte. Ele lembrou que através da Funasa é que comunidades com até 50 mil habitantes têm a chance de colocar em práticas projetos importantes para promoção da saúde nas áreas abastecimento de água, esgotamento sanitário e Melhorias Sanitárias Domiciliares. Gediel destacou, ainda, que, graças ao PAC 2/Funasa, Quaraí, cidade de fronteira com o Uruguai, deverá tratar noventa por cento do esgoto.

A engenheira Nádia Pilati, chefe da Divisão de Engenharia de Saúde Pública (Diesp/Funasa), recepcionou os representantes dos municípios contemplados pelo PAC 2/Funasa no estado, exaltando a mobilização positiva por parte dos envolvidos. "Devemos continuar com este ambiente", disse ela, destacando que a mudança da cultura de investimentos foi fundamental para garantir benefícios mais diretos às comunidades mais pobres do Rio Grande do Sul.

24/05/2012 - RS: Funasa repassa recursos para Planos Municipais de Saneamento

A Fundação Nacional de Saúde (Funasa) selecionou, no estado do Rio Grande do Sul, propostas de sete municípios os quais receberão apoio financeiro para a elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB), conforme exigência da Lei nº 11.445 de 2007. No

total, os investimentos federais no estado já ultrapassam mais de R\$ 4 milhões. Foram selecionadas as seguintes cidades: Boa Vista das Missões (R\$ 122.450,12), Gentil (R\$ 200 mil), Nicolau Vergueiro (R\$ 200 mil), Ernestina (R\$ 200 mil), Tabaí (R\$ 200 mil), Derrubadas (R\$ 125 mil) e Cristal do Sul (R\$ 130 mil).

O superintendente estadual da Funasa/RS, Gustavo de Mello, ressalta que o principal objetivo do PMSB é planejar os serviços de abastecimento de água potável, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos e drenagem e manejo das águas pluviais. Os planos servem para organizar o futuro dos municípios no setor de saneamento sendo estes revistos periodicamente, em prazo não superior a quatro anos, anteriormente à elaboração do Plano Plurianual e devem ser projetados em um horizonte de 20 (vinte) anos.

Segundo ele, os gestores têm a oportunidade de propor questões específicas para cada serviço de saneamento. Ou seja, cada plano abrangerá, no mínimo, questões como: diagnóstico da situação e de seus impactos nas condições de vida, utilizando sistema de indicadores sanitários, epidemiológicos, ambientais e socioeconômicos, apontando as causas das deficiências detectadas; objetivos e metas a curto, médio e a longos prazos para a universalização do serviço e contendo as soluções graduais e progressivas, sem deixar de observar a compatibilidade destas com os demais planos setoriais.

E, também, apontando programas, projetos e ações necessárias para atingir os objetivos e as metas, de modo compatível com os respectivos Planos Plurianuais e com outros planos governamentais correlatos, identificando possíveis fontes de financiamento.

Juntamente à Lei 12.305/2010, tal legislação prevê, para cada município brasileiro, a existência de uma “Política Pública de Saneamento Básico”, a ser expressa por um “Plano de Saneamento Básico” e um “Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos”. A partir de 2014, o plano elaborado e aprovado será um dos requisitos para receber recursos federais para investimentos nesta área.

Números do Rio Grande do Sul

No ano passado, doze cidades foram contempladas diretamente, além de outras oito que compõem o consórcio Público Cipae, num total de investimentos de R\$ 2.680.096,78. Assim,

receberam apoio financeiro da Funasa, em 2011, as cidades gaúchas de Catuípe, Liberato Salzano, Bossoroca, Caibaté, Ciríaco, Encantado, Entre Rios do Sul, Lagoão, Maçambará, Nova Esperança do Sul, Porto Lucena, São Francisco de Assis, além do consórcio formado pelos municípios de Boqueirão do Leão, Canudos do Vale, Cruzeiro do Sul, Marques de Souza, Forquetinha, Santa Clara do Sul, Progresso e Sério.

01/06/2012 - RS: Suest participa de Seminário Integrado do Programa Brasil Quilombola

Uma equipe da Superintendência Estadual da Funasa do Rio Grande do Sul (Suest/RS) participa, desde quinta-feira (31/5), do Seminário Integrado do Programa Brasil Quilombola. O evento, realizado em Porto Alegre, reúne integrantes de diversas comunidades quilombolas de todo o estado, além de autoridades ligadas ao setor nas mais diversas áreas como educação, saneamento básico, desenvolvimento sustentável e inclusão social.

De acordo com o coordenador da divisão de quilombolas da Secretaria de Desenvolvimento Rural, Pesca e Cooperativismo (SDR), Joel Souza dos Santos, o objetivo central do seminário é reunir representantes das comunidades quilombolas gaúchas para a discussão de políticas públicas que atendam às necessidades reais de cada localidade, além de traçar um diagnóstico atualizado das famílias quilombolas. Segundo ele, atualmente, o estado conta com 83 comunidades certificadas, seis em processo de certificação e outras 50 com indicativos.

Joel dos Santos disse, ainda, que o método de trabalho desenvolvido pela Funasa melhorou de forma considerável nos últimos anos, no que diz respeito, principalmente, à elaboração de projetos para as áreas quilombolas. "Muitas prefeituras não tinham condições técnicas de elaborar projetos que atendessem às necessidades destas comunidades. Agora, com os projetos sendo entregues pela própria Funasa, essas limitações foram superadas, tirando do esquecimento localidades que demandam de forma emergencial abastecimento de água e saneamento", comentou.

Além disso, o coordenador assinalou que ações da Funasa como a disponibilização de caixas d'água é de fundamental importância para a subsistência das famílias quilombolas que, muitas vezes, não dispõem nem mesmo de locais adequados para colocar a água distribuída pelos caminhões-pipa. Os representantes da Suest-RS integraram o grupo de trabalho (GT) que

debateu a saúde, colocando em discussão práticas para os setores de saneamento e abastecimento de água potável. Promovido pela SDR, do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, a atividade contou com o apoio da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Sepir), do Governo Federal. Além da Funasa, o Incra também se fez presente à atividade, que se encerrou nesta sexta-feira.

12/06/2012 - RS: Superintendência participa de simpósio sobre saneamento

Foto: Suest/AP



Visita a obra do Sistema de Abastecimento de Água da sede do município de Oiapoque

A Superintendência Estadual da Funasa no Rio Grande do Sul (Suest/RS) participou da cerimônia de abertura do simpósio *Diálogos de Saneamento: Novos Desafios do Setor*, promovido pela Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental (Abes-RS), nesta terça-feira (12), em Porto Alegre (RS). O evento reúne profissionais, pesquisadores e estudantes voltados à área de meio ambiente.

Segundo a chefe da Divisão de Engenharia de Saúde Pública (Diesp/Suest/RS), Nádya Pilati, a participação dos servidores nas palestras, nos painéis e nas mesas-redondas contribuiu para o fortalecimento e enriquecimento de idéias que podem ser utilizadas na promoção de políticas públicas que supram a demanda dos municípios atendidos pela Funasa.

"O estreitamento dos trabalhos entre a Abes-RS e a Funasa é de fundamental importância para darmos qualidade aos trabalhos de universalização do saneamento em todo o estado do Rio Grande do Sul", ressaltou Nádya.

Em paralelo ao encontro, acontece o VIII Simpósio Internacional de Qualidade Ambiental. Assuntos como inovação tecnológica, tratamento e aproveitamento de efluentes, resíduos de saúde: problemas e soluções, impactos dos resíduos agroquímicos, resíduos como

negócio, antropologia do consumo estão entre alguns dos assuntos abordados durante o simpósio que prossegue até amanhã, quarta-feira (13).

13/06/2012 - RS: Relatório sobre estiagem no estado é entregue à Presidência

Foto: Monica Caldeira (Suest/RS - Funasa)



Gilson Queiroz (à esq.) recebeu das mãos de Gustavo de Mello o relatório sobre a estiagem

O superintendente estadual da Funasa no Rio Grande do Sul, Gustavo de Mello, entregou ao presidente da Funasa, Gilson Queiroz, no dia 30 de maio, um relatório sobre a estiagem que castiga aquela região. O documento consiste em um diagnóstico comparativo da seca registrada no estado nos últimos anos, baseado não só em dados científicos, mas, também, em notícias publicadas na imprensa local.

De acordo com o chefe do Serviço de Saúde Ambiental (Sesam/Funasa/RS), Clóvis Antônio Franciscato, responsável pela execução do relatório, o trabalho aponta ainda os decretos estaduais de declaração coletiva de situação de emergência deferido pelos gestores públicos, assim como aponta a necessidade de ações de intervenção para minimizar o problema da estiagem no Estado para os próximos anos. Danos causados na economia, através da agricultura afetada, e a necessidade de busca por água potável também são tópicos abordados no relatório.

Franciscato ressalta que o objetivo principal do relatório é fornecer subsídios à Instituição para a inclusão do Rio Grande do Sul em ações políticas voltadas às populações sem abastecimento de água ou com abastecimento deficiente, empobrecidas pelos recorrentes eventos de estiagem que têm afetado o Sul, principalmente, nos últimos anos. "Como fomentadora de ações de saúde pública alicerçadas nas melhorias das condições de saneamento básico, a Funasa tem muito a contribuir com os debates na busca por soluções", afirma o chefe da Sesam.

14/06/2012 - Mensagem do presidente da Funasa sobre a Rio+20

Foto: logomarca (reprodução)



Começou nesta quarta-feira (13), no Rio de Janeiro, a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, mais conhecida como Rio+20. Vinte anos depois da Rio 92 — evento que, praticamente, marcou o início da mobilização mundial contra as mudanças climáticas provocadas pelo efeito estufa —, surge uma nova oportunidade de fazermos um balanço dos avanços registrados e do dever de casa ainda não realizado.

Nós, da Funasa, nos juntamos àqueles que desejam uma conferência plena de êxito com resultados que comprovem a preocupação da humanidade em avançar em direção a um planeta sustentável. E desejamos que os líderes e cientistas das nações que se reúnem este mês, na capital fluminense, encontrem soluções e sugestões para enfrentar os principais desafios globais na área do meio ambiente

A Funasa, por lidar com o saneamento ambiental, levando água tratada e esgotamento sanitário às regiões mais distantes e carentes do Brasil, está diretamente envolvida com os temas que serão debatidos nos próximos dias na Rio+20.

A Funasa é parte atuante do governo da presidenta Dilma Rousseff e de sua determinação de erradicar a miséria, combater a pobreza e crescer econômica e socialmente, em um contexto de desenvolvimento sustentável que assegure as conquistas de hoje para as gerações de amanhã. Desejamos boa sorte e êxito total à Rio+20! Gilson Queiroz
Presidente da Funasa

18/06/2012 - Especialista destaca importância da prevenção e gestão de risco em enchentes

Foto: Edmar Chaperman / Funasa



Desam trouxe à Funasa geógrafo português, especialista em enchentes e gestão de risco

Foi realizada, na manhã desta segunda-feira (18), no auditório do edifício-sede da Funasa, em Brasília, a palestra *À Espera da Enchente? Paradoxos e Incertezas*, proferidas pelo geógrafo português Francisco da Silva Costa, PhD da Universidade do Minho, em Portugal. O especialista iniciou a apresentação, promovida pelo Departamento de Saúde Ambiental (Desam) da Fundação, abordando a Teoria do risco, seus conceitos e socialização, sob o ponto de vista das escolas francesa e portuguesa.

Francisco da Silva Costa aproveitou para mostrar as distinções que existem entre fenômenos aparentemente semelhantes, como risco, perigo, crise, hazard (ameaça), desastre, catástrofe, enchente, inundação e cheia. Outro tópico abordado foi Risco hidroclimático - impactos e vulnerabilidades e, ainda, Os desafios da União Europeia - A Diretiva Quadro da Água.

Foto: Edmar Chaperman / Funasa



Francisco da Silva Costa atraiu a atenção da plateia, formada por servidores de vários órgãos

O geógrafo, que nasceu em 1966 na França e fez parte de seus estudos na cidade do Porto, ao norte de Portugal, onde concluiu a Licenciatura, Mestrado e Pós-Doutorado em Geografia na Faculdade de Letras da Universidade do Porto, também explicou o processo de gestão de risco, classificando como cíclico, e destacou a importância da percepção do risco. "É preciso pensar a gestão de risco como um processo preventivo. É preciso compreender a

representação social do risco, pois a capacidade de resposta ao desastre passa por uma questão de responsabilidade coletiva e individual, governamental e institucional", afirmou.

Francisco Costa assinalou que informação, formação, educação e investigação são pontos centrais que perpassam todas as etapas do no processo de gestão do risco e três conceitos fazem a diferença na hora de se lidar com o problema: a eficácia, a eficiência e a excelência.

Foto: Edmar Chaperman / **Funasa**



O diretor do Desam, Henrique Pires, recebeu das mãos de Francisco o livro "Quadro da Água"

O estudo de um case de enchentes cíclicas na região de Amarante, em Portugal, e as semelhanças existentes nas causas e consequências de desastres ocorridos em Portugal e no Brasil foram outros destaques da palestra de Francisco Costa. Ao final da explanação, o geógrafo que integra o Departamento de Geografia da Universidade do Minho desde 1998 e que foi professor convidado na Universidade de Limoges em 2003, entregou ao diretor do Desam, Henrique Pires, o livro "Quadro da Água", de cuja elaboração participou.

Francisco Costa é, atualmente, pesquisador do Centro de Estudos em Geografia (Cegot) e tem se dedicado a várias temáticas, em especial, o domínio público hídrico, a gestão da água e o planejamento dos recursos hídricos, a educação ambiental e os riscos naturais, sobre as quais tem múltiplas obras e artigos escritos.

A palestra teve a participação ativa de pessoas que compareceram ao auditório da Funasa, dentre as quais estavam técnicos, especialistas e representantes do Ministério do Meio Ambiente (MMA), da Agência Nacional de Águas (ANA), Ministério das Cidades e da Organização Pan-Americana da Organização Mundial da Saúde (Opas/OMS), além da própria Funasa.

27/06/2012 - RS: Água chega à comunidade quilombola de Cantão das Lombas

Foto: Mônica Caldeira (Suest/RS - Funasa)



Gustavo de Mello (2º à esq.), com autoridades locais, prestigiam a abertura do poço

A vida da comunidade quilombola do Cantão das Lombas, localizada no município de Viamão, na região Metropolitana de Porto Alegre, está sendo mais digna. Desde a última terça-feira, 26 de junho, as famílias contam com o abastecimento de água, garantindo qualidade de vida aos moradores.

Ana Silva Gomes da Rosa, 68, percorria várias vezes ao dia o trajeto de cem metros entre sua casa e o local onde era possível captar um pouco de água. De acordo com ela, o abastecimento de água facilitará muito a realização de suas funções domésticas. “Eu perdia boa parte do dia carregando baldes de água nas costas. Agora, nossa vida vai ficar muito melhor, muito mais fácil”, diz.

E, graças, ao investimento da Funasa, 29 famílias foram beneficiadas com a obra de Rede de Abastecimento de Água, que possui mais de 50% do projeto executado. A obra está orçada em R\$ 412 mil e consiste na abertura de poço para a captação de água (de 96 metros), colocação de reservatório com capacidade para 10 mil litros, além de mais de três mil quilômetros de rede de distribuição. O prazo para conclusão do investimento é de 45 dias.

Segundo o responsável pela obra, Juliano Santos dos Santos, da empresa IWSul Construtora e Incorporadora, a obra consiste na colocação de 41 pontos de ligação para o abastecimento de 29 casas, além do salão comunitário.

Para o superintendente estadual da Funasa no Rio Grande do Sul, Gustavo de Mello, o abastecimento de água para essa comunidade trata-se de um fato histórico, de um caminho marcado pelo empenho a fim de encontrar, com agilidade, uma solução para os desafios encontrados. “Após alguns anos de trabalho, felizmente todas as dificuldades para licitar e

contratar foram superadas”. Foi comunicado aos moradores, ainda, que a comunidade do Cantão das Lombas foi beneficiada, ainda, com R\$ 50 mil para a construção de dez Módulos Sanitários Domiciliares.

Moradores integrados à implantação da rede de água

Quatro entre dezenas de moradores foram escolhidos pela empresa para atuar na execução do projeto. O objetivo é que eles aprendam sobre o processo, a fim de atuarem na administração e manutenção do serviço na localidade.

A empreiteira realiza, ainda, um trabalho social visando à conscientização das famílias quilombolas para o bom uso e o não desperdício da água. Essa ação contará com o apoio das educadoras em saúde da Funasa.

Entre outras melhorias previstas na comunidade quilombola, está, também, a colocação de piso em uma das residências que, atualmente, está em chão-batido. O objetivo é evitar o contágio de doenças.

10/07/2012 - RS: Superintendência promove seminário para catadores e recicladores

Foto: Mônica Caldeira (Suest/RS)



Gustavo de Mello (à esq.) destacou importância de encontros como o realizado na Suest/RS

A Superintendência Estadual da Funasa no Rio Grande do Sul (Suest/RS) promoveu, esta semana, encontro com representantes de cooperativas e associações de todo o estado que atuam na coleta de materiais recicláveis.

O objetivo foi prestar informações a fim de dar apoio logístico aos grupos que mantêm convênio com a Funasa no Rio Grande do Sul. O evento ocorre de 9 a 11 de julho, no auditório

da instituição federal, no centro de Porto Alegre, e conta com a presença das representantes da Presidência da Funasa, Patrícia Souza e Lúcia Siqueira.

A abertura do evento foi feita pelo superintendente da Funasa/RS, Gustavo de Mello, que falou sobre a importância de encontros como esse seminário, o qual proporciona a oportunidade de sanar dúvidas sobre assuntos como concorrência pública, aplicação de recursos para a aquisição de equipamentos e maquinário, além de reforma e construção de galpões para reciclagem.

"A burocracia também é democracia. O dinheiro público não pode ser utilizado da mesma forma como o privado. É preciso transparência, clareza em sua aplicação", explicou. Gustavo de Mello disse, ainda, que graças a mecanismos mais ágeis de trabalho, as associações e cooperativas estão tendo mais voz junto aos processos.

O Plano de Ação de Catadores de Materiais Recicláveis contou com representantes das seguintes entidades/cidades:

- 1- Cooperativa de Trabalhadores em Coleta Seletiva de Resíduos Sólidos de Canguçu (Coopersol);
- 2- Associação dos Trabalhadores da Unidade de Triagem do Hospital Psiquiátrico São Pedro (Porto Alegre);
- 3- Associação de Separadores de Material Reciclável Rainha da Fronteira (Bagé);
- 4- Cooperativa dos Catadores e Recicladores de Santa Cruz do Sul (Coomcat),
- 5- Associação Ecológica de Recicladores de São Lourenço do Sul;
- 6- Cooperativa de Construção Civil e Limpeza Urbana (Coolabore), Campo Bom;
- 7- Cooperativa Aliança de Economia Solidária Prestadora de Serviços (Cooadesps);
- 8- Associação de Catadores de Materiais Recicláveis de Ijuí;
- 9- Cooperativa de Recicladores de Resíduos Orgânicos e Inorgânicos de Santa Cecília do Sul (Coopercicla); e
- 10- Cooperativa de Produção, Trabalho e Habitação (Coopernova), de Sapiranga.

18/07/2012 - RS: Construção de módulos sanitários do PAC 2 segue em ritmo acelerado

Foto: Mônica Caldeira - Suest/RS



Em muitos municípios gaúchos, a construção dos módulos sanitários já foi concluída

A Superintendência Estadual da Funasa no Rio Grande do Sul (Suest/RS) acompanha a execução das Melhorias Sanitárias Domiciliares (MSD's) nas cidades gaúchas contempladas com recursos da segunda etapa do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC 2). Dos 23 municípios que possuem convênio com a Fundação, todos já estão com suas obras em andamento.

De acordo com a superintendente em exercício, Nádia Pilati, a agilidade dada à prática dos projetos demonstra não só o comprometimento dos gestores públicos das cidades contempladas, como o trabalho eficaz realizado pelos servidores da Funasa no Rio Grande do Sul. "Estamos acompanhando, de perto, o andamento das obras, a fim de garantirmos todo o apoio necessário para que os projetos sejam concluídos dentro do cronograma de atividades previsto pelo processo", explicou.

No município de Caiçara, por exemplo, dos 103 módulos sanitários, 30 já se encontram em fase de conclusão. A cidade de Tunas também segue seu cronograma de obras em ritmo acelerado onde, até o momento, 11 módulos sanitários foram concluídos. A comunidade de Constantina também está prestes a receber as melhorias em saúde proporcionadas pela Funasa: das 96 unidades de MSD, 15 estão em andamento.

Além das obras de construção das Melhorias Sanitárias Domiciliares, a execução de projetos para a construção de Sistemas de Abastecimento de Água (SAA) também tiveram início em território gaúcho. A cidade de Viamão, localizada na região metropolitana de Porto Alegre, já garantiu abastecimento à comunidade quilombola de Cantão das Lombas. A obra está orçada em mais de R\$ 400 mil.

19/10/2012 - RS: Suest participa de encontro sobre fortalecimento de catadores

Foto: Suest/RS - Funasa



Depois do evento na universidade, catadores realizaram caminhadas em Santa Cruz do Sul

A Superintendência Estadual da Funasa no Rio Grande do Sul (Suest/RS) participou, nesta quinta-feira (18), de um evento do Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR) que contou com o apoio do Projeto Cataforte. Representando a Funasa, o superintendente Gustavo de Mello fez uma apresentação sobre as ações realizadas pela Fundação em prol daquele segmento de trabalhadores.

O Projeto Cataforte promove o fortalecimento do associativismo e cooperativismo dos catadores de materiais recicláveis, que tem contribuído para a transformação da vida de milhares de catadores em todo o Brasil. Esse projeto é fruto da parceria da entre a Fundação do Banco do Brasil e a Secretaria Nacional de Economia Solidária do Ministério do Trabalho e Emprego, e envolve a capacitação de 10.600 catadores em 17 estados e no Distrito Federal.

Depois do evento, realizado na Universidade de Santa Cruz do Sul (Unisc), os catadores realizaram uma caminhada pelo Centro de Santa Cruz do Sul. No final da tarde, eles se deslocaram até a empresa Philip Morris Brasil (PMB). Segundo a advogada do MNCR, Paula Garcez Corrêa da Silva, a empresa é considerada uma das principais geradoras de resíduos do município. O grupo foi recebido por representantes da multinacional, a quem foi entregue um protocolo de intenções.

A ideia é que a Philip Morris contrate a Cooperativa dos Catadores e Recicladores (Coomcat) para realizar a coleta de parte dos materiais. “Sugerimos que a empresa analise a proposta dentro de dois meses”, explica Paula. A advogada lembrou que os catadores são prestadores de serviço público, que inclusive podem ser classificados como agentes ambientais,

de acordo com a Política Nacional dos Resíduos Sólidos. Segundo ela, apenas 8% do que chega à usina hoje, em Santa Cruz, consegue ser reciclado.

No evento onde estavam diversos municípios que contam com o apoio da Funasa, foi sublinhada a importância de que cerca de um mil catadores do estado recebam os diplomas do curso de formação do Cataforte II. O objetivo é mobilizar os trabalhadores e estimular sua organização em cooperativas e associações, fortalecendo sua autonomia para gerir e atuar nas diferentes etapas da cadeia produtiva da reciclagem.

Aplaudido durante a sua exposição no evento, o superintendente Gustavo de Mello concluiu sua fala ressaltando a necessidade de urgente de "dialogar com as urgências e o imediatismo dos catadores". E acrescentou: "É preciso reconhecer que, se a maioria dos catadores é formada por milhares de mulheres, chefes de família, é nosso dever institucional e funcional acelerar a entrega de equipamentos. Ou seja, de meios para garantir o combate à pobreza dentro do objetivo maior do país, que é um Brasil sem miséria".

22/10/2012 - Reunião de Planejamento 2013 da Funasa

No período de 22 à 26/10/2012, ocorreu a Reunião de Planejamento 2013 da Funasa. O objetivo foi avaliar os resultados obtidos com o processo de Planejamento deste ano (2012) e identificar as ações necessárias para programar para o exercício de 2013.

Na cerimônia de abertura, estiveram presentes o presidente da Fundação, Gilson Queiroz; o diretor-executivo, Flávio Gomes Júnior; o diretor do Departamento de Administração (Deadm), Marcos Muffareg; o diretor do Departamento de Engenharia de saúde Pública (Densp), Ruy Gomide; o auditor-chefe da Auditoria Interna (Audit), Luis Marchão; a coordenadora de Convênios e Assuntos Jurídicos (Coven), Érica Leitão — que representou a procuradora-chefe Ana Salett — e a diretora-substituta do Departamento de Saúde Ambiental (Desam), Sheila Rezende.

Foto: Edmar Chaperman/**Funasa**



Participantes das Suest's irão debater ações previstas para o exercício de 2013

Gilson Queiroz destacou que o evento é importante para se conhecer o cumprimento das ações da Fundação em todo o País e ressaltou a importância de que todas as Suest's utilizem o MS Project, ferramenta de planejamento para acompanhamento das ações da Fundação. Foi apresentado o Relatório de Gestão 2012. Os representantes das Suest's foram separados em grupos de trabalho para debater temas referentes aos resultados de 2012 e novas propostas para 2013.

Na sexta-feira foi realizada a Avaliação 2012, com discussão para pactuação de indicadores e definição de prioridades de gestão. Discutido, também, o programa MS-Project Web. Por fim, foi trabalhado o Plano de Ação 2013. Ocorreram, também, orientações para a elaboração do Relatório de Gestão 2012. Os temas foram discutidos por meio de apresentação dos departamentos, trabalhos em grupo e discussão em plenária.

Foto: Edmar Chaperman/Funasa



Avaliação do desempenho em 2012 será tema das discussões com os participantes do encontro

A expectativa foi de que com a participação dos representantes dos diversos departamentos da Funasa foi realizada uma avaliação completa desse ano de forma a apontar os pontos fortes e também aqueles que precisam ser melhorados. Com a orientação para elaboração do Relatório de Gestão, a presidência visa fornecer subsídios para os técnicos responsáveis pela elaboração.

A finalidade é a elaboração de um relatório consistente, de fácil manuseio e interpretação de dados pelos órgãos de controle e demais interessados, atendendo a obrigatoriedade da prestação de contas anual dos gestores da administração pública e as recomendações do Tribunal de Contas da União (TCU).

05/12/2012 - RS: Coopercicla adquire caminhão com apoio da Funasa

Foto: Suest/RS - Funasa



Trabalhadores da cooperativa comemoraram muito a chegada do novo caminhão

A comunidade de apenas 1,6 mil habitantes, situada no nordeste do Rio Grande do Sul, pode se orgulhar do importante trabalho de preservação ambiental e autossustentabilidade realizado por 73 famílias de cooperativados na cidade. Prestes a completar dez anos, a Coopercicla está se tornando uma referência no manejo e destinação de resíduos orgânicos e inorgânicos captados em oito municípios da região, beneficiando uma população estimada em 45 mil pessoas.

Para reforçar esse laço de permanente cooperação e verificar a utilização do maquinário, o superintendente gaúcho da Fundação Nacional de Saúde (Funasa), Gustavo de Mello, esteve na segunda-feira (03) reunido com os trabalhadores na unidade de Vista Alegre, no interior do município. "Continuaremos investindo neste belíssimo trabalho de preservação que tem trazido renda e dignidade de vida para as pessoas", afirmou Mello.

O superintendente ressaltou o orgulho de estar, através da Funasa, contribuindo para a consolidação da cooperativa e acrescentou que gostaria de ver o exemplo da Coopercicla se espalhando por todo o estado. "O Governo Federal está transformando a reciclagem, juntamente com o saneamento e esgotamento sanitário, numa política de Estado e seria muito positivo se essa experiência se multiplicasse", salientou.

O especialista em cooperativismo e coordenador de projetos da Coopercicla, João Pelissaro, enfatizou a importância dos recursos recebidos, destacando que, para o próximo ano, mais equipamentos serão comprados com recursos oriundos da Funasa, qualificando ainda mais o trabalho da cooperativa.

César Bonatto, presidente; Osmar Vidal, coordenador geral; além de Pelissaro, mostraram à equipe da Fundação as instalações da Unidade, numa área de 13 hectares, composta por galpões de reciclagem, prensa, pesagem, área de compostagem, aterro sanitário e demais equipamentos. A Coopercicla atende aos municípios de Tapejara, Ibiaça, Charrua, Água Santa, Floriano Peixoto, Ciríaco, Vila Lângaro e Santa Cecília.

Retroescavadeira e a Peneira

O superintendente esteve reunido com o vice-prefeito municipal de Santa Cecília do Sul, José Antônio Pegoraro, para agilizar a transferência dos dois equipamentos adquiridos por meio de convênio com a Funasa, com contrapartida da prefeitura, para a cooperativa. Na oportunidade, ficou acertado que será encaminhado à Câmara Legislativa, em regime de urgência, projeto que regulariza o repasse das duas máquinas ainda na primeira quinzena de dezembro.

05/12/2012 - RS - Obras da Estação de Tratamento de Braga estão em fase de conclusão

Com investimentos de R\$ 1,9 milhão provenientes do Programa Aceleração do Crescimento (PAC), mais a contrapartida de R\$ 146 mil do município, o sistema de esgotamento sanitário (SES) da cidade de Braga deverá entrar em operação já no início de 2013.

O cronograma foi confirmado na visita à Estação de Tratamento de Esgoto (ETE) do superintendente regional da Funasa, Gustavo de Mello, na última terça-feira (04).

O complexo possui 2.905 metros de rede coletora do tipo separador absoluto e uma estação de tratamento composta por um reator UASB seguido de filtro biológico, leitos de secagem e sistema ultravioleta no final do efluente.

A capacidade de vazão é de 10 litros/s, suficientes para atender 100% da população urbana. Inicialmente, 503 habitantes, ou 22% da população, serão beneficiados.

Segundo a engenheira Nívea Schiavon, da Funasa, esta estação de tratamento é diferenciada por ter o sistema de desinfecção por ultravioleta no final do processo, muito eficiente na remoção de bactérias. "Esse sistema elimina a adição de produtos químicos, evitando a geração de substâncias tóxicas oriundas da reação do cloro com a matéria orgânica", exemplifica Nívea.

A cidade de Braga está situada na região noroeste colonial do Rio Grande do Sul e possui uma população de 2.282 habitantes.

Com índices preocupantes de mortalidade infantil, a cidade possui projeto para ampliação da rede a toda área urbana e entrará com pleito de complementação da obra no PAC 2 em 2013.

19/12/2012 - RS: Assentamentos recebem R\$ 18 milhões para investir em infraestrutura

Foto: Suest/RS



Durante reunião presidente do Incra destacou que serão adquiridos tratores e caminhões

O superintendente estadual da Funasa no Rio Grande do Sul, Gustavo de Mello, participou na última segunda-feira (17), no Palácio Piratini, da assinatura de um convênio no valor de R\$ 18 milhões entre o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e governo estadual. Os recursos serão investidos na infra-estrutural de assentamentos da reforma agrária.

A cerimônia contou com a presença do governador, Tarso Genro; do ministro do Desenvolvimento Agrário (MDA), Pepe Vargas; do presidente nacional do Instituto Nacional

de Colonização e Reforma Agrária (Incra), Carlos Guedes; do superintendente regional, Marcos Regelin; além de secretários de Estado, deputados e demais autoridades.

Os recursos resultantes do convênio serão aplicados na aquisição de máquinas e equipamentos para a formação de seis patrulhas mecanizadas responsáveis pela construção e recuperação de estradas, pontes, aterros, açudes e barragens em assentamentos da reforma agrária no estado.

O presidente do INCRA informou que serão adquiridos 54 equipamentos entre tratores, escavadeiras, compactadores, motoniveladoras e caminhões. Guedes salientou que, inicialmente, os equipamentos serão utilizados a partir de levantamento feito em cerca de 40 municípios das regiões metropolitana, sul, missões e fronteira-oeste nos quais existem 182 assentamentos com 8,5 mil beneficiários.

Pepe Vargas destacou que o Governo Federal tem investido fortemente em políticas públicas de inclusão social. Citou como exemplo os programas Água para todos e Luz para todos, nos quais a União subsidia obras para populações de baixa renda. Lembrou, ainda, que o MDA também tem parceria com a Funasa nesta importante missão de erradicar a pobreza no Brasil.

O superintendente da Fundação falou sobre a importância dos investimentos do INCRA no estado, ressaltando que esses recursos são do Plano Brasil Sem Miséria do Governo Federal. “Estes investimentos em infraestrutura, assim como fazemos na Funasa, apresentam um forte componente de inclusão social” finalizou.

21/12/2012 -Superintendência gaúcha realiza reunião para planejar 2013

Foto: Gustavo Fontana -



Suest/RS

Gustavo de Mello (ao fundo à dir.) conclamou servidores a espírito maior de confraternização

Os servidores da Superintendência Estadual da Funasa no Rio Grande do Sul reuniram-se na tarde desta quinta-feira (20), na sede da unidade, em Porto Alegre, para avaliar as ações realizadas no ano e debater os projetos que serão desenvolvidos em 2013.

No encontro, as chefias apresentaram aos colegas os relatórios da gestão e divulgaram as diretrizes cobradas pela Presidência da Fundação no recente seminário realizado em Goiânia.

O superintendente Gustavo de Mello salientou a necessidade de se investir mais no planejamento, realinhando a instituição para o desafio da grande quantidade de obras que serão executadas.

Gustavo de Mello cobrou um espírito de cooperação entre os servidores apostando que a instituição entrará num outro patamar no ano que vem. “A nobreza da nossa tarefa na Funasa é infinitamente maior que qualquer diferença”, enfatizou.

Mello informou, ainda, que a Presidência aprovou a contratação de servidores para suprir uma carência histórica, fato que demonstra o comprometimento da atual direção nacional com a organização da Instituição. Segundo ele, motoristas e recepcionistas serão incorporados ao quadro funcional possibilitando que os servidores se dediquem com mais qualidade às suas tarefas.

Planejamento

A Assessora de Planejamento, Rosemary Manozzo, informou que a Funasa está valorizando muito o planejamento estratégico na presidência e nas superintendências regionais. Destacou que o MS Project é uma ferramenta importante que será utilizada em tempo real para acompanhamento das atividades desempenhadas. “Quando houver algum atraso na informação do Project, é necessário explicar a solução a ser dada”, exemplificou.

Rose abordou, também, a necessidade de integração e capacitação dos servidores, além da aprovação de concurso público, para a Fundação. Antônio Boszko, responsável pelos convênios, demonstrou que o setor está comprometido com a agilidade nos trâmites internos, proporcionando que as obras atinjam seus objetivos finais de atender a população.

O chefe da Administração, Jair Pauletto, salientou que as melhorias e inovações na área administrativa devem estar associadas ao sentido que a Funasa tem para a vida pública do Estado. Falou que as limitações internas não podem ser um impeditivo para que, dentro de um equilíbrio institucional, os principais objetivos da Funasa se concretizem.

“O comprometimento de todos pode fazer a diferença para atingirmos os resultados que a sociedade espera da Fundação”, argumentou Pauletto.

Engenharia

Nadia Pilati, chefe da Engenharia, fez um balanço sobre as principais ações desenvolvidas pela Fundação destacando a aprovação de 102 obras do PAC 1 e 2 com ordem de início. Destacou a aprovação de 12 propostas para elaboração de planos municipais de saneamento básico, com investimentos de R\$ 5,5 milhões; execução direta de módulos sanitários; convênios com cooperativa de catadores; realização de seminários regionalizados e cooperação técnica para fiscalização de obras com os municípios.

Outras conquistas importantes da Suest/RS, destacadas pela chefe da engenharia, foram a primeira suplementação de recursos através de notas técnicas, destinando mais R\$ 5,1 milhões para o município de Chuí; a contratação de empresa de apoio à fiscalização das obras e aporte de R\$ 31 milhões para saneamento rural. “São recursos do programa Brasil Sem Miséria que ilustram sobremaneira a missão da Funasa”, enfatizou Nádia.

Fernanda Marros, do Serviço de Saneamento, destacou a importância da cooperação técnica entre os diversos órgãos públicos, citando as parcerias com Emater e Corsan na execução de módulos e controle da qualidade da água.

“Ao juntarmos políticas públicas de saneamento, melhoramos significativamente a vida das populações mais pobres”, argumentou.

Fernanda elogiou, ainda, a aquisição da unidade móvel para o controle da qualidade da água nas zonas rurais do estado, destacou a necessidade de uma participação mais igual e mais efetiva da Fundação no Comitê Gestor do RS, e abordou a fiscalização de obras e criação de núcleos em educação e saúde ambiental.

Considerações Finais:

Em 2012 a Superintendência Estadual da Funasa no Rio Grande do Sul, procurou se dedicar a atender aos pedidos de seu público alvo, que consistem nas prefeituras com uma população de até 50 mil habitantes e as demais comunidades em áreas especiais, ou seja, comunidades quilombolas, catadores, assentamentos da reforma agrária. Procuramos enfrentar as dificuldades e um imenso passivo em várias frentes de trabalho. O DIADM – Departamento de Administração da Suest-RS vem atuando em conjunto com a área técnica a fim de atender toda a demanda que se apresenta.

CONCLUSÃO DO RELATÓRIO DE GESTÃO

O processo de elaboração do Relatório de Gestão 2012 permitiu verificar a importância e o hábito de se ter a informação atualizada através do registro regular das atividades referentes aos programas do Plano de Ações planejadas e da atualização dos dados que alimentam os Sistemas Corporativos.

Foram apresentadas de forma detalhada as ações constantes no Project – Planejamento institucional, bem como a matriz de indicadores de desempenho que demonstram além dos resultados alcançados, o alinhamento às diretrizes governamentais na realização de ações de Saneamento Básico, Saúde Ambiental e na Gestão.

Em relação aos indicadores de desempenho, há ainda, a necessidade de aprimoramento do processo de planejamento, bem como da institucionalização dos mecanismos e ferramentas que visam à melhoria da gestão.

Considerando que os recursos humanos são elementos determinantes na obtenção de resultados das ações desenvolvidas, enfatizamos a necessidade de ampliação do quadro de pessoal na Funasa/RS.

Por fim, a Superintendência Estadual no Rio Grande do Sul entende que muito há que se melhorar no que diz respeito à Gestão. Portanto, no decorrer de 2013, envidará esforços no fortalecimento e aperfeiçoamento dos instrumentos de monitoramento e controle.

FUNASA

MISSÃO

Promover a saúde pública e a inclusão social por meio de ações de saneamento e saúde ambiental.

VISÃO DE FUTURO

Até 2030, a **Funasa**, integrante do SUS, será uma instituição de referência nacional e internacional nas ações de saneamento e saúde ambiental, contribuindo com as metas de universalização do saneamento no Brasil.

VALORES

Ética;
Eqüidade;
Transparência;
Eficiência, Eficácia e Efetividade;
Valorização dos servidores;
Compromisso socioambiental.



Fundação
Nacional
de Saúde



Ministério da
Saúde

